



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

PAULO ROBERTO URBINATTI URQUIZA

**HISTÓRIA DA ESCOLA ITINERANTE CAMINHOS DO
SABER – ORTIGUEIRA – PR – 2005-2008**

Londrina
2009

PAULO ROBERTO URBINATTI URQUIZA

**HISTÓRIA DA ESCOLA ITINERANTE CAMINHOS DO
SABER – ORTIGUEIRA – PR – 2005-2008**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Macedo Abbud

Londrina
2009



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA



Londrina
2009

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca
Central da Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

U79h Urquiza, Paulo Roberto Urbinatti.
História da Escola Itinerante Caminhos do Saber – Ortigueira – PR –
2005-2008 / Paulo Roberto Urbinatti Urquiza. – Londrina, 2009.
180 f.

Orientadora: Maria Luiza Macedo Abbud.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de
Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-
Graduação em Educação, 2009.
Bibliografia: f. 131-135.

1. Educação – História – Teses. 2. Educação rural – Teses.
3. Educação – Movimento dos trabalhadores rurais sem terra – Teses.
I. Abbud, Maria Luiza Macedo. II. Universidade Estadual de Londrina.
Centro de Educação, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Gradua-
ção em Educação. III. Título.

CDU 37(091)

PAULO ROBERTO URBINATTI URQUIZA

**HISTÓRIA DA ESCOLA ITINERANTE CAMINHOS DO SABER –
ORTIGUEIRA – PR – 2005-2008**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Maria Luiza M. Abbud
UEL – Londrina - PR

Prof^a. Dr^a. Marlene Rosa Cainelli
UEL – Londrina - PR

Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Cecílio
UEM – Maringá – PR

Londrina, 01 de Dezembro de 2009.

AGRADECIMENTOS

A Profª Drª. Maria Luíza Macedo Abbud

Por todo empenho, sabedoria, compreensão e pelas discussões, revisões e sugestões que fizeram com que concluíssemos este trabalho.

A Profª Drª. Marlene Rosa Cainelli e à Profª. Drª. Maria Aparecida Cecílio

Pela gentileza de fazer parte deste momento especial.

Aos professores do Departamento de Educação

De maneira especial às Profª Drª. Adreana Platt, Rosângela Volpatto, Sílvia Meletti, Marta Fávaro, Magda Tuma, Claudia Chueire e aos Profs. Dr. Marcos Jorge e ao Mestre Gilmar Autran, pelas discussões e conversas.

Ao Pedagogo Eldilvani Marcelito e a secretária Maria Luíza Gafarlon Furlam

Sem os quais seria praticamente impossível escrever essa dissertação, por serem os elementos fundamentais na criação da Escola Itinerante Caminhos do Saber.

Aos amigos e amigas

A educadora Marilda, a militante Dona Sueli, seu esposo José Lourenço e seu filho Maicon. Ao companheiro José Damasceno de Oliveira e a companheira Ângela, ambos dirigentes do Movimento e que me apresentaram aos educadores e coordenadores da Escola Itinerante Caminhos do Saber.

A educadora Claudinea Angélica dos Santos pela contribuição na discussão de idéias, à Neuza Maria de Freitas educadora do Movimento, pelos livros, cartilhas e documentos emprestados para leitura e pesquisa e ao educador Rubem Cauduro pela contribuição na elaboração do resumo em Inglês.

À minha esposa Dalva Bastos

Pelo apoio nos momentos de estudo.

Aos meus filhos Raoni, Emanuella, Ângela e à minha neta Gabriela,

Pessoas que amo muito.

URQUIZA, Paulo Roberto Urbinatti. **História da Escola Itinerante Caminhos do Saber – Ortigueira – PR – 2005-2008** . 2009. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo sistematizar a história de constituição da Escola Itinerante Caminhos do Saber, situada no Acampamento Maila Sabrina, Brigada Che Guevara, em Ortigueira no Paraná a partir de fontes primárias. O estudo foi predominantemente qualitativo, tomando como fontes primárias a análise de documentos tais como produção bibliográfica do próprio Movimento, trabalhos de pesquisa e legislações pertinentes à temática. A originalidade da pesquisa é definida pela utilização de fontes primárias que partiram da observação “in loco” no acampamento Maila Sabrina, quando estabelecemos contatos para a realização da pesquisa, e foram completadas com o registro destas observações e com a realização de entrevistas, a partir do que foi possível recuperar a memória dos protagonistas da instalação desta escola. Este estudo foi importante para a preservação da história de uma escola desenvolvida no interior de um movimento social, que organiza e trabalha com camponeses sem-terra discriminados pela mídia e pelas elites. Os dados coletados permitiram concluir que esta escola constitui um trabalho educacional de sucesso, apresentando uma organização própria e atendendo crianças na faixa de educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos, já com planos de instalação de ensino médio. A dimensão didático-curricular busca contemplar os conteúdos próprios da escola pública paranaense, acrescidos de conteúdos considerados necessários para a formação social e política dos integrantes do Movimento. Os resultados encontrados permitem supor que tal escola pode ser inspiradora para o enfrentamento dos problemas de escolarização de populações das cidades brasileiras, especialmente nas suas periferias.

Palavras Chave: História das instituições Educativas. Escola itinerante. MST.

URQUIZA, Paulo Roberto Urbinatti. **History of the Itinerant School Caminhos do Saber – Ortigueira – PR – 2005-2008**. 2009. 180 f. Master Degree in Education Dissertation - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

ABSTRACT

The objective of this study is to systematize, from primary sources, the history of the Itinerant School Caminhos do Saber, located at the Maila Sabrina Camp, Brigada Che Guevara, in the city of Ortigueira in the state of Parana. The study was predominantly qualitative, taking as primary sources the analyses of documents such as the bibliographic production of the Movement itself, research work, and legislation pertinent to the thematic. The originality of the research is defined by the use of primary sources that started from the “in loco” observation at Maila Sabrina Camp, when we established contacts for the execution of the of the research, and were completed with the register of these observations and with the interviews, a resource inspired in the oral history, from which it was possible to recover the memory of the protagonists of this school installation. This study was important for the preservation of the history of a work school developed inside a social movement, which organizes and works with landless peasants discriminated by the media and by the elites. The data collected permitted to conclude that this school constitutes a successful educational work, presenting its own organization and assisting children at the phase of infantile education, elementary education and education of youth and adults, already planning the installation of middle school. The didactical-curricular dimension aims to contemplate the appropriate contents of Public School from Parana, increased by the contents considered necessary for the social and political formation of the integrants of the Movement. The results found permit suppose that this school can be inspiring for the confrontation of the problems of education from the populations of Brazilian cities, particularly in their peripheries.

Keywords: History of educative institutions. Itinerant school. MST.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAP	- Associação de Cooperação Agrícola da Reforma Agrária do Paraná
AI-5	- Ato Institucional nº. 05.
CEBs	- Comunidades Eclesiais de Base.
CLOC	- Coordenação Latino Americana das Organizações do Campo.
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
CUT	- Central Única dos Trabalhadores.
DER	- Departamento de Educação Rural.
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente.
EJA	- Educação de Jovens e Adultos.
ENERA	- Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária.
FMI	- Fundo Monetário Internacional.
FSM	- Fórum Social Mundial.
FUNDEP	- Fundação de Desenvolvimento para Educação e Pesquisa.
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
ITERRA	- Instituto Técnico de Ensino e Pesquisa em Reforma Agrária.
LDBEN	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
MAB	- Movimento dos Atingidos por Barragens.
MMC	- Movimento das Mulheres Camponesas.
MPA	- Movimento de Pequenos Agricultores.
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
OMC	- Organização Mundial do Comércio.
PCB	- Partido Comunista Brasileiro.
PCdoB	- Partido Comunista do Brasil.
PFL	- Partido da Frente Liberal.
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
PPP	- Projeto Político Pedagógico
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PSDB	- Partido da Social Democracia Brasileira.
PT	- Partido dos Trabalhadores.
SEED	- Secretaria Estadual de Educação do Paraná.

- UEL** - Universidade Estadual de Londrina.
- UNAM** - Universidade Nacional do México.
- UNB** - Universidade de Brasília.
- UNESCO** - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.
- UNESP** - Universidade Estadual de São Paulo.
- UNICEF** - Fundo das Nações Unidas para a Infância.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	METODOLOGIA	15
3	SURGIMENTO DO MOVIMENTO SEM TERRA	22
3.1	A LUTA CAMPONESA SURGE DA OCUPAÇÃO DA TERRA	22
3.2	A RESISTÊNCIA NA TERRA DE TRABALHO	24
3.3	REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS	26
3.4	CONGRESSO NACIONAL	38
3.4.1	1º Congresso Nacional (1985)	39
3.4.2	2º Congresso Nacional (1990)	40
3.4.3	3º Congresso Nacional (1995)	40
3.4.4	4º Congresso Nacional (2000)	41
3.4.5	5º Congresso Nacional (2007)	42
4	A EDUCAÇÃO DO MST	44
4.1	A EDUCAÇÃO E A ESCOLA NO MST	44
4.2	TUDO COMEÇA COM A FRENTE DE MASSA	51
4.3	UMA ESCOLA VINCULADA À LUTA SOCIAL	52
4.4	A EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO	55
4.5	O CAMPO PRESSIONA O ESTADO POR EDUCAÇÃO	61
4.6	ARTICULAÇÃO PARANAENSE DA EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO	65
4.7	O ACAMPAMENTO	67
4.8	A ESCOLA ITINERANTE NO ACAMPAMENTO	70
4.9	LONGA CAMINHADA	71
4.10	UMA ESCOLA DA LUTA DA CLASSE TRABALHADORA	75
5	REGISTRO HISTÓRICO DA ESCOLA ITINERANTE CAMINHOS DO SABER	77
5.1	COMO NASCE A ESCOLA ITINERANTE CAMINHOS DO SABER?	77
5.2	EDUCADOR NA ITINERÂNCIA DA OCUPAÇÃO	79

5.3	OS EDUCADORES E A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA	82
5.4	A CRIANÇA ESTUDA E TRABALHA.....	90
5.5	PROJETO PEDAGÓGICO	93
5.6	A ESCOLA NASCE DA NECESSIDADE	95
5.7	PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE	99
5.8	O PERFIL DA ESCOLA E SUA PRÁTICA	102
5.9	ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO	104
5.10	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	106
5.11	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	107
5.12	A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES.....	110
5.13	EDUCADORAS E EDUCADORES DA ESCOLA ITINERANTE	112
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
7	REFERÊNCIAS	129
8	ANEXOS.....	133

1 INTRODUÇÃO

Desenvolver a educação das massas, condição da consolidação das conquistas e das realizações revolucionárias, significa fazê-las compreender seus interesses de classe, as questões vitais e urgentes que derivam da luta de classes, significa dar-lhes uma consciência mais clara e mais exata dos objetivos sociais da classe vitoriosa.
(Pistrak, p. 30)

A história da Escola Itinerante Caminhos do Saber, que é uma escola pública, universal, do trabalho e laica, localizada no Acampamento Maila Sabrina, em Ortigueira, Paraná, é tema de pesquisa relevante, por ser uma escola criada no interior de um movimento social, que organiza trabalhadores sem-terra e famílias excluídas das periferias das cidades, no sentido de levá-las para acampamentos do MST, onde lutam por um emprego permanente na reforma agrária.

É uma escola vinculada ao Setor de Educação do MST, com um corpo docente e um coordenador, sendo administrada por uma Escola Base, que faz a ponte com a Secretaria Estadual de Educação do Paraná - SEED e que foi regulamentada pelo Parecer nº 1012/2003. Além de escolarizar, proporciona aos “Sem Terrinha”¹ formação na práxis do Movimento, que capacita e forma a criança, o adolescente, o adulto, enfim o trabalhador sem terra na luta pela reforma agrária, constituindo-o como sujeito do processo político, por meio do aprendizado proporcionado pelos ensinamentos do Movimento no enfrentamento social. O “Sem Terrinha” participa com sua família de ocupações, marchas, encontros, congressos e da vida ativa proporcionada pelo MST nos acampamentos de trabalhadores engajados na luta política pela transformação social, sendo a Escola Itinerante mais um instrumento nessa luta na construção da nova sociedade.

¹ “Sem Terrinha” são filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras rurais, que estudam nas escolas dos assentamentos e dos acampamentos do MST. É uma expressão que identifica as crianças vinculadas ao MST. O nome surgiu por iniciativa das crianças que participaram do 1º Encontro Estadual das Crianças Sem Terra de São Paulo em 1997. Elas começaram a se chamar assim durante o Encontro e o nome acabou pegando, espalhando-se rápido pelo país inteiro. Esta informação está em Ramos, Márcia. *Sem Terrinha, semente de esperança*. Veranópolis: Escola Josué de Castro, 1999. Monografia de Conclusão de Curso Magistério. (ARROYO; CALDART; MOLINA (Org.), 2005, p. 94)

Contar a história da Escola Itinerante Caminhos do Saber, que anda junto com as ocupações de terra, significa relatar a maneira descoberta pela classe trabalhadora do campo, para resolver um problema fundamental nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária e do campo brasileiro de um modo geral, que é o analfabetismo e o analfabetismo funcional; esta é uma condição que ronda como um espectro a classe trabalhadora da cidade e do campo brasileiro. Nesta perspectiva pode ser entendida a importância da Educação no Campo e do Campo e a seriedade com que o MST trata a educação das crianças, jovens e adultos dos acampamentos e assentamentos sem terra, onde se desenvolve uma educação, que além de escolarizar e alfabetizar, se volte para a formação política e ideológica da classe trabalhadora na sua luta pela emancipação humana.

O MST é uma organização sociocultural que se enraíza na história do Brasil, como movimento cívico que recompõe o tecido social do campo brasileiro, recriando a luta camponesa no país e a luta do homem pelo seu direito ao trabalho na terra, à cidadania e à vida. Essa organização das famílias de trabalhadores rurais no MST, a partir de 1979, desemboca no encontro de fundação em janeiro de 1984, com a proposta de unificar e organizar a luta dos trabalhadores rurais, através da ocupação dos latifúndios improdutivos para fazer a reforma agrária, com apoio e cooperação da CPT, tendo como projeto estratégico a transformação social e a construção de um país socialista.

A pesquisa a respeito da educação no campo permite verificar um avanço proporcionado por meio da retomada da organização do campo no MST, a partir do final da década de 1970, momento que marca o início de um novo período da história do Brasil, rica em mobilizações de massas, acontecimentos políticos e luta social do povo brasileiro por liberdade e democracia.

A educação para a classe trabalhadora residente na zona rural², nunca foi pensada no e do campo³, o que sempre prevaleceu foi o “silenciamento” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2005, p. 8) e o olhar que prevalece é o da cidade para o campo, em decorrência a educação rural é, frequentemente, vista como

² Zona rural. Divisão geográfica que separa setores urbanizados dos não urbanizados.

³ “O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. É no campo que estão as florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é lugar de vida e sobretudo de educação”. (Bernardo Mançano Fernandes, “Diretrizes de uma caminha”, Por Uma Educação do Campo, Petrópolis-RJ, 2005, p. 137)

apêndice da educação urbana. O significado da educação para esse segmento da população é limitado, bastando desenhar o nome na eleição, não sendo preciso ter mais nenhum conhecimento.

Os movimentos sociais do campo tentam mudar essa realidade, pressionando as autoridades por novas leis que estabeleçam os direitos dos trabalhadores rurais. Exigem a aplicação de políticas públicas, para uma educação de qualidade nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária e, a participação de seus educadores e educadoras na coordenação e direção das escolas do MST.

Aqui surge uma diferenciação entre as escolas dos assentamentos e a Escola Itinerante dos acampamentos; enquanto a primeira é pública e funciona dentro da rede estadual de ensino, com professores concursados ou temporários pertencentes à rede; na Escola Itinerante os professores são voluntários e originários dos próprios acampamentos. Compreender se existe uma diferença significativa no que diz respeito ao projeto educacional da Escola Itinerante, com sua escola e seus professores no e do Campo justifica esta pesquisa, tanto do ponto de vista social quanto científico.

O silenciamento, esquecimento e até o desinteresse sobre o rural nas pesquisas sociais e educacionais é um dado histórico que se tornava preocupante. Por que a Educação da população do campo foi esquecida? Um dado que exige explicação: somente 2% das pesquisas dizem respeito a questões do campo, não chegando a 1% as que tratam especificamente da educação escolar no meio rural. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2005, p.8)

A Escola Itinerante alfabetiza e escolariza as crianças, jovens e adultos, contribui efetivamente para romper com a educação da escolinha rural e defende os interesses dos trabalhadores rurais sem terra, pois enquanto escola do acampamento, a Itinerante “fala a linguagem” do MST, orientando-se por seus princípios filosóficos⁴ e pedagógicos. Estando a Escola Itinerante comprometida com a escolarização, a humanização, a socialização e com o crescimento político

⁴ Princípios filosóficos: 1º - Educação para a transformação social: a) Educação de classe; b) Educação massiva; c) Educação organicamente vinculada ao Movimento social; d) Educação aberta para o mundo; e) Educação para a ação; f) Educação aberta para o novo. 2º) Educação para o trabalho e a cooperação. 3º) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana. 4) Educação com/para valores humanistas e socialistas. 5º) Educação como um processo permanente de formação e transformação humana. (DOSSIÊ-MST-ESCOLA, 2005, p. 159)

adquirido pelas pessoas engajadas no processo de luta, sendo uma escola que retrata e vive a realidade da ocupação da terra e os despejos violentos, como o ocorrido na fazenda Copramil em Ortigueira, “quando um grupo fortemente armado expulsou 33 famílias de sem terra que estavam acampadas há pouco mais de um ano” nessas terras (GAZETA DO POVO, 11 maio 2008, p.7) e o despejo da fazenda do ex-deputado federal José Janene em Londrina, feita por uma milícia de 40 homens encapuzados e armados, à revelia da Lei (JORNAL DE LONDRINA, 17 jan. 2007, p.4).

A palavra de ordem: “Nenhum assentado/a analfabeto/a nos assentamentos e acampamentos do MST e Todo e Toda Sem Terra Estudando”, demonstra que o Movimento incentiva o estudo entre a população acampada e assentada. O MST sabe que um inimigo tão perigoso quanto o latifúndio e as transnacionais, é o analfabetismo de seus membros, portanto se propõe a exterminá-lo e incentivar a leitura e o debate de livros, jornais e revistas, no intuito de constituir uma nova identidade democrática, a do diálogo de saberes.

É importante estudar a Escola Itinerante e a educação do MST, devido à necessidade de se alfabetizar politicamente o povo das periferias excluídas das cidades, que vivem em assentamentos urbanos e que têm na filosofia política educacional do pedagogo Paulo Freire, aplicada nas escolas dos acampamentos do MST, um instrumento pedagógico revolucionário, que pode contribuir efetivamente na emersão da consciência do trabalhador, para que entenda seu papel na sociedade capitalista e assim possa atuar no sentido de mudá-la. Como sugere Karl Marx na Tese XI sobre Feuerbach, quando diz que “os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de forma diferente, porém trata-se de transformá-lo”.

A concepção de educação escolar presente no Movimento, pode ser entendida a partir do que Freire (1975 e 1996), Pistrak (2000), MST (1999, 2005), Caldart (2004), Gadotti (1998), caracterizam como pedagogia do conflito, que produz um outro sujeito, nascido do aprendizado da luta de classes, que na questão da terra acontece no ato da ocupação do latifúndio, da praça de pedágio, de uma estrada, da sede do INCRA, de agências bancárias pelo MST. A escola precisa ser diferente, por isso, se estabelece um relacionamento de novo tipo entre educador, educando e comunidade, que acontece numa relação dialética, pois a escola age no meio do povo de onde nascem às questões geradoras, trabalhadas nas salas de aula e na comunidade sem terra.

Para atingir o objetivo de fazer o registro histórico da Escola Itinerante Caminhos do Saber, no acampamento Maila Sabrina, iniciamos apresentando os procedimentos adotados para a coleta de informações no capítulo onde tratamos da Metodologia utilizada (capítulo 1). Os dados coletados foram sistematizados com a seguinte organização: no capítulo 2 há um sucinto histórico do MST, enfocando sua organização no final da década de 1970 e seu percurso até os dias de hoje, tendo por referência a história de seus cinco Congressos Nacionais. No capítulo 3 apresentamos um relato de alguns aspectos da luta pela educação nos acampamentos e assentamentos dos trabalhadores rurais e a educação do campo e no campo. O processo histórico da constituição da Escola Itinerante Caminhos do Saber, no acampamento Maila Sabrina é apresentado no capítulo 4, após o que tecemos as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Na recuperação do processo de implantação da Escola Itinerante Caminhos do Saber, do Acampamento Maila Sabrina, Brigada Che Guevara, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Ortigueira, Paraná, recontamos a história da Escola Itinerante, iniciada pelo MST em 1997 no Rio Grande do Sul, em novembro de 2003 em Quedas do Iguaçu no Paraná e em março de 2006 no acampamento Maila Sabrina, em Ortigueira e mais 11 escolas em acampamentos, organizadas pelas Escolas Bases: a primeira foi no Colégio Estadual Iraci Salete Strozak no assentamento Marcos Freire, município de Rio Bonito do Iguaçu e a segunda no Colégio Estadual Centrão, de Querência do Norte, entre as quais se encontra a que foi o foco da pesquisa.

Tal encaminhamento se fundamenta em Magalhães (1999) para quem a história das instituições não pode se prender apenas às memórias e suas dimensões orais, mas realizar um levantamento onde se utiliza “as crônicas e outros textos afins” (MAGALHÃES, 1999, p. 64) para recontar a história, no caso da Escola Itinerante, foi necessário e fundamental a utilização da entrevista. Assim ao utilizar a abordagem qualitativa conseguimos “sistematizar e dar voz aos sujeitos que construíram o projeto” (ABBUD, 2003),

A busca da “identidade histórica das instituições educativas”, no caso da Escola Itinerante Caminhos do Saber, associou a pesquisa documental com a realização de entrevistas, uma vez que a história daquele evento é domínio das pessoas que participaram do processo inicial de construção da escola e que está guardada na memória dessas pessoas, que trabalharam como voluntárias no projeto. Os dados fornecidos nos discursos que estruturaram os relatos e proporcionaram consistência para a constituição da história da instituição, permitiram recuperar o momento único de fundação dessa escola, feita no movimento de uma ocupação de terra.

Esse processo inicial e rico de sua construção, se não for reconstituído, pode perder-se. Magalhães, (1999), fala da importância de se [...] “compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa e, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo” (p. 64),

sendo que essa escola faz parte do sistema público de ensino da Secretaria Estadual de Educação do Paraná.

No contexto do sistema público de ensino, é uma escola que se diferencia porque caminha, se desloca com os trabalhadores rurais pelas ocupações de terra feitas pelo interior do Paraná e em outros sete Estados da Federação, onde estão organizadas as escolas itinerantes no Brasil. É uma escola diferente, também, porque construída para ensinar os filhos dos trabalhadores em busca de trabalho na reforma agrária, uma escola sem paredes, onde as aulas são dadas embaixo da lona-preta, sob a sombra de uma árvore na terra ocupada, na estrada durante uma marcha, na praça pública da cidade, nos lugares onde se encontram as famílias de trabalhadores rurais em luta pela terra. A Escola Itinerante se move junto e as crianças aprendem e estudam em movimento.

O estudo dessa escola é importante para que não se perca sua história, desenvolvida no interior de um movimento sociocultural, que organiza trabalhadores expropriados da terra e pobres que vivem nas periferias das cidades. Por isso, é importante contar a trajetória dessa escola do campo, para se trazer à tona essa experiência e, também, devido ao grande número de analfabetos nas periferias urbanas sem acesso ao banco escolar, sendo que essa é uma experiência educacional que os movimentos sociais poderiam utilizar nos assentamentos urbanos, no intuito de contribuir no combate ao analfabetismo, realizando a alfabetização de jovens e adultos.

Fiquei interessado em pesquisar a Escola Itinerante, e ela se fez premente, porque ao iniciar o estudo, conhecia apenas uma cartilha do Setor de Educação do MST do Rio Grande do Sul, que falava da Escola Itinerante naquele Estado. Assim, no primeiro levantamento bibliográfico encontrei alguns livros fundamentais, poucos textos na Internet, nas revistas especializadas em Educação e nenhum artigo sobre as Itinerantes do Paraná. No entanto, quando fiz a segunda revisão bibliográfica, Neuza, uma militante do Setor de Educação do Movimento, me emprestou trabalhos de dissertação relacionados à educação do campo, além de cartilhas sobre educação do MST e livros sobre Educação do Campo, sendo essas as principais fontes documentais utilizadas, juntamente com entrevistas com os protagonistas da Escola.

Como dissemos, por meio da pesquisa recontamos a história da Escola Itinerante, uma escola pública, gratuita e construída por trabalhadores sem

terra em latifúndios improdutivos, ocupados por famílias organizadas em um movimento social, que inova dentro da educação nacional, ao constituir uma instituição escolar que se move com as famílias para as ocupações de terra e discute a realidade vivida dentro das salas de aulas. Por isso, diferente na sua estrutura funcional. É uma escola baseada na solidariedade e na discussão da cultura camponesa, no sentido de valorizar o homem do campo, onde os alunos aprendem a se auto-organizar para conduzi-la, sendo diferente da maioria das escolas públicas, além disso, na sua constituição contam com a participação efetiva das famílias de trabalhadores rurais nessa escola do campo.

Para nos informar sobre as fontes, diz o professor Saviani: “as fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução no plano do conhecimento do objeto histórico estudado” (2004, p.5). As fontes históricas estão restritas às pessoas que construíram a escola no acampamento Maila Sabrina, foram elas que vivenciaram a prática dessa escola em movimento, que anda com as famílias dos trabalhadores que ocupam terra atrás de trabalho.

Na pesquisa coletamos informações no intuito de registrar “o cotidiano dessa instituição educativa” Magalhães, (1999, p. 69), levantando informações nessa coleta de dados para não perder o início do processo de construção da escola, trazendo à tona sua dimensão cotidiana. Para que a memória não se apagasse com a “mudança dos atores”, perdendo assim a constituição da escola, ao não utilizar essas memórias e prováveis fontes historiográficas. Por isso, entrevistamos pessoas que construíram o projeto, utilizando a abordagem qualitativa, segundo Ludke e André, 1986, “[...] a observação direta permite também que o observador chegue mais perto da ‘perspectiva do sujeito’, o importante alvo nas abordagens qualitativas” (p.26), ou seja, permite ao pesquisador maior compreensão de seu objeto de investigação.

Como salientam Ludke e André (1986), a utilização das entrevistas juntamente com o diário de campo em que foram registradas as observações feitas, permitiu captar o cotidiano da experiência. “[...] a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34). Essa “captação imediata e corrente da informação desejada” é vantajosa ao investigador, por ampliar a compreensão da

realidade que se está estudando e levantando novos elementos para discussão e incluí-los no debate.

Os recursos metodológicos utilizados para coletar os dados do registro histórico sobre a instituição foi o diário de campo, conversas informais no acampamento, as entrevistas com pessoas que estão identificadas no trabalho e também com pessoas que não quiseram seu nome vinculado à pesquisa, o uso de gravador e da fita K-7, para coletar os dados nas entrevistas e nas anotações que consideramos interessantes, ocorridas durante os depoimentos e visita ao acampamento Maila Sabrina.

A seleção dos colaboradores, cuja entrevista foi gravada, teve como inspiração o conceito de colaborador ponto zero, apresentado por Meihy, 1996: “entende-se por ponto zero um depoente que conheça a história do grupo ou com quem se quer fazer a entrevista central” (p. 54). Nesse sentido, “a entrevista central” foi realizada com os educadores Eldilvani Marcelito, Maria Luíza, Marilda, Ângela e José Damasceno de Oliveira. Também compuseram o grupo inicial de entrevistados por conduzirem o processo político do Movimento na região. Esse grupo realizou o cadastramento das crianças em idade escolar, visitando os barracos, entrevistando pessoas com 2º Grau completo ou incompleto, que estivessem a fim de continuar estudando e dar aulas na escola que estavam criando no acampamento. Estes protagonistas também matricularam as mais de 120 crianças e levaram a papelada à 1ª Escola Base Iraci Salete Strozak, em Rio Bonito do Iguaçu.

Estas entrevistas iniciais foram elucidadoras do registro histórico e, também nortearam a escolha dos demais entrevistados, as observações que se fizeram necessárias, para complementarem os fatos, causos e histórias que pudessem contribuir com o registro histórico da Escola Itinerante Caminhos do Saber.

Maria Luíza Gafalon Furlan, foi entrevistada em 11/10/2007, uma das fundadoras da Escola Itinerante Caminhos do Saber. Tinha 50 anos e diploma de técnica em enfermagem nível Médio. Foi a primeira secretária da Escola, permaneceu acampada por seis anos, retornando à cidade com a família, no final de 2008. Na dissertação seu nome será grafado: Maria Luíza.

Marilda é professora da Escola Itinerante Caminhos do Saber, entrevistada em 11/10/2007. Hoje, Marilda se encontra na coordenação da Secretaria da Escola, devido ao afastamento de Maria Luíza.

Eldilvani Marcelito formou-se em Pedagogia em 2007, foi o coordenador do processo de constituição da Escola Itinerante Caminhos do Saber até o final do ano letivo de 2007, quando se afastou da coordenação da Escola por problema de saúde. Foi fundador, juntamente com Maria Luíza, Celso, Marilda, Homero, Ângela, Damasceno entre outros da Escola Itinerante no Acampamento Maila Sabrina, Brigada Che Guevara. Entrevistado em 21/02/2008, em Ortigueira, Paraná.

Damasceno, militante histórico da luta pela reforma agrária no Paraná, eleito vereador em Ibema-PR, sua cidade natal, abandonou o mandato para se dedicar à luta pela reforma agrária dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Membro da Direção Estadual e Coordenação Nacional do MST, entrevistado em 06/03/2008. Ortigueira-PR.

Ângela, é moradora de um assentamento da reforma agrária, mãe de 3 filhos, 32 anos, pertence à coordenação estadual do MST. Foi entrevistada em 06/03/2008, em Ortigueira-PR.

Pompéia, 24 anos é educadora do Setor de Educação do MST, entrevistada em 06/03/2008.

Marin, 48 anos, entrevistada em 21/02/2008. João Marin, 52 anos, entrevistado em 21/02/2008. Jonathan, 10 anos, estudante da Escola Itinerante. Muitas foram às conversas na comunidade com pessoas que não quiseram ser identificadas, entre outras conversas informais no acampamento, anotadas no diário de campo e utilizadas na dissertação.

Para que a gênese da Escola Itinerante Caminhos do Saber não se perca, realizamos a recuperação da “memória individual dos envolvidos” (Abbud, 2003), associada à consulta das poucas fontes documentais disponíveis, uma vez que não haviam cópias de documentos elaborados pela Secretaria e entregues à Escola Base, que mostrassem a realidade dos alunos e da escola. Os documentos encontrados foram: o registro de classe dos alunos matriculados de 1ª a 4ª série em 2007, livro de presença dos educadores, não havia correspondência expedida e recebida, nem qualquer tipo de material escrito sobre o processo de fundação da instituição, que estava sendo elaborado. As informações ficam restritas à Escola Base, aos educadores em questão e dirigentes que contribuíram na sua construção.

Em síntese, para se alcançar os objetivos pretendidos no projeto de pesquisa, realizamos entrevistas com oito pessoas que participaram do início do

processo, onde coletamos os dados para contar essa experiência de escola do Campo, que é a construção da Escola Itinerante desenvolvida pelo MST nos acampamentos de trabalhadores rurais sem terra.

De facto, o quotidiano de uma instituição educativa fica representado por defeito, nos registros e fontes de informação, havendo mesmo dimensões desse quotidiano, cuja memória se apaga com a mudança dos atores e muitas outras que são regularmente destruídas. A história das instituições educativas constitui um processo epistêmico que medeia entre a(s) memória(s) e o arquivo, não se limitando a memória às dimensões orais, mas incluindo as crônicas e outros textos afins e não se confinando o arquivo à documentação e informação escritas. (MAGALHÃES, 1999, p. 69).

Como já foi citado, para registrar a história da Escola Itinerante Caminhos do Saber, fundamentamos o trabalho de pesquisa basicamente em entrevistas: com o pedagogo Eldilvani Marcelito, com a secretária da Escola Maria Luíza, com a educadora Marilda, que iniciaram o projeto da Escola Caminhos do Saber e dirigiram o processo político-burocrático da escola dentro do acampamento, além de Ângela e José Damasceno de Oliveira, dirigentes do MST, que discutiram e participaram do processo de construção da escola. Além dessas entrevistas, conversamos informalmente e anotamos, em nosso diário de campo, os bate-papos com acampados que participaram da experiência de debater a escola dentro dos núcleos de famílias, uma vez que, como diz Ângela, todas as pessoas tinham interesse em discutir, todos queriam saber que escola era aquela que seu filho iria estudar? O que era aquela escola da classe trabalhadora?

Para a realização das entrevistas, as perguntas não foram estruturadas sistematicamente e o “roteiro” elaborado foi flexível, pois no decorrer do diálogo as perguntas surgiram entre o pesquisador e o entrevistado. Como diz Ludke e André, 1986 “parece-nos claro que o tipo de entrevista mais adequado para o trabalho de pesquisa que se faz atualmente em educação, aproxima-se mais dos esquemas mais livres, menos estruturados” (p. 34). Como estávamos levantando os problemas e as dificuldades iniciais de construção da Escola Itinerante, as pessoas contatadas eram educadores, educandos, pais e dirigentes do MST, possibilitando assim realizar o registro histórico da Escola. Ludke e André, 1986 afirmam:

Mas, quando se quer conhecer, por exemplo, a visão de uma professora sobre o processo de alfabetização em uma escola de periferia ou a opinião de uma mãe sobre um problema de indisciplina ocorrido com seu filho, então é melhor nos prepararmos para uma entrevista mais longa, mais cuidada, feita provavelmente com base em um roteiro, mas com grande flexibilidade. (p. 35).

Para trazer à tona essa escola com pouco tempo de existência, contamos como foram os passos iniciais, as dificuldades, os fracassos, as vitórias e os percalços encontrados pelo caminho no desenrolar da construção da escola. Os entrevistados foram parceiros únicos e fundamentais para a reconstituição da história da Escola Itinerante Caminhos do Saber. Magalhães (1999) mostra que a reconstituição de uma instituição carece de se pesquisar em “arquivos, bibliotecas e museus, que são os três núcleos de informação fundamental. Mas não apenas a documentação escrita e preservada com maior ou menor zelo pelas instituições, como também toda a documentação lateral e memória oral”. (MAGALHÃES, 1999, p. 74). Dessa forma a reconstituição histórica da Escola Itinerante Caminhos do Saber, foi fundamentada nas entrevistas e relatos, uma vez que pelo pouco tempo de existência da escola, pelo tipo de escola, havia pouca coisa escrita.

A documentação consultada, descrita a seguir, constituiu o pano de fundo, cenário, no qual se localizam os personagens que foram entrevistados e as ações realizadas. Uma das referências importantes para o tema, que tratam da Educação no Movimento, é o livro DOSSIÊ-MST ESCOLA, em que estão reunidos artigos sobre educação elaborados pelo Setor de Educação Nacional do MST, o livro “Pedagogia do Movimento Sem Terra” de Roseli Salette Caldart, “Por Uma Educação do Campo”, de Arroyo, Caldart e Molina, (organizadores), além de cartilhas, revistas, jornais, Internet, entre outros referenciais que subsidiaram as análises das entrevistas para o entendimento do processo educacional da Escola que anda com os trabalhadores.

3 O SURGIMENTO DO MOVIMENTO SEM TERRA

Malditas sejam
Todas as cercas!
Malditas todas as
Propriedades privadas
Que nos privam
De viver e de amar!
Malditas sejam todas as leis,
Amanhadas por poucas mãos
Para ampararem cercas e bois
E fazer da terra, escrava
E escravo os humanos!⁵
(Dom Pedro Casaldáliga)

3.1 A LUTA CAMPONESA SURGE DA OCUPAÇÃO DA TERRA

Para melhor entender a Escola Itinerante com sua proposta de escola pública, do trabalho, gratuita, laica, universal e transformadora, elaboramos uma síntese da história do Movimento neste capítulo. É importante compreender o porquê e como nasceu o Movimento, como se estrutura, organiza e luta para obter não só a terra, mas um novo patamar de vida às famílias de trabalhadores que vivem na exclusão social no campo e na periferia das cidades brasileiras e vão para os acampamentos para lutar por reforma agrária.

A exposição da trajetória do MST, construída a partir dos relatos de seus Congressos Nacionais, foi baseada no documento do MST – “Orientações práticas e a história dos Congressos do MST – 5º Congresso Nacional do MST, de 11 a 15 de junho de 2007, em Brasília”, que o presente capítulo foi elaborado. Assim, é possível conhecer um pouco o meio em que essa escola foi organizada e se desenvolve há 25 anos, completados no dia 24 de janeiro de 2009. Por isso, para falar sobre Escola Itinerante é preciso conhecer o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sua história de luta pela reforma agrária e enfrentamento do latifúndio, na luta por cidadania e direito do trabalhador rural e de sua família, se

⁵ Poema do bispo Dom Pedro Casaldáliga, retirado do livro *A Questão Agrária Hoje*, (1994), citado pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira na página 61.

tornando como disse o professor e economista Furtado e frisado pelo economista Sampaio no Jornal Brasil de Fato, “como o maior Movimento cívico do país desde a Abolição da escravatura” (2009, p. 04). Um Movimento que se caracteriza pela luta de massas, pelo combate ao agronegócio, ao capital financeiro e às transnacionais.

O MST além de sua prática de ocupação da propriedade privada da terra para distribuí-la, tem ainda organizado socialmente essas famílias, criando novas comunidades rurais, para constituir um novo homem e uma nova mulher na sociedade. Portanto, um Movimento que acontece no campo, provavelmente cometa erros na condução da luta pela reforma agrária, mas é quem faz a luta onde moram essas pessoas, se reproduzem e se organizam em “cooperativas de comercialização e agroindústrias”, no intuito de desenvolver as forças produtivas nos assentamentos. É a trajetória dos 25 anos de luta do Movimento Sem Terra que trata este capítulo. Como cita Stédile a respeito de uma “conversa que teve com o Mestre”, o professor Furtado, quando este fez a seguinte recomendação ao MST:

Se quiserem conquistar a reforma agrária, além de continuar a luta persistente não se descuidem de quatro aspectos fundamentais: 1) mantenham-se como um movimento nacional, somente assim contribuirão para um projeto nacional; 2) procurem organizar cooperativas com os camponeses assentados, especialmente cooperativas de comercialização e de agroindústria, pois somente assim estarão resistindo à exploração ainda vigente dos intermediários, do comércio e da indústria; 3) dediquem-se continuamente à formação de quadros, entre a juventude do Movimento. Quadros técnicos e políticos. Quadros de todos os níveis, desde a alfabetização até os cursos superiores. As Ligas foram derrotadas porque não conseguiram formar quadros próprios. Dependiam de poucos quadros e oriundos de outras organizações; 4) façam uma campanha permanente de esclarecimento, convencimento e propaganda, a nível internacional. (STÉDILE, 1997, p. 313)

Neste capítulo faremos um retrospecto da conjuntura de expropriação dos camponeses da terra de trabalho na década de 1970/80, como elemento fundamental da organização de um movimento social que se enraíza na história do Brasil, como movimento cívico que recompõe o tecido social do campo brasileiro, recriando a luta camponesa no país e a luta do homem pelo seu direito ao trabalho, à cidadania e à vida. A organização dos camponeses brasileiros no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a partir de 1979, desemboca no Encontro de fundação em janeiro de 1984 e então é organizado com a proposta de

unificar e organizar a luta dos trabalhadores rurais, por meio da ocupação dos latifúndios improdutivos para fazer a reforma agrária, com apoio e cooperação da Comissão Pastoral da Terra - CPT. Ainda nesse 2º capítulo, fundamentamos o histórico do MST nos seus cinco Congressos Nacionais, fazendo uma retrospectiva política desses 25 anos de existência, levantando alguns pontos de sua trajetória histórica, suas lutas e ideologia política de transformação social.

3. 2 A RESISTÊNCIA NA TERRA DE TRABALHO

Depois da “resistência heróica” dos posseiros em cima da terra de trabalho durante a ditadura, o embrião do ressurgimento da luta camponesa está na primeira ocupação de terra na fazenda Macali em Ronda Alta-RS dirigida por trabalhadores rurais organizados pela CPT. Nessa época, a conjuntura era de crise econômica, transformações na agricultura e ebulição social contra a ditadura militar. Como diz Stédile e Fernandes:

Essa crise e essas transformações abriram brechas para a luta pela terra e crescimento dos movimentos de massas urbanos que lutavam pela democratização do país. O governo foi ficando acuado. Como passara 20 anos reprimindo, não tinha mais como reprimir. A última tentativa de repressão de o governo militar foi na Encruzilhada Natalino [...] mas não deu certo como aconteceu com os posseiros do norte, onde a luta era isolada e não tinha adquirido um caráter de massas e de classes (1999, p. 65).

Mesmo depois do golpe civil militar de 1964, foi aprovado em novembro o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/1964), que não distribuiu terras e as que foram desapropriadas para efeito de reforma agrária, foram vendidas por uma bagatela às grandes empresas transnacionais, bancos e às empresas de colonização, sem contar que os estímulos econômicos à modernização agrícola do país, voltaram-se às grandes propriedades que quisessem se instalar na frente pioneira no norte do país, ou na também conhecida “Amazônia legal” (MARTINS, 1980; IANNI, 1979; OLIVEIRA, 2001).

A repressão ao movimento operário, camponês e popular, desencadeada pelos militares após o golpe de 1964, destruiu a organização política

da classe trabalhadora do campo e da cidade, mantendo intacta a concentração da propriedade privada da terra, realizando a desnacionalização da economia, período que ficou conhecido como de abertura e entrega de amplos setores da economia nacional ao capital estrangeiro. Os generais acabaram com os partidos políticos, as organizações sindicais, as Ligas Camponesas, o movimento estudantil e, tudo que se relacionasse com luta e organização popular, foi destruído e colocado na clandestinidade, reprimindo, torturando e assassinando militantes nos 21 anos de regime militar. Em síntese, o golpe de estado serviu para acabar com a organização popular, manter o latifúndio, não fazer reforma agrária, entregar o país ao imperialismo, aumentando a desigualdade e a concentração da terra, da renda e da riqueza nas mãos de uma minúscula elite submissa ao capital estrangeiro.

A categoria latifúndio por dimensão foi esquecida e foram dados incentivos não só à sua transformação tecnológica como também criaram-se condições favoráveis para que essa forma de propriedade se viabilizasse nas regiões de fronteiras agrícola, por meio de concessões de terras públicas. Os incentivos fiscais, o crédito farto e barato atraíram grandes empresas do setor industrial e financeiro para o meio rural. (MEDEIROS, 2003, p.25).

O acampamento e a ocupação da terra se tornam o “modus operandi”, a forma que adquire a luta pela reforma agrária inventada pela classe trabalhadora do campo no Brasil, para dividir o latifúndio, gerar cidadania e lutar pela transformação social, por meio de um Movimento organizado e enraizado entre os trabalhadores sem terra de norte a sul do país. Como falou Aleida Guevara no 4º Congresso Nacional do MST, em 2000: “O MST leva vida ao continente. É importante que vocês se mantenham unidos, que possam aumentar o nível de consciência do povo. Vocês têm uma grande responsabilidade com o continente” (MST, 2007).

A amplitude da reforma agrária ao abranger moradia, saúde, educação, crédito, estradas, garantia dos direitos de cidadão adquiridos na conquista do espaço público, a organização econômica e política dos sem terra, fazem com que o Movimento mantenha a luta contra o latifúndio, o neoliberalismo, a financeirização da economia e as sementes transgênicas de propriedade exclusiva de seis ou sete transnacionais. A isso se acrescenta o fato de o Brasil ser um dos poucos países que tem na ocupação da terra, alternativa ao desemprego de amplas

massas da população excluída nas periferias das cidades e das mais 4,5 milhões de famílias sem-terra espalhadas pelo país e vivendo miseravelmente.

A resistência na terra de trabalho foi a marca registrada da luta dos trabalhadores rurais, principalmente na região sul, onde as famílias de sem terra se negavam a sair da região e das terras onde haviam nascidos, naquela terra coberta pelas águas da hidrelétrica estava enterrada sua história e de sua família, para torná-la viva, se organizava e ocupava latifúndios improdutivos da região, dando origem paralelamente ao MST, ao Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB. Com essa prática o movimento camponês começou a ser reestruturado no Brasil a partir de 1975, quando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – fundou a Comissão Pastoral da Terra – CPT –, que realizou a articulação ecumênica e política dos sem terra espalhados pelo país e teve papel primordial na organização do trabalhador rural em um movimento autônomo e articulado nacionalmente.

A CPT, vinculada à CNBB, é a mãe do MST. Ela reuniu as lutas do Brasil inteiro e permitiu que as pessoas que participavam dessas lutas se conhecessem, trocassem experiências e decidissem formar um movimento nacional. Esse movimento se tornou autônomo, independente da Igreja e não se deixou cooptar por partidos e sindicatos (CAROS AMIGOS Especial, outubro/2000, nº 06, p. 23).

3.3 A REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS

Em 1978, o movimento operário retoma as greves⁶, ocorre a Anistia, surge o PT⁷, a CUT⁸, principia a luta por “Eleições Diretas Já”⁹ e por uma

⁶ As greves operárias de 1978, iniciadas na Scania, são organizadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, do qual Luiz Inácio Lula da Silva era presidente, desencadeando-se greves generalizadas pelas mais diversas categorias profissionais, que estavam com os salários achatados, dando início ao processo de formação da Central Única dos Trabalhadores e do PT.

⁷ PT – Partido dos Trabalhadores, fundado em 10/02/1980 no Colégio Sion, em São Paulo. Cartilha nº 2 – 1999 – Consulta Popular “História Política do Brasil 1960-94. Cronologia resumida dos principais fatos e organizações partidárias”.

⁸ CUT - Central Única dos Trabalhadores, fundada em 26/08/1983. Cartilha nº 2 – 1999 – Consulta Popular “História Política do Brasil 1960-94. Cronologia resumida dos principais fatos e organizações partidárias”.

⁹ Eleições Diretas Já. 27/11/1983, primeira manifestação pública do PT pela eleição direta reúne 10 mil pessoas no Pacaembu-SP. A proposta de eleição direta reúne 1 milhão de cariocas nas ruas pedindo o fim da ditadura e eleições para presidente. Em 25 de abril de 1984, a votação no Congresso, da emenda Dante de Oliveira, restabeleceria as eleições diretas para presidente. A emenda é derrotada no Congresso, (Cartilha nº 2 da Consulta Popular, 1999, p. 35, 36) sendo Tancredo Neves eleito indiretamente presidente pelo Congresso Nacional. A “Nova República” inicia com José Sarney, que assume a presidência com a morte de Tancredo.

Constituinte Livre e Soberana, ao mesmo tempo em que se desenvolve uma grave crise econômica no país. A crise da dívida externa/interna que torna perdida a década de 1980 pela estagnação econômica, se arrasta pelas décadas neoliberais de 1990/2000 com privatizações das estatais, com precarização e desregulamentação do trabalho no governo FHC.

No entanto, como tudo é contraditório em nossa sociedade, também como parte da crise do modelo de industrialização dependente surgiu na década de 1980 muitos movimentos sociais – e chegamos a ter uma reascensão do movimento de massas, de 1978 a 1989 –, que reorganizaram a classe trabalhadora em torno da CUT, do PT, das pastorais progressistas, dos sindicatos e do MST. Portanto, formas organizativas de resistência queriam mudanças diferentes. E havia no campo, forças organizadas da classe trabalhadora que voltavam a lutar pela reforma agrária (MST, 2004, p. 13).

A organização das várias categorias profissionais, além de provocar greves econômicas, acarreta a organização dos partidos políticos, dos sindicatos, a construção das centrais sindicais e os movimentos populares mobilizam a sociedade civil contra a ditadura. Vivíamos um período de ascensão dos movimentos sociais no país, ocasionando o fim da ditadura civil militar em 1985 e a eleição indireta de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral. É nesse contexto de ascensão do movimento social e de luta do povo brasileiro por mudanças, que são organizados os trabalhadores rurais pelo MST em torno da reforma agrária depois do Golpe Militar de 1964. Esse movimento de massas cresce até 1989, quando Lula é derrotado por Collor de Mello na primeira tentativa de se eleger Presidente da República.

A Nova República institucionalizou a redemocratização após a queda da ditadura sob a forma de uma transição feita ainda “por cima”, prussianamente, pois o controle da redemocratização ficou mezo a mezo entre o partido de oposição à ditadura, agora Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e os amplos “salvados do incêndio” no Partido da Frente Liberal (PFL), mas já fortemente temperado pelo surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) – provavelmente a maior invenção política da história brasileira do século XX depois do PCB, em 1922 –, cujas bases sociais e, para além, simbólicas se assentavam justamente no “novo sindicalismo” ou “sindicalismo autêntico”, até a constituição da Central Única dos Trabalhadores (CUT), umas das grandes “invenções” do período. A outra grande invenção foi a formação e a constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que recolocou na agenda a reforma agrária com uma abrangência e uma radicalidade que ampliaram muito o que havia sido proposto pelas Ligas Camponesas nos anos de 1950 (OLIVEIRA; RIZEK, 2007, p.22).

A organização política e ecumênica que a CPT desenvolveu entre pequenos proprietários, posseiros, meeiros, arrendatários, parceiros espalhados pelo país inteiro, realizando a união do campesinato brasileiro e criando o movimento de base dos trabalhadores sem terra. Os militantes da Teologia da Libertação, filosofia orientadora das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs – e das Pastorais Sociais Urbanas e Rurais, é quem faz trabalho de base nas comunidades, formando militantes para aparelhar os instrumentos políticos da organização popular, criadas pelas Pastorais como contribuição à luta, aglutinando, conscientizando e mobilizando a classe trabalhadora do campo e da cidade contra a ditadura, nesse sentido as Igrejas progressistas fundadas na Teologia da Libertação cumpriram um papel primordial na queda do regime militar.

A conjuntura de expropriação dos trabalhadores rurais, a concentração cada vez maior da riqueza, do poder e das terras em poucas mãos, tem seu contraponto na organização política dos trabalhadores rurais iniciada pela CPT, que leva à primeira ocupação de terra em 07 de setembro de 1979, no município de Ronda Alta no Rio Grande do Sul, embrião de fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Bernardo: A Macali foi uma trincheira, mas não foi a guerra.
[...] João Pedro: É. Foram várias trincheiras. No Rio Grande do Sul, foi a Macali, não pelo espaço geográfico, pelo pedaço de terra conquistado e sim porque foi uma vitória. Se fosse só pelo espaço geográfico, em nome da verdade histórica, deveríamos dizer que o movimento surgiu da expulsão dos colonos que viviam na reserva indígena dos Kaigangs, em Nonoai (RS). A Macali ganhou fama porque teve repercussão e porque foi vitoriosa (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 24).

Com a penetração do capitalismo no campo, a partir de 1960, intensifica-se a exploração e a expropriação camponesa das terras de trabalho no sul e no sudeste, empurrando essas famílias para as fronteiras agrícolas na região norte do país, ocupada por grandes propriedades com incentivos fiscais do regime militar (GRAZIANO, 1981; MARTINS, 1980; IANNI, 1979; MEDEIROS, 2003); a segunda opção para que estas famílias continuassem se reproduzindo no sul, foi se deslocarem para as periferias das cidades tornando-se assalariados urbanos e construtores de favelas; a terceira opção foi ficar na terra de trabalho e resistir em

cima do pedaço de chão nos acampamentos sem terra. (STÉDILE; FERNANDES 1999).

O aumento dos posseiros revela que parte do campesinato expropriado recusa a proletarização e procura abrir na posse da terra o espaço para a continuidade do trabalho camponês familiar. Seu crescimento igualmente revela que cerca de 1/5 dos produtores no campo está em luta aberta pela garantia da posse da terra como meio de produção necessário e fundamental ao trabalho familiar camponês. Esses dados revelam também que se ocorre um aumento dos proprietários, ocorre também um aumento da parceria como forma de trabalho no campo. (OLIVEIRA, 1994, p. 63).

Na mesma situação dos pequenos proprietários e arrendatários expulsos da terra de trabalho pelo capitalismo, encontravam-se os posseiros espalhados por todo o território nacional, com incidência maior no Nordeste e, principalmente na Amazônia. Tal situação foi retratada por Carvalho (1980) no livro “Sangue da Terra. A luta armada no campo”, com reportagens sobre a resistência dos posseiros no Sul do Pará à penetração das grandes empresas nas regiões de fronteira, ocupada em parte pelas famílias de lavradores que iam sendo expulsas pela polícia e pelos jagunços, que roubavam a terra “amansada” pelos posseiros, passando-as aos latifundiários e empresários que delas se apropriavam, através da titulação forjada em Cartório (MARTINS, 1980).

[...] A questão agrária brasileira tem duas faces combinadas: a expropriação e a exploração. Há uma clara concentração da propriedade fundiária, mediante a qual pequenos lavradores perdem ou deixam a terra, que é o principal instrumento de trabalho, em favor de grandes fazendas. Convém notar que esse processo hoje não é conduzido fundamentalmente pelos velhos e rançosos “coronéis” do sertão, os famosos latifundiários a que se agregava o adjetivo de “feudais” até há pouquíssimos anos. Esse processo agora é conduzido diretamente por grandes empresas capitalistas, nacionais ou multinacionais, com amplos incentivos financeiros do próprio Estado (MARTINS, 1980, p. 53-54).

O contingente de trabalhadores rurais expropriados de suas terras para as cidades, mão de obra que chegava como força de trabalho desqualificada, semianalfabeta, com pouca habilidade profissional e educacional para conseguir bons empregos, era uma mão de obra mais apropriada para o trabalho braçal na construção civil, já que a indústria metalúrgica exigia Ensino Médio; além disso, essa grande oferta de força de trabalho mantinha baixo o salário mínimo, arrojado,

desde o início, pela política econômica da ditadura militar. A urbanização forçada e rápida mantém a massa da população expurgada do campo, desempregada e excluída nas periferias das cidades, com trabalho sazonal na bóia-fria, onde se alastra a miséria, com muitas favelas e desemprego crescente, como analisa Martins (1980, p. 50)

Uma parte significativa desses lavradores tem se dirigido para as grandes cidades, à procura de uma oportunidade de trabalho, indo engrossar a massa marginalizada que vive em condições subumanas nas favelas, invasões e alagados. Outra parte entra sertão adentro à procura de terras desocupadas, longe das grandes empresas, onde possa fazer sua roça, como tem acontecido com os posseiros. O que durará apenas o tempo necessário à chegada de um novo grileiro, de uma nova fazenda.

Como diz o professor Oliveira (1981): “A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial” (OLIVEIRA, 1981, p.14). O processo de urbanização e transferência de camponeses para as cidades se radicaliza, tanto que a população rural de 38,8 milhões em 1960, foi para 41,1 milhões dez anos depois e retrocedeu em 1980, para 39,6 milhões, ficando praticamente estagnada durante duas décadas, enquanto a população urbana cresceu aceleradamente, caindo o percentual da população rural sobre o total da população de 55,3% em 1960, para 32,4% em 1980. (KUCINSKI, 1982, p. 40). A transformação de país agrário em industrializado, manteve a concentração da propriedade da terra, das riquezas, a desigualdade social e em torno de um 1/4 da população vivendo abaixo da linha da pobreza. No campo as famílias dos pequenos proprietários com pouca ou sem terra, posseiros, meeiros, arrendatários, expropriados da terra de trabalho e organizados pela CPT, formam o Movimento Sem Terra.

Tanto o lavrador do campo quanto o operário da fábrica são antagonizados e violentados pelo capital, mas de formas diferentes. Por isso dão respostas diferentes ao mesmo adversário. [...] o capitalismo articula num só tempo, ainda que em espaços distintos, a expropriação e a exploração, processos que, a rigor se deram separadamente na história clássica do capital. O mesmo grupo econômico, nacional ou multinacional, que utiliza técnicas sofisticadas e contratuais na exploração do trabalho do operário em São Paulo ou nas grandes capitais européias, utiliza a violência do jagunço, sobrepõe o poder privado ao poder público, para expropriar o posseiro na Amazônia e até mesmo emprega o trabalho escravo para abrir suas fazendas (MARTINS, 1980, p. 16).

No livro “Brava Gente”, João Pedro Stédile em entrevista ao professor Fernandes (1999), expõe de forma simples e concisa a história do MST, mostra porque a ocupação da terra se torna o *modus operandi* do Movimento, além de mostrar a complexidade que se tornou a organização - MST. Fala que a organização do Movimento no sul, além de outros fatores, é resultado da mecanização e da penetração da soja em consórcio com o trigo no Rio Grande do Sul e uma alternativa ao café que estava sendo erradicado das lavouras do Paraná. A mecanização para o plantio da soja expropria o homem da terra de trabalho, além da construção de usinas hidrelétricas como de Itaipu. (Martins, 1980 e Stédile e Fernandes, 1999). No norte do Paraná, a geada negra em meados de 1975, queimou os cafezais que foram erradicados para entrada da soja, os trabalhadores rurais são despejados das fazendas com colônias de café e jogados com sua pouca mudança e enorme família na periferia das cidades, acelerando a construção de favelas nas periferias das pequenas, médias e grandes cidades do Brasil.

Os que não conseguem resistir a essas diferentes pressões e agressões, como posseiros, colonos, parceiros, arrendatários, moradores, transformam-se em proletários, em trabalhadores à procura de trabalho não só no campo, mas também na cidade. É conhecida a situação dos trabalhadores avulsos em amplas regiões do país – conhecidos como “bóias-frias” em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, ou como “clandestinos” em Pernambuco; ou “volantes” na Bahia e em outras regiões. As oportunidades de emprego para esses trabalhadores são sazonais, o que os impede de trabalhar todos os meses do ano. Para atenuar as dificuldades que enfrentam, aceitam deslocarem-se para grandes distâncias, levados pelo “gato”, longe da família, sem qualquer direito trabalhista assegurado (MARTINS, 1980, p. 52).

Famílias que foram arriscar a sorte na frente pioneira acabaram não tendo como se reproduzir nem na frente nem na periferia das cidades, pois eram camponeses acostumados com lavoura de arroz, feijão, milho. Não tem o quê fazer na cidade ou mesmo na frente pioneira, onde prevalece o latifúndio e as empresas agropecuárias. Por isso, o chamamento forte da reforma agrária feita pelo MST, atraindo esses trabalhadores rurais expropriados da terra e desempregados, para se engajarem no Movimento Sem Terra. “A mecanização da lavoura e a introdução, digamos, de uma agricultura com características capitalistas expulsaram do campo de uma maneira muito rápida, grandes contingentes populacionais naquela década”. (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 15).

Essa penetração rápida do capitalismo no campo, juntamente com as construções das barragens das usinas hidrelétricas, como a de Itaipu entre outras construídas no país, contribuíram para que uma imensidão de camponeses fossem expropriados e se tornassem sem terra. A ditadura propõe como saída às famílias desenraizadas pelo capitalismo, a ida às fronteiras agrícolas nos projetos de colonização no Mato Grosso, Pará, Rondônia. Stédile e Fernandes dizem que as “famílias que foram, mandavam cartas relatando a situação e dizendo que não se adaptaram, não conseguiram se reproduzir enquanto camponeses” (Idem, p. 16). E continua “essas regiões não tinham vocação para a agricultura familiar e os migrantes estavam acostumados no sul do país a produzir grãos”. A colonização na região norte privilegiava a abertura de grandes fazendas com incentivos fiscais, ampliando a concentração da propriedade privada da terra também nas fronteiras agrícolas, ficando as piores terras para os colonos do sul, que se aventuravam em pequenas propriedades. Segundo Stédile, “o governo queria promover com esse êxodo uma transferência de mão de obra para o garimpo e o extrativismo de madeira, pois o governo tinha interesse em proporcionar incentivos às grandes propriedades”. (idem, p. 16)

[...] A concentração da propriedade privada da terra no Brasil não pode ser compreendida como uma excrescência à lógica do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, ela é parte constitutiva do capitalismo que aqui se desenvolve. Um capitalismo que revela contraditoriamente sua face dupla: uma moderna no verso e outra atrasada no reverso. [...] Em nenhum momento da história da humanidade houve propriedades privadas com a extensão das encontradas no Brasil. A soma da área ocupada pelas 27 maiores propriedades privadas no país é igual à superfície total ocupada pelo Estado de São Paulo, ou, se for somada à área ocupada pelas 300 maiores propriedades privadas no país, ela equivale a duas vezes a superfície total deste mesmo Estado. (OLIVEIRA, 2001, p.2).

A mecanização agrícola e a entrada das transnacionais no campo ampliam a concentração da propriedade privada, a monopolização na distribuição e comercialização de insumos, adubos, sementes, ficando o mercado nas mãos das transnacionais e do agronegócio, que submetem os trabalhadores rurais a um processo de expropriação da terra de trabalho, inclusive com trabalho escravo. Restando aos trabalhadores expropriados se organizarem para lutar pela reforma agrária, por meio da ocupação do latifúndio, que num processo contraditório

continua empurrando famílias de lavradores às periferias das cidades. Não havia muitas saídas, (Stédile e Fernandes, 1999), além da resistência das famílias na terra, na região onde moravam e utilizando a ocupação da terra como a ferramenta de luta, para fazer a reforma agrária nas terras improdutivas, dessa contradição é organizado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Outro aspecto é que ela (a ocupação) desmascara a lei. Se não ocupamos, não provamos que a lei está do nosso lado. É por essa razão que só houve desapropriação quando houve ocupação. É só comparar. Onde não tem MST, não tem desapropriação. [...] A Lei só é aplicada quando existe iniciativa social, essa é a norma do direito. Nossos alunos aprendem isso no primeiro dia de aula. A lei vem depois do fato social, nunca antes. O fato social na reforma agrária é a ocupação, as pessoas querem terra, para depois se aplicar a lei. (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 115).

Quando Stédile fala da ocupação da terra, diz que ela é a essência do Movimento, é dela que brota a dialética do confronto entre a terra de trabalho e a terra para especulação e monocultura da soja, cana, milho e pasto. “Outro aspecto da ocupação, este do ponto de vista da nossa organização, é que ela é fundamental, é a essência do movimento” (Idem, p. 114). A ocupação é o instrumento essencial da luta pela reforma agrária e para ela vai toda a família, porque está se constituindo uma comunidade com princípios solidários e fraternos desenvolvidos no cooperativismo. Com a ocupação os sem terra criam o fato social; para que o fazendeiro possa reaver o latifúndio improdutivo, precisa entrar na Justiça e obter o despejo legalmente, conforme manda a lei, no entanto, alguns despejos são feitos por pistoleiros pagos pelo latifúndio, como a desapropriação em 2007 da Fazenda Três Jotas do ex-deputado federal José Janene. Quando de madrugada cerca de 40 pistoleiros armados e encapuzados, expulsaram as famílias de trabalhadores rurais sem terra que haviam ocupado a área em Londrina, Paraná. A ocupação torna a área produtiva e a produção na área só é interrompida quando ocorre o despejo, os camponeses produzem para sustento das famílias, tornando o acampamento na terra antes improdutivo, um lugar de produção de comida e convívio social de pobres organizados pelo Movimento. São famílias excluídas das periferias das cidades, que vêm para os acampamentos, conseguindo pela luta, dar um passo na conquista da cidadania e na construção de um outro Brasil, justo e igualitário.

[...] Bernardo: Sem ocupação, o MST não nasceria e, sem ela, morre. É isso?

João Pedro: É isso. Teria muitos aspectos para abordar sobre a ocupação. Primeiro, é uma forma de luta contundente, não deixa ninguém ficar em cima do muro, obriga todos os setores da sociedade a dizerem se são a favor ou contra. [...] é um perigo nesse país um cara ser pobre e organizado. Os pobres existem por aí dispersos e ninguém se queixa deles. Se se organizam e fazem uma ocupação, ela é tão evidente e tão contundente que obriga a sociedade a se manifestar. (Idem, p. 113).

Usando a ocupação como instrumento da luta de classes, forma construída pelo Movimento para conquistar território e resistir na terra onde será o assentamento, revertendo o processo, de expropriados, os trabalhadores se tornam expropriadores de alguns latifúndios. São os camponeses expulsos da terra dispostos a enfrentar o latifúndio, a polícia e o governo, que se tornam uma base social a reivindicar seu direito ao trabalho na terra e mudança no modelo econômico. São famílias de trabalhadores que precisam plantar para comer e não aceitam nem a colonização, nem a ida às favelas das cidades como saída para seus problemas econômicos e políticos, querem permanecer no campo e, sobretudo na região onde moravam. Criando dessa maneira resistência ao “pensamento único” de que não precisa de reforma agrária, de que é algo ultrapassado, fora de moda com certeza e sem nenhum interesse para o capital financeiro e o agronegócio. (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p.17). No entanto, para as famílias de desempregados e com vontade de trabalhar, um lote de terra na reforma agrária, resolve seu problema com relação à miséria e o desemprego, pois é o trabalho permanente e bem remunerado que garante a cidadania do homem e da mulher.

Bernardo: Os camponeses que perderam a terra e o trabalho por causa da modernização da agricultura passam a se organizar e a resistir?

João Pedro: Sim, porque querem continuar no campo e na região onde moram. É a vocação pela terra. Antes eles eram arrendatários, meeiros, filhos de agricultores que ainda moravam no fim da roça do pai. Agora eles não conseguem mais se reproduzir no campo, estão sendo expulsos da terra. Então resolvem se organizar e lutar para continuar como agricultores nos seus estados de origem. (Idem, 1999, p. 18,19).

Como já foi dito, um dos fatores importantes que contribuiu na formação do MST, foi o trabalho de base e de organização realizado com o

campesinato brasileiro pela CPT, por ação de bispos, padres e agentes pastorais, que se tornaram referência nacional e internacional na luta pela reforma agrária, contra a ditadura militar e em defesa dos posseiros e índios da região Amazônica, como alguns bispos, ícones da Igreja Progressista: Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomás Balduino, Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Helder Câmara. Além de outros bispos, padres e agentes pastorais ligados à Teologia da Libertação, sendo alguns assassinados como o padre Josimo e padres estrangeiros expulsos pela ditadura. No entanto, por mais violenta que tenha sido a repressão, a resistência e a luta aglutinaram os trabalhadores sem terra num movimento nacional, autônomo e político, na luta por terra, direito e soberania. Quiçá dos mais importantes movimentos de trabalhadores rurais da América Latina e do mundo na atualidade. “Esse trabalho pastoral das Igrejas também faz parte da gênese do Movimento [...] o MST nasce das lutas que já ocorriam, simultaneamente, nos Estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul” (Idem, p. 17). Outro elemento que contribui para a construção desse processo é ideológico.

Quero ressaltá-lo porque é importante na formação do Movimento. É o trabalho pastoral, principalmente da Igreja Católica e da Igreja Luterana. A CPT nascida em 1975, foi muito importante para a reorganização das lutas camponesas [...] com o surgimento da CPT, há um movimento de bispos, padres e agentes de pastoral, em plena ditadura militar, contra o modelo que estava sendo implantado no campo [...] a CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses. (Idem, p. 20).

Um outro elemento importante na constituição do MST, foi a luta pela democratização da sociedade brasileira no final da década de 1970. A conjuntura política era de luta pela democratização, radicalizada pela movimentação e greves da classe operária no ABC paulista e pelo país adentro, após 10 anos do AI-5¹⁰ e do governo do general Médici, quando houve intensa repressão à guerrilha urbana e rural no Araguaia, com a destruição e morte dos militantes e o derradeiro fim dos partidos políticos, organizações e entidades revolucionárias, com assassinatos das lideranças. As greves operárias por salários se avolumam nas

¹⁰ AI-5 – Ato Institucional nº 05, de 03/12/1968. Decretado pelo governo militar, que dissolve o Congresso Nacional e o presidente militar assume plenos poderes. A imprensa fica sob censura, as organizações populares são perseguidas e suas lideranças presas e muitas assassinadas sob tortura. Cartilha nº 2 – 1999 – Consulta Popular “História Política do Brasil 1960-94. Cronologia resumida dos principais fatos e organizações partidárias.”

idades, inclusive os bóias-frias da cana-de-açúcar e da laranja do Estado de Pernambuco e São Paulo fazem greve, entre outras categorias profissionais urbanas, que se organizam em sindicatos e lutam por seus interesses econômicos e políticos. A Anistia trás de volta a intelectualidade e militantes políticos perseguidos e banidos pela ditadura militar. O retorno dos exilados políticos coincide com a fundação do PT, da CUT e do MST, nascidos da luta política engendrada na sociedade pelo movimento operário, camponês, estudantil e pelas pastorais sociais, que faziam à organização popular nas cidades e no campo, apesar da censura e da repressão do regime militar. A luta pela reforma agrária toma a forma de ocupação do latifúndio improdutivo para o trabalho, somando-se às mobilizações dos operários nas cidades nas greves de 1978, 1979 por salário e democracia.

Outro evento importante, segundo Stédile e Fernandes (1999), para a consolidação do Movimento, foi a grande concentração de solidariedade ao Acampamento da Encruzilhada Natalino em Ronda Alta, em 25 de julho de 1981, que reuniu em torno de 30 mil pessoas num processo de luta camponesa em plena ditadura militar. “Foi uma concentração de solidariedade ao acampamento, que estava ameaçado pela repressão do governo federal. Portanto, uma concentração popular de cunho político, contra a ditadura militar.” (Idem, p. 22).

A motivação era a de manifestar solidariedade à luta pela reforma agrária e, ao mesmo tempo, lutar contra a ditadura militar [...] A sociedade, portanto, ajudava a construir o MST, porque se ela não promovesse a defesa do acampamento da Encruzilhada Natalino, a derrota política que iríamos sofrer teria adiado a construção do MST ou, então, ele teria nascido com outro sentido, com outro caráter. (Idem, p. 23).

Como já foi afirmado, a conjuntura nacional no início da década de 1980, era de intensa ebulição social pela democratização do país. Quando ocorre a primeira ocupação em 1979, a situação dos pequenos proprietários que ainda resistem é crítica, a terra é pouca, a família aumentando, enquanto os filhos são pequenos ou adolescentes, a casa e a terra os comportam, mas quando casam e estabelecem família, a terra exígua os expulsa, assim como a mecanização agrícola para entrada da soja. Desaparecem os minifúndios, não há crédito para camponeses pobres, juros altos, prazos curtos e aperto financeiro da maioria, além da pressão do latifúndio de querer anexar às suas, as terras dos pequenos e médios proprietários.

(Martins, 1980). Como essa família não consegue mais se reproduzir na terra, vive um processo de desagregação, os filhos vão em busca de trabalho assalariado na cidade. Quando não, a família vende tudo e vai para a cidade e não são poucas que perdem os filhos para a prostituição, as drogas e a criminalidade.

Uma grande parte dos lavradores migrou para as grandes cidades à procura de uma oportunidade de trabalho, indo engrossar a massa marginalizada que vive em condições subumanas nas favelas, invasões e alagados, em loteamentos clandestinos, cortiços e nas senzalas modernas dos canteiros de obras da construção civil. O desenraizamento do povo gera insegurança pelo rompimento dos vínculos sociais e perda dos pontos de referências culturais, sociais e religiosas, levando à dispersão e à perda de identidade. (CNBB, 1980, p. 283).

Os trabalhadores que resistem na terra provocam grande inquietação no campo e nas cidades. O medo da reforma agrária ser feita e a população excluída assumir de vez seu lugar na sociedade, conquistando cidadania pela luta, leva a classe dominante ao desespero, elevando-se o número de assassinatos de trabalhadores rurais sem terra, devido à intensidade dos conflitos no meio rural e impunidade dos mandantes dos crimes, geralmente ligados a União Democrática Ruralista - (UDR)¹¹.

Bernardo: Podemos dizer que o MST nasce das lutas que já ocorriam, simultaneamente, nos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul?

João Pedro: Certo, é uma constatação histórica. Agora, há um segundo elemento muito importante na gênese do MST. O primeiro aspecto é o socioeconômico. O segundo é o ideológico. Quero ressaltá-lo porque é importante na formação do movimento. É o trabalho pastoral, principalmente da Igreja Católica e da Igreja Luterana. (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 18,19).

Como a CPT se encontra organizada em vários estados, é quem provoca a ligação das lutas dos posseiros do nordeste e da Amazônia com a luta dos sem terra do sul, sudeste e centro-oeste. O Encontro Nacional de fundação do MST foi em janeiro de 1984, em Cascavel no Paraná, quando nasce uma

¹¹ UDR – União Democrática Ruralista. Organização de grandes proprietários de terra, fundada por Ronaldo Caiado, deputado federal (DEM-GO), em meados da década de 1980, para combater a luta pela reforma agrária na Constituinte de 1988. É uma organização da elite latifundiária que se pauta pela violência e assassinato de trabalhadores rurais. No Congresso Nacional são representados, hoje, pela bancada ruralista do agronegócio, sendo um grupo muito articulado, envolvendo políticos e juizes de todo o Brasil.

organização que, apesar de ser cria e criatura da CPT, se torna uma instituição autônoma. Sem vinculação política partidária, sindical e aceita quem estiver interessado em lutar pela reforma agrária dentro ou fora do Movimento, desde que respeite seus princípios e suas normas. No 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Cascavel, em janeiro de 1984, estavam presentes 13 estados e é a retomada da organização política do movimento camponês no Brasil. Começa uma nova era histórica da luta pela terra no país.

3.4 CONGRESSO NACIONAL

Para fazer a retrospectiva histórica do MST desses 25 anos de existência, utilizamos a história dos Congressos Nacionais do Movimento, que fundamentamos baseado no documento: “Orientações práticas e a história dos Congressos do MST – 5º Congresso Nacional do MST de 11 a 15 de junho de 2007, em Brasília”, cuja síntese é apresentada a seguir. Estes eventos são realizados a cada cinco anos e constituem-se no espaço em que se elaboram as linhas e as diretrizes políticas, para que a militância estude e aprofunde seu conhecimento teórico e prático sobre a conjuntura política, as principais lutas e atividades que o Movimento realizará no próximo período para contribuir com a luta social da reforma agrária e da transformação social. Um momento de reflexão e estudo da realidade em busca de caminhos para transformá-la no interesse da classe trabalhadora.

O Congresso Nacional é a instância máxima do Movimento. É realizado a cada cinco anos. Reúne militantes de todos os Estados onde o Movimento estiver organizado, para fixar as linhas políticas gerais de atuação, ser uma mobilização política em prol da reforma agrária e ser um momento de confraternização da classe trabalhadora (MST, 2005, P. 60).

3.4.1 1º Congresso Nacional (1985)

Na seqüência do Encontro Nacional em Cascavel em janeiro de 1984, o 1º Congresso Nacional foi realizado em janeiro 1985, contando com a

participação de 1500 trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra reunidos em Curitiba-PR. Nesse Congresso foi tomada a decisão de ocupar latifúndios improdutivos, como forma de pressão política para agilizar a reforma agrária, com as seguintes palavras de ordens:

Sem Reforma Agrária não há democracia.

Ocupação é a única solução.

Terra para quem nela trabalha.

Apesar da repressão política da ditadura civil militar, a luta pela terra no Brasil continuou persistindo em todo o território nacional durante os 21 anos de militarismo, uma luta ora isolada, ora coletiva, que foi reunida pelo trabalho pastoral da CPT na organização e no ajuntamento dos camponeses brasileiros. É nesse clima de enorme agitação política e expectativa de crescimento da organização da classe trabalhadora que aconteceu o 1º Congresso Nacional, em 1985. Com os seguintes desafios: 1) colocar a reforma agrária na agenda do país; 2) consolidar a organização do MST a nível nacional; 3) buscar a unidade dos camponeses e das lutas isoladas pelo país; e 4) definir e implementar uma forma de luta contra os latifúndios.

3.4.2 2º Congresso Nacional (1990)

Ocupar, Resistir e Produzir!

É sob essa palavra de ordem que é realizado de 8 a 10 de maio de 1990, em Brasília, com a presença de 5000 participantes, de 19 Estados, o 2º Congresso do MST. O presidente do país à época, era Fernando Collor de Mello, o primeiro eleito pelo voto direto. Esse governo adotou políticas neoliberais e repressivas contra os movimentos sociais do país.

A elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) deu-se em 1985; no momento de elaboração e aprovação da Constituição Federal em 1988. Os enfrentamentos com a União Democrática Ruralista (1986-90) e com o Centrão e a eleição presidencial de 1989, atividades políticas que expressaram a

efervescência política da segunda metade da década de 1980. O objetivo era fortalecer a aliança com os operários e trabalhadores das cidades; exigir o fim da violência no campo; divulgar a luta pela reforma agrária; pressionar o governo pela sua realização e fazer o debate com a sociedade sobre sua necessidade.

3.4.3 3º Congresso Nacional (1995)

Reforma Agrária Uma Luta de Todos!

Realizado em Brasília de 24 a 27 de julho de 1995, com a participação de 5200 militantes do MST, resultou na definição de que seriam intensificadas as ocupações de terra de forma massiva, a garantia do cumprimento das promessas do governo FHC e o fortalecimento da organicidade do Movimento. No Congresso, o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva é homenageado e faz o seguinte discurso: “Estou convencido que fazer a reforma agrária é uma questão de coragem política” (MST, 2007, p. 42). Depois de se tornar presidente em outubro de 2002, ele não mandou esquecer tudo que escreveu como o fez Fernando Henrique Cardoso. No entanto, mesmo com sua trajetória de retirante nordestino, assim como sua liderança operária metalúrgica, criador do PT e da CUT, seu governo se apóia no agronegócio, não enfrentando a questão da reforma agrária.

A primeira metade da década de 1990 se caracterizou como foi discutido, pela adoção de políticas neoliberais, privatização das empresas estatais, desnacionalização da economia, desestruturação do trabalho formal, desemprego em massa, fortalecimento dos bancos pelos juros altíssimos, do agronegócio e foi impingido no imaginário da população o incentivo ao consumismo, explodindo a venda de contrabando de produtos chineses falsificados. Ocorre a desestruturação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ex-URSS, o que elimina a bipolaridade do mundo e propicia a hegemonia dos EUA.

O objetivo do MST foi levar o tema da reforma agrária para a opinião pública; apresentar as reivindicações ao Governo Federal; sendo um espaço de formação política massiva.

3.4.4 4º Congresso Nacional (2000)

Por Um Brasil Sem Latifúndio!

Ocorreu em Brasília, em agosto de 2000, com mais de 11 mil participantes do MST, de 23 Estados e 170 visitantes de 25 países. “O MST leva vida ao continente. É importante que vocês se mantenham unidos, que aumentem o nível de consciência do povo. Vocês têm grande responsabilidade com o continente” afirmou Aleida Guevara, filha de Ernesto Che Guevara, convidada para o IV Congresso. Participaram 360 crianças das atividades da Ciranda Infantil e da Escola Itinerante, que já funcionava há quatro anos no Rio Grande do Sul.

A elite se aglutinara em torno da candidatura a presidente de Fernando Henrique Cardoso, consolidando uma unidade política que não tivera em 1989, dando-lhe poderes para aprofundar a política neoliberal. Assim, no primeiro mandato (1995-1998), o governo tucano promoveu um processo de privatizações, desnacionalizações e sucateamento da estrutura do Estado, sem precedentes na história do país. A riqueza do povo brasileiro, construída nas cinco décadas de industrialização, foi transferida para o capital privado e internacional. A repressão à greve dos petroleiros em 1995, mostrou que a adoção de políticas neoliberais exigia um governo forte, intransigente e repressivo.

Esta política resultou em dois massacres de camponeses: Corumbiara (RO), (1995) com treze assassinatos e o de Eldorado de Carajás (PA), (1996) com vinte e um assassinatos, sendo a maioria com tiros na nuca, como se fosse execução e mais sessenta e nove pessoas ficaram com seqüelas. Em 1997, pela impunidade dos massacres de trabalhadores rurais, foi realizada uma das maiores marchas da história do país. As três colunas percorreram mais de mil quilômetros cada uma, priorizando um trabalho de debates e estudos em cada povoado e cidade por onde passavam. Na chegada em Brasília, mais de cem mil pessoas receberam os caminhantes, dessa forma, a luta pela reforma agrária não poderia mais ser escondida ou ignorada, nem pelo governo nem pela mídia.

As metas a serem definidas para os próximos cinco anos pelo Congresso foram: a) enfrentar o modelo neoliberal; b) fortalecer e ampliar a política de relações internacionais, priorizando a Coordenação Latina Americana das Organizações Camponesas (CLOC), criada em 1992 e da Via Campesina; c) as

articulações, os esforços organizativos e a elaboração teórica, junto com outras forças sociais, para pensar um projeto popular de desenvolvimento para o país. Os objetivos: intensificar o processo de construção da aliança campo e cidade; promover a discussão de gênero em todas as atividades do MST; fortalecer o combate às ações imperialistas das transnacionais e de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio.

3.4.5 5º Congresso Nacional (2007)

Reforma Agrária: Por Justiça e Soberania Popular!

Este também ocorreu em Brasília de 11 a 15 de junho de 2007, o maior Congresso da história do MST, tanto no número de participantes 17,5 mil militantes do MST, como de convidados de várias partes do mundo.

A vitória da oposição em 2002, que elege Lula Presidente da República, criou expectativas na classe trabalhadora – iniciou-se o ano de 2003 com quase duzentas mil famílias acampadas. Infelizmente essa expectativa não se concretizou, uma vez que Lula deu continuidade à política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, de juros altos, a não realização da reforma agrária e apoio ao agronegócio. Persistindo até hoje o descenso do movimento social. A classe trabalhadora perdeu a capacidade de fazer o trabalho de base¹² e perdeu a capacidade de mobilização popular principalmente nas cidades. Pior, a ofensiva do neoliberalismo, desde o início dos anos 1990, promoveu uma fragmentação da classe trabalhadora, disseminando a cultura do individualismo, do oportunismo e do descrédito com a política junto à população de modo geral. Coube ao Fórum Social Mundial – FSM – realizado pela primeira vez em 2002, em Porto Alegre/RS, servir de referência aglutinadora de todas as iniciativas antineoliberais. A repetição desse evento, nos anos posteriores e seu desdobramento em fóruns regionais e continentais, consolidaram um espaço político que se contrapôs à ofensiva do neoliberalismo no mundo todo (MST, 2007, p. 50).

¹² Trabalho de Base: é o trabalho de organização e formação política da classe trabalhadora feita por partidos, movimentos, associações de classe, no intuito de elevar o nível de consciência e melhorar o trabalho político entre a classe trabalhadora na sociedade capitalista. Mais informações na Cartilha da Consulta Popular nº 4, “Trabalho de Base”, São Paulo. 1999.

Na agricultura brasileira a ofensiva neoliberal aprofundou a integração do latifúndio com as empresas transnacionais sob hegemonia do capital financeiro, que se contrapõe frontalmente à proposta de reforma agrária e a agricultura camponesa. O documento diz ainda que apesar da ofensiva neoliberal e do descenso da luta social, houve fortalecimento da Via Campesina junto às organizações camponesas dos cinco continentes. Através da Via Campesina os camponeses acumularam forças para desenvolver o conceito de soberania alimentar e das sementes como patrimônio da humanidade; de promover a luta contra os produtos transgênicos e contra as monoculturas e pela preservação ambiental.

Com o agronegócio, mudou o padrão da luta de classes na agricultura, onde não enfrentamos mais o tradicional latifundiário. Hoje, os que querem monopolizar as terras, controlar territórios, assegurar as reservas de água doce e se apoderar da biodiversidade, são os mesmos donos de bancos, transnacionais da agroindústria. Esses são os novos inimigos da Reforma Agrária, agora difusos em sociedades anônimas. (MST, 2007, p. 51)

4 A EDUCAÇÃO DO MST

Uma educação que acompanha a vida precisa propiciar a todos o acesso aos resultados que a sociedade produziu, tornando-os filhos de seu tempo. É criminoso o divórcio entre a educação que se recebe em uma época e a época.
(José Martí, 2007)

4.1 A EDUCAÇÃO E A ESCOLA NO MST

A educação no Movimento “acompanha a vida” de seus educandos e provoca mudanças em seus militantes, proporcionando-lhes o acesso a um direito negado aos trabalhadores rurais no Brasil, que é uma educação voltada para a realidade na qual vivem as famílias sem terra nos acampamentos. Assim, corroborando com a epígrafe de José Martí, essa educação torna esses trabalhadores “filhos de seu tempo”, pois não há “divórcio” entre a realidade que se estuda na Escola Itinerante e o que se está vivendo na ocupação da terra para o trabalho, isto torna essas crianças sem terra filhas de seu tempo, porque a escola discute também a realidade do sujeito que está construindo o acampamento, num processo contraditório ao ocupar para dividir a propriedade privada da terra.

A educação faz parte dos primórdios do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Já em 1979/1980 quando ocorreram as primeiras ocupações de terra no Brasil de forma coletiva e organizada, enquanto os homens estão preocupados com a conquista da terra para o trabalho, com a violência dos despejos, o ataque da polícia e pistoleiros, as mães têm, além dessa questão, a preocupação com a educação de seus filhos, que perambulavam pelo acampamento com muito tempo livre e precisando de escola para sua escolarização.

Inicia-se assim a fundação de escolas nos acampamentos do MST, respondendo à reivindicação por uma escola pública de qualidade, laica, universal, do trabalho e dentro da ocupação, que escolarizasse as crianças, jovens e adultos e ajudasse a construir a história desses trabalhadores organizados no Movimento; compõe sua estrutura organizativa um Setor de Educação, que deixa para trás “a concepção ingênua de que a luta pela terra é apenas a conquista de um pedaço de

chão para produzir” (DOSSIÊ, 2005), pois sem educação é pouco provável que o indivíduo adquira cidadania. Cria-se uma escola pública com o objetivo de alfabetizar as crianças e contribuir na sua formação nos acampamentos do Movimento. Desta forma, percebe-se que desde as primeiras ocupações nas fazendas Macali e Brilhante e no Acampamento da Encruzilhada Natalino, a escola está presente nas comunidades sem terra na luta por reforma agrária. Aqui há uma contradição, se desde o início o Movimento preza pela educação, como compreender os dados de pesquisa realizada dentro dos acampamentos e assentamentos da reforma agrária em 1997, que indicam a existência de regiões, como o Nordeste, com mais de 50% de trabalhadores e trabalhadoras analfabetas. Para resolver esse problema o MST realiza a Educação do Campo, que vem combatendo com sucesso o analfabetismo nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária em todo o país.

Quando a organização dos sem terra cria em sua estrutura um setor de educação, deixa para trás a concepção ingênua de que a luta pela terra é apenas pela conquista de um pedaço de chão para produzir. Fica claro que está em jogo a questão mais ampla da cidadania do trabalhador rural sem terra, que entre tantas coisas inclui também o direito à educação e à escola. [...] Se pensarmos bem, estamos diante de um capítulo especial da história da educação popular em nosso país. Pais, professores e alunos estão construindo nestes locais uma escola “diferente”, uma escola orgânica à sua organização e aos processos de desenvolvimento rural proposto e implementado pela luta (DOSSIÊ, 2005, p.11).

Como o motor da luta contra o latifúndio, desde a gênese do MST, sempre foi a ocupação da terra para o trabalho, numa lógica que leva toda a família para o acampamento de trabalhadores/as, que ficam anos sob a lona-preta até conquistar a terra, um fator é definido como fundamental por Stédile: a “disciplina de seus membros”, pois sem ela e aceita “voluntariamente, a organização não cresce” e não consegue forças para enfrentar situações adversas e difíceis na luta cotidiana contra o latifúndio e o capital. Para entrar na organização é preciso ir aos acampamentos e participar do processo de ocupação de terra para o trabalho, o Movimento não exige nada, apenas que a família do trabalhador respeite as regras e normas internas de convivência coletiva dos acampamentos do MST, participe de alguma instância de trabalho e discussão do acampamento, além de estar incluído em algum núcleo familiar.

Qual é o segredo? Um certamente é a disciplina de seus membros. Claro que depende de que a pessoa aceite voluntariamente. E, estando na organização de livre e espontânea vontade, tem que ajudar a fazer as regras e a respeitá-las, tem que ter disciplina, respeitar o coletivo. Senão a organização não cresce. (STÉDILE E FERNANDES, 1999, p. 42).

Para a ocupação vai à família que pretende conquistar um pedaço de terra para trabalhar e escapar do desemprego a que está submetida na cidade, vivendo sem perspectivas “humanas” nas periferias urbanas, aonde as condições de vida vão se deteriorando, se tornando degradantes e a situação piora à medida que a idade avança. As famílias desenraizadas pelo capital, aprendem que a luta pela terra só se efetiva em reforma agrária por meio da organização, da luta de massa e do trabalho de base permanente entre acampados, juntamente com a formação do militante social, no sentido da emergência da consciência e formação política desse trabalhador, que vivia na favela uma situação de vida de extrema miséria e anomia. “O povo só conseguirá obter conquistas se fizer à luta de massas. É isso que altera a correlação de forças políticas na sociedade. [...] Um problema social só se resolve com luta social. Ele está inserido na luta de uma classe contra a outra”. (Idem, p. 43). Essas famílias geralmente vendem o que possuem na cidade e se mudam para os acampamentos. Em qual classe social estão os maiores índices de crescimento da natalidade senão entre as mais pobres da população?

Assim, os acampamentos de trabalhadores sem terra são locais com centenas de crianças em idade escolar, que precisam de comida, de cuidados médicos e de educação/escolarização, formação de seu caráter, de sua personalidade e de sua consciência crítica da realidade. Tanto que as autoridades se assustam quando nas negociações da reforma agrária, são surpreendidas pela capacidade de negociação dessas crianças em torno de seus direitos, além do número expressivo de crianças precisando de escola nos acampamentos.

Aprendemos que o processo de formação humana vivenciado pela coletividade sem terra em luta, é a grande matriz para pensar uma educação centrada no desenvolvimento do ser humano, e preocupada com a formação de sujeitos da transformação social e da luta permanente por dignidade, justiça e felicidade. [...] Educação não é sinônimo de escola. Ela é muito mais ampla porque diz respeito à complexidade do processo de formação humana, que tem nas práticas sociais o principal ambiente dos aprendizados de ser humano. Mas a escolarização é um componente fundamental neste processo e um direito de todas as pessoas. Desde os primeiros acampamentos e assentamentos esta é uma das lutas do MST. (DOSSIÊ, 2005, p. 233).

Nesses 25 anos de existência, o MST se torna educativo à luta social, pela sua prática política de ocupação da propriedade privada da terra, imprimindo marcas culturais por sua atuação na sociedade, sendo a principal delas a luta pela reforma agrária e a forma de fazê-la (CALDART, 2004); a ocupação do latifúndio é a forma fundamental de luta pela terra, que passa a ser reconhecida pela sociedade como a única forma que os trabalhadores rurais possuem de realizar a reforma agrária no Brasil. Dentro dessa perspectiva de enfrentamento social, há também a luta pela educação e pela produção coletiva em cooperativas nos assentamentos conquistados pelos trabalhadores organizados no Movimento.

[...] Sua herança será menos o número de assentamentos conquistados e mais a convicção ou o aprendizado coletivo de que as pessoas se fazem mais humanas, quando movidas pela indignação diante das injustiças e quando dispostas a traduzir essa indignação em luta e em organização, temperando-as com os valores da solidariedade, da esperança, da beleza, da vida como um bem supremo, que devem estar presentes no próprio jeito de lutar e de construir sua coletividade. Trata-se daquele eixo articulador da visão de mundo da classe trabalhadora identificado por Williams, ou seja, o de, afinal, pensar a vida com dignidade para todos e não apenas para alguns, combinado com o próprio jeito de transformá-lo em realidade (CALDART, 2004, p. 367).

Como diz Stédile, para a ocupação vai toda família porque está em formação uma nova comunidade, onde se comemora, por exemplo, o aniversário do assentamento, se cria um espaço comunitário para assembleia, festa, dança, teatro, esporte e futebol. É onde se discute os problemas políticos e os conflitos e se tenta resolvê-los, essas pessoas serão vizinhas de barraco, muitas são de alguma Igreja, terão regras e princípios para uma boa convivência e se tornarão militante no sentido de pertencimento ao MST, de ser de uma organização política, se sentir membro, ter prazer de cantar seu hino, carregar sua bandeira e defendê-la assim como o Movimento, com a própria vida. Essas famílias serão companheiras de luta pela reforma agrária, ocuparão e serão despejadas, compartilharão derrotas e vitórias na luta pela posse da terra, inclusive são elas que veem a necessidade da Escola Itinerante e a constroem nos acampamentos para seus filhos serem escolarizados.

As famílias reivindicam escola nos acampamentos, porque é quando acampam que aparece a necessidade e um problema a ser resolvido, pois as crianças estão ali e precisam ter seu tempo preenchido com atividades lúdicas e

educativas. É preciso arranjar atividade, brincar e entreter as centenas de crianças e, principalmente, escolarizá-las, para a família poder ficar acampada, é preciso ter escola para as crianças nos acampamentos.

O terceiro elemento ou circunstância que pressionou fortemente o início do trabalho do MST com a educação escolar foi à iniciativa de mães e professoras (e em alguns lugares de religiosas que viviam nos acampamentos) em levar adiante essa preocupação que aparecia nas famílias sem-terra. [...] Antes mesmo de se começar a luta específica por escola, às pessoas com certa sensibilidade para essa dimensão da educação passaram a se preocupar com o atendimento pedagógico às crianças (CALDART, 2004, p. 230).

Como a educação sempre foi uma preocupação das famílias, ao chegarem ao acampamento às mães saem atrás de escola para matricular seus filhos, porém quando a fazenda ocupada ficava muito longe da cidade, a criança não estudava. Num primeiro momento, a educação foi uma atividade das famílias capitaneada pelas mães, em um segundo momento, ao ser vista como uma tarefa do Movimento, passa a ser atividade desenvolvida no interior dos acampamentos e assentamentos em um setor específico.

Assim, a escola passa de uma tarefa familiar, para ser assumida pelo MST, por meio de um dos seus Setores de trabalho, o que resultou em um alargamento bastante significativo das próprias dimensões da tarefa inicialmente assumida; como diz Caldart (2004, p. 279) agora, “o crescimento das demandas de escola e o jeito de olhar para elas, estão exigindo um novo salto orgânico: a educação já não cabe no setor de educação. E isso tanto do ponto de vista político como da própria execução das ações”.

A criação de escolas nos acampamentos sem terra para escolarizar crianças, jovens e alfabetizar adultos, é uma prática corriqueira na história da educação do Movimento Sem Terra. A educação é feita pelos educadores/as, educandos/as e a comunidade sem-terra acampada, que exige políticas públicas do Estado e a criação das escolas públicas no e do campo. Uma escola preocupada com a humanização, a socialização, a escolarização, o aprendizado da educação formal, da cultura, direcionada para a emancipação humana, além de contribuir na formação da consciência crítica e política dessas crianças, que vivem no seu cotidiano a ocupação da terra e que provavelmente se tornarão lutadoras das causas sociais.

Todos os princípios que sustentam nossa proposta de educação devem desembocar num aluno militante. E não se trata de preparar exclusivamente militantes para o MST. A luta tem um horizonte do tamanho do mundo e há muitas frentes de militância pela classe trabalhadora. Só que nosso ponto de partida não pode ser outro senão alimentar a militância dos alunos no Movimento que lhes é neste momento referência. [...] o trabalho da Escola é participar deste processo. Refletir com as crianças. Ex.: explicar o porquê das ações. Trabalhar com elas os sentimentos de medo, de revolta, mas, também de conquista, de entusiasmo e de aventura que vive. (DOSSIÊ, 2005, p. 47).

Essa escola contribui decisivamente no aprendizado social dos educadores/as, dos educandos/as, realizando a discussão sobre o papel que cada um tem dentro da sociedade de classes na qual vive. Essa pode ser entendida como uma pedagogia da luta desenvolvida pelo Movimento, onde as crianças aprendem a enfrentar a vida no embate da luta de classes nos acampamentos sem terra. Nesse universo, a Escola Itinerante tem um papel fundamental na emergência da consciência política desse novo sujeito que vai se formando, porque ela está viva na prática do dia-a-dia do acampamento ao debater seus problemas e entender o porquê das contradições sociais, ao questionar a propriedade privada com a ocupação da terra, lutando pela transformação social e a construção de um país igualitário.

É debaixo de uma lona preta, pois, que começa a funcionar a primeira escola oficial de um acampamento do MST no Estado. As aulas aconteciam todas no mesmo barracão, num sistema de três turnos. Eram 23 professores, de 1ª a 4ª séries. [...] foi aí que abrimos nossa cabeça para lutar por uma educação diferente, voltada à nossa realidade de acampados. A gente quer que as crianças compreendam tudo o que está acontecendo ao seu redor e participem desse processo de mudança. (DOSSIÊ, 2005, p. 14/15).

A escola criada nos acampamentos tem vínculo político e ideológico com o MST, dialoga com os educadores/as, educandos/as e com a comunidade nos acampamentos. A política do Movimento entende que a Escola Itinerante é um dos principais instrumentos para realizar a escolarização, acabar com o analfabetismo e contribuir na formação de novos militantes para a luta social, onde as crianças aprendem que sua vida está vinculada ao processo de desenvolvimento da produção e da cooperação agrícola nos assentamentos da reforma agrária.

Segundo Caldart (2004), a luta pela escola do campo que propicia educação nos acampamentos não seguem o mesmo modelo, porque nem todas as

escolas enfrentam o mesmo processo em sua fundação, cada uma tem sua trajetória específica de acordo com o desenvolvimento da luta, por isso, sua constituição em cada acampamento é diversificada, mas todas seguem as concepções básicas e princípios do Movimento, ou seja, uma educação do campo desenvolvida na prática das escolas no campo.

Um dos elementos comuns a todas as escolas é a dificuldade encontrada em colocar em funcionamento uma instituição que demora a ser aceita por autoridades “obscurantistas” e “atrasadas” que governam nossos Estados como Lerner (DEM) ex-governador no Paraná e Yeda Crusius (PSDB) governadora do Rio Grande do Sul. Já Requião (PMDB) legalizou as Escolas Itinerantes, por isso, 12 ou 13 funcionam legalmente nos mais longínquos latifúndios do PR, levando educação do campo aos filhos dos trabalhadores onde o MST é protagonista e o instrumento que viabiliza a organização política e educacional da classe trabalhadora. Tanto na construção física das escolas como na aquisição de material didático, é difícil de conseguir qualquer coisa para a comunidade sem terra dos acampamentos. Como diz Maria Luiza, secretária da Escola Caminhos do Saber: “tudo que se consegue na Escola Itinerante é com muita luta e dificuldade”. É uma escola construída no movimento da luta dos trabalhadores por reforma agrária e uma nova sociedade, por isso, a importância dos trabalhadores estarem afinados com a conjuntura que muda constantemente nas ocupações de terra.

Os encontros realizados pelas coordenações educacionais regionais no início da escola do Movimento, que se tornaria o futuro Setor de Educação, tinham como objetivo realizar a troca de experiências, a socialização do conhecimento de forma democrática, “pois ninguém inventa a roda, cada vez que se vai abrir uma escola, analisam-se todas as situações e escolhe-se a que se adapta melhor e não a situação mais fácil” (CALDART, 2004).

Como explica João Pedro [...] não eram normas deliberadas, mas também não só sugestões; eram princípios, ou seja, aquilo que, se fosse respeitado, nos ajudaria a avançar. Foi assim que surgiram os princípios organizativos do MST. Implantar regras na marra seria imobilista; só difundir princípios e achar que naturalmente se realizariam, seria idealismo. Mas no método dos princípios está o caráter dialético do nosso Movimento. Definimos os objetivos e princípios e daí o processo vai se adequando à realidade, com suas contradições, seus ritmos diferentes. Somos um movimento social, um movimento de massas, com pessoas que reagem de formas diferentes. Às vezes dá a impressão de que a realidade não

deslancha, mas é a natureza desse processo, que pode andar mais rápido num lugar do que em outro, o que permite sua implantação. Não me preocupo com a homogeneização porque é justamente a diversidade da implantação dos princípios que dá a riqueza ao nosso processo. A realidade vai interagindo com os princípios e gerando novas sínteses (CALDART, 2004, p. 260).

4.2 TUDO COMEÇA COM A FRENTE DE MASSAS

O processo de construção do acampamento Sem Terra começa na periferia das pequenas, médias e grandes cidades da região onde ele se instalará. Os militantes do Setor da Frente de Massas¹³ realizam visitas nas casas das famílias de trabalhadores pobres das periferias, discutem a possibilidade da família sair da situação de favelada, para ir ocupar terra com MST e lutar por reforma agrária. Realizam reuniões à noite com famílias interessadas em acampar, são trabalhadores/as querendo emprego permanente na terra onde poderão criar a família. Mesmo com a distribuição de cestas básicas nas favelas, assentamentos urbanos e as políticas afirmativas do governo Lula, as famílias excluídas das periferias urbanas continuam indo para os acampamentos, pois veem nessa alternativa a única opção de conseguir um emprego permanente na terra. Esses agrupamentos de famílias de trabalhadores desempregados das cidades levadas aos acampamentos, necessitam se organizar para cumprir as tarefas impostas pelo acampamento e aprender a lutar pela reforma agrária. No debate feito com a população urbana nas jornadas que a Frente de Massa realiza na periferia, uma das promessas é a possibilidade de escolarização das crianças, jovens e adultos.

A grande maioria das pessoas e famílias que entram no Movimento, muda radicalmente de vida ao assumir a organização política como uma nova forma de viver. É forte o élan que o povo cria com o MST e que se concretizará na prática organizativa que terão daí em diante, sendo a escola um dos instrumentos para a formação de novos sujeitos que participarão das ocupações de terra e das lutas que o MST travará pela reforma agrária. Como algumas famílias vêm ao acampamento da mesma região, cidade, bairro, favela, montam seus barracos próximos uns dos

¹³ Frente de Massa é um dos Setores do MST, composto por militantes do Movimento, que realizam o contato com os trabalhadores pobres do campo e da periferia das cidades, no intuito de levá-los para os acampamentos Sem Terra para lutarem pela reforma agrária.

outros e aproveitam para se organizarem em núcleos, estabelecendo e fortalecendo laços de amizade, afetividade e amor na construção da nova comunidade que está nascendo.

4.3 UMA ESCOLA VINCULADA À LUTA SOCIAL

Construir uma escola comprometida com a luta dos trabalhadores rurais era, e é, o desafio primordial do Movimento. Uma escola pública preocupada com a escolarização, vinculada ao que acontece no dia-a-dia do acampamento e na produção cooperada, sendo ela um reflexo da luta cotidiana. “A escola deve ser essencialmente prática fornecendo conhecimentos capazes de influenciar no trabalho e na organização de nossa vida” (DOSSIÊ, 2005, p.18). Uma escola que promova o diálogo entre educadoras, educandos e a comunidade, na decisão inclusive do planejamento pedagógico. A Escola Itinerante está vinculada à luta dos trabalhadores, pois proporciona a autoestima, valoriza o homem do campo, sua cultura, promove a solidariedade, o sentimento de justiça, numa relação fraterna entre pessoas ligadas por laços de amizade e companheirismo adquiridos na luta pela terra, pela educação, saúde, crédito. Para cumprir tal objetivo os professores foram essenciais no desenvolvimento deste projeto educativo.

Titular professores dos próprios acampamentos e assentamentos para facilitar a negociação dos contratos com o Estado. [...] Não se trata de excluir qualquer professor que não fosse acampado, mas sim, de exigir que cada professor – viesse de onde viesse passasse a ter um comprometimento real com as crianças e com a comunidade. (DOSSIÊ, 2005, p. 16).

Desde o início, a luta do Movimento foi no sentido de titular os professores dos acampamentos para suas escolas e para isso buscou a formação de uma parte de suas educadoras/es nos cursos de “Pedagogia da Terra” em convênios com Universidades, no intuito de formar militante que trabalhasse como educador e ajudasse na organização da classe trabalhadora. A concretização deste projeto de escola exigiu um perfil específico de professor comprometido com a luta pela reforma agrária e a transformação social.

[...] A captação e a compreensão da realidade se refazem, ganhando um nível que até então não tinham. Os homens tendem a perceber que sua compreensão e que a “razão” da realidade não estão fora dela, como, por sua vez, ela não se encontra deles dicotomizadas, como se fosse um mundo à parte, misterioso e estranho, que os esmagasse. Neste sentido é que a investigação do “tema gerador”, que se encontra contido no “universo temático mínimo” (os temas geradores em interação) se realizada por meio de uma metodologia conscientizadora, além de nos possibilitar sua apreensão, insere ou começa a inserir os homens numa forma crítica de pensarem seu mundo. (FREIRE, 1975, p. 113).

A escola utiliza os temas geradores que surgem da realidade do acampamento, dos problemas discutidos nos núcleos onde a criança participa e, muitas vezes, leva o problema para ser debatido dentro da escola, onde se transforma em elemento de estudo, deixando as crianças cientes da luta que os pais estão travando para conseguir um pedaço de terra para trabalhar. Com educadoras recrutadas no próprio acampamento, a Escola Itinerante tem um caráter diferenciado das outras escolas, pois além de escolarizar as crianças, alfabetizar adultos e municiar o acampamento com o elemento cultural, promove a humanização e a socialização das pessoas envolvidas na luta pela posse da terra e traz esperança de se construir um novo modelo econômico pela transformação social.

Ensinar para as crianças por que a gente acampou, qual foi à finalidade disso, [...] Ensinar coisas concretas: desde preparar as leituras, tratando de coisas que a criança conhece [...] Começando pela nossa realidade, mas também não deixando de ensinar outras coisas que a criança não conhece, porque ela não pode ficar apenas na nossa vida do MST. É preciso preparar a criança para a vida dela, ensinar o porquê de o nosso país estar vivendo nessa miséria... (Oneide) (DOSSIÊ, 2005, p.19).

A professora Marilda (2007) diz que a escola que está sendo construída nos acampamentos da reforma agrária é diferente no cotidiano da escola tradicional, porque se discute, por exemplo, qual o motivo daquelas famílias estarem acampadas, porque vivem embaixo da lona-preta, porque são obrigadas a ocupar terra para ter um emprego. Marilda continua esclarecendo que [...] os professores estavam acostumados a só falar, despejar conteúdo e mais conteúdo nos alunos. Diz ainda que na escola do acampamento as crianças questionam mais, estão abertas ao diálogo e perguntam com facilidade sobre qualquer assunto. “Lá fora a gente parecia mais um policial do que um professor” (DOSSIÊ, p. 19). Nas aulas da

Escola Itinerante do acampamento se têm mais liberdade no processo de ensino aprendizagem e trabalha-se com os Ciclos, de maneira que a criança só passa de um Ciclo para o outro, após aprender o conteúdo dessa etapa.

As salas de aula na Escola Itinerante têm no máximo 30 alunos e dois educadores por sala, o que possibilita prestar mais atenção na aprendizagem individual de cada aluno. Na escola as/os educadoras/es trabalham com as carteiras em círculo (CALDART, 2004), porque dessa forma não é dado todo o poder ao professor, todos se tornam iguais e a professora não é “mais a senhora que manda”. Caldart continua, é preciso construir outra concepção de ensino e de aprendizagem, é preciso fazer com que a criança aprenda a conhecer a realidade, consiga analisá-la, entendê-la e assim poder transformá-la. “É preciso mostrar para a criança que a realidade é algo que pode ser mudada; mostrar, discutir na escola como é que se pode fazer para o assentamento dar certo” (Neiva) (Dossiê, 2005, p. 21). No entanto, o fato das carteiras serem posicionadas em círculo, não significa que o educador perde seu poder ou se torna menos autoritário, pois a escola que forma os professores tanto da cidade como do campo, é a mesma escola tradicional, inclusive as universidades de um modo geral, não trabalham com temas geradores e são poucas as que discutem profundamente uma educação, por exemplo, fundada na Pedagogia do Oprimido do Educador Paulo Freire.

Nesse caminhar da educação dentro do MST, muitas experiências novas estão sendo desenvolvidas. Enfrentando as dificuldades com criatividade e disposição, estamos construindo um novo jeito de educar e um novo tipo de escola. Uma escola onde se educa partindo da realidade; uma escola onde professor e aluno são companheiros e trabalham juntos – aprendendo e ensinando; uma escola que se organiza criando oportunidades para que as crianças se desenvolvam em todos os sentidos; uma escola que incentiva e fortalece os valores do trabalho, da solidariedade, do companheirismo, da responsabilidade e do amor à causa do povo. Uma escola que tem como objetivo um novo homem e uma nova mulher, para uma nova sociedade e um novo mundo. (DOSSIÊ, 2005, p.31)

Essa escola é diferente porque além de escolarizar a criança, tem um papel fundamental na transformação desse excluído do meio rural e da periferia da cidade, em um novo sujeito que brota da luta de classes e se torna cidadão. O Movimento proporciona ao trabalhador condições de adquirir consciência se participar da cooperativa, dos setores, das lutas travadas pelo Movimento para

conseguir realizar a reforma agrária. É uma escola fundada na educação no e do campo, que informa e conscientiza, provocando com sua prática o surgimento de um novo sujeito em busca de uma nação democrática e igualitária. Sem dúvida, no entanto, a grande escola é a própria luta engendrada pelo MST na sociedade pela conquista da terra, esse embate social provocado pelo MST cria um novo homem, que nasce desse enfrentamento, aprende a se organizar no calor da luta de classes, a compreender a sociedade na qual está inserido e passa a atuar para torná-la mais humana e igualitária, tornando-se sujeito do processo histórico.

Então, quando tentam resolver os seus problemas educacionais, na prática passam a participar da construção de alternativas para as escolas brasileiras em geral, em especial aquelas localizadas no meio rural. Ou será que um ensino que ajude a entender a transformar a realidade, que vincule teoria e prática, que prepare para um trabalho concreto e para uma cidadania plena, não são bandeiras comuns a todos os movimentos de transformação da educação que conhecemos? (DOSSIÊ, 2005, p. 21/22).

4.4 A EDUCAÇÃO NO CAMPO E DO CAMPO

O processo de construção de uma escola dentro da Pedagogia do Movimento, vinculada à luta política dos sem terra, acarreta novos desafios, como diz o professor Arroyo (2006), a educação do campo passa de “esquecida e marginalizada a repensada e desafiante”, pois rompe com o tradicionalismo de que para quem trabalha na enxada, não é necessário estudo. Assim, qualquer escola, qualquer tipo de ensino basta, pois são trabalhadores pobres e excluídos do mercado de consumo e de trabalho da sociedade capitalista e, para essas pessoas qualquer educação está de bom tamanho, de acordo com o ponto de vista da classe dominante.

A entrada dos movimentos sociais na luta por educação no e do campo, vinculada à reforma agrária, mudou essa realidade de abandono da educação no e do campo, tanto que foram realizados encontros, conferências e, em consequência dessa mobilização intensa em defesa da educação do campo, o Estado, pressionado pelos movimentos e suas articulações sociais do campo na luta pela conquista de políticas públicas para os acampamentos e assentamentos,

aprovou as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, que para serem aplicadas necessitam que a população organizada continue reivindicando essa nova escola, que acompanha a itinerância da luta dos sem terra pela reforma agrária.

Como nos informa o professor Arroyo:

O campo brasileiro nem sempre foi silenciado. Há uma história tensa ainda a ser melhor contada. Nos últimos 20 anos a sociedade aprendeu que o campo está vivo. Seus sujeitos se mobilizam e produzem uma dinâmica social e cultural. A educação e a escola são interrogadas por essa dinâmica. Os textos que aqui estão registram que esse silenciamento está sendo revertido nos últimos anos. As universidades, os centros de pesquisa, se voltam sensibilizados para produzir referenciais teóricos capazes de compreender a nova dinâmica do campo brasileiro. [...] A nova dinâmica do campo interroga a sociedade, o Estado e suas políticas, interroga o sistema escolar, as escolas, os currículos, a formação e a prática docente. Interroga os dirigentes estaduais e municipais de educação e interroga os centros de formação de educadores e educadoras do campo. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2005, p. 9).

Uma escola que vem para suprir as necessidades de escolarização e humanização de crianças e a alfabetização de jovens e adultos com dificuldade de assinar o nome, estas pessoas não só eram excluídas do trabalho como também do conhecimento educacional formal. Por isso, a educação deve ser vista no sentido amplo de processar a formação humana, construir referências culturais e políticas, para que por meio da intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, surja uma nova humanidade mais plena e feliz, voltada para o bem estar do ser humano e não escrava do capital.

Essa escola além de ser diferente, tem uma outra característica, está em constante construção e todos são aprendizes no processo de luta pela transformação social, porque interroga, questiona e exige do Estado uma educação pública, gratuita, de qualidade, universal, laica e voltada para os interesses dos trabalhadores rurais e que seja no campo e do campo. Uma educação que humaniza, forma e conscientiza o cidadão sem terra na luta por uma sociedade socialista, tornando-o sujeito social do processo político e construtor de sua própria história ao participar de uma organização que reivindica terra, pondo em xeque a propriedade improdutiva e o modo de produção capitalista.

A professora Souza diz:

Assim, o MST insere-se nas discussões, demandas e proposições que abarcam a construção democrática no país, explicitando que a reforma agrária não é uma luta pontual, mas é a busca pela construção de uma outra sociedade, iniciando pela conquista de políticas públicas para a Educação do Campo. (SOUZA, 2006, p. 69).

Essa busca de uma sociedade democrática, voltada para resolver os problemas estruturais pode ficar comprometida pela ausência de um projeto político mais amplo na esfera urbana, que abranja as classes trabalhadoras e excluídas das cidades, organizadas e mobilizadas dentro de um partido político, de um movimento social com um programa de luta socialista. É dessa forma que a proposta política e educacional do MST pode representar uma alternativa de resistência e de ação propositiva para a construção de um projeto alternativo de sociedade, voltado para defender os interesses dos trabalhadores do campo e da cidade e o socialismo.

Só há sentido em se discutir uma proposta educacional específica para as necessidades dos trabalhadores do campo se houver um projeto novo de desenvolvimento para o campo, que seja parte de um projeto nacional. As reflexões que abarcam a complexidade dos problemas da Educação do Campo, não podem ser compreendidas sem se analisar a dificuldade maior, que é a de sobrevivência no espaço rural, na sociedade brasileira. É preciso educar para um modelo de agricultura que inclui os excluídos, que amplia os postos de trabalho, que aumenta as oportunidades do desenvolvimento das pessoas e das comunidades e que avança na produção e na produtividade centradas em uma vida mais digna para todos e respeitadora dos limites da natureza. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2005, p. 13).

Os educadores/as sem terra que se reuniam e discutiam a educação para os acampamentos e assentamentos da reforma agrária, no coletivo que viria a se constituir no Setor de Educação do MST no final da década de 1980, logo viram a necessidade da troca de experiências entre essas escolas dos acampados e assentados, disseminando democraticamente os conhecimentos adquiridos na prática das escolas sem terra. Há então o intercâmbio feito pela equipe estadual de Educação do Rio Grande do Sul com Universidades, Instituições de Ensino Superior, movimentos de Educação Popular, realizam-se encontros para troca de experiência e no final de 1988, o Movimento criava o Setor de Educação Nacional do MST, com uma tarefa bem definida: a necessidade da titulação dos professores de dentro dos acampamentos.

É nessa época que o Movimento começa a lutar por espaço em curso de Magistério, para possibilitar formação adequada aos professores e a obtenção de titulação pelos mesmos, para se poder negociar com o Estado a indicação dos professores de dentro do Movimento. As dificuldades se acumulam e não foi nada fácil conseguir Colégios de 2º Grau ou Faculdades de Educação, que absorvessem esses professores, pois sempre aparecia um impedimento de ordem legal ou política. De modo geral, as instituições formais de Educação não estão preparadas para assumir propostas das camadas populares (DOSSIÊ, 2005, p. 22).

No início do processo de construção dessa educação para a classe trabalhadora do campo nos locais de moradia, o Movimento enfrentou dificuldades para implantação de sua proposta político pedagógica nas escolas sem terra, por serem poucos os assentados e acampados com formação escolar suficiente para assumirem as salas de aula e, por serem Escolas da Rede Pública Estadual, os professores pertenciam à rede estadual de ensino e não aos quadros organizativos do Movimento.

Por isso, o MST inicia a busca de Instituições de Educação Pública que trabalhem com Educação Popular e que tenham interesse em acolher os professores sem especialização em Magistério e Pedagogia ligados ao Movimento, no sentido de concluir sua formação escolar para lecionar e assumir as escolas do MST. Em 1989 é criada a Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa – FUNDEP –, na região Celeiro no município de Três Passos-RS. Nessa instituição foram criados departamentos dentre os quais o DER – Departamento de Educação Rural - que tem como objetivo assessorar os movimentos sociais urbanos e rurais, que se dediquem à educação popular e contribuam na formação de educadores para as áreas de reforma agrária. (CALDART, 2004).

Nesta Escola acontecem cursos nas áreas de preparação de professores para o magistério rural, capacitação de técnicos em administração de cooperativas de trabalhadores rurais, de técnicos em enfermagem e preparação de Agentes de Desenvolvimento Rural. Através do conjunto destas experiências os trabalhadores e suas organizações vêm construindo um método que atenda às necessidades e aos desafios da luta popular. O ponto de partida sendo as demandas específicas de capacitação dos movimentos sociais do campo. (FUNDEP, 1995, p.17)¹⁴.

¹⁴ FUNDEP – Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa. (1995) “Coragem de Lutar: uma proposta de educação popular para o meio rural”. 2ª edição. Vozes. Petrópolis.

O MST é um dos idealizadores da FUNDEP e propõe ao Departamento de Educação Rural, a realização do curso Supletivo do Magistério, para a titulação dos professores de acampamentos e assentamentos, isso acontece no 1º semestre de 1989. No entanto, a preparação destes educadores implicaria além da formação escolar normal mais uma exigência, teria que aprender técnicas agrícolas de trabalhar com a terra, pois a produção agrícola é uma preocupação fundamental e está na raiz da ocupação da terra, por isso, as educadoras/es precisavam estudar e dominar a técnica e o assunto para ensinar às crianças, jovens e adultos sem terra. Inclusive tinham de estudar para se tornarem habilitados legalmente perante a Lei. Ao serem titulados poderiam ministrar aulas em acampamentos e assentamentos sem terra.

Também não é original dizer que a escola precisa ser democratizada, mas é nova a organização coletiva de pais e professores para que milhares de crianças tenham acesso à escola e, ainda a uma escola que lhes ensine a ser um trabalhador da terra, consciente e militante das causas sociais. Igualmente não é original dizer que a vida e, mais concretamente, o trabalho e outras práticas sociais, são os educadores por excelência, mas é nova a circunstância que exige da escola um vínculo direto com as demais experiências educativas dos alunos e de seus pais e que põe os professores a pensar como melhor conjugar o trabalho da escola com o trabalho das crianças no assentamento e com os problemas gerais da produção agropecuária e da cooperação agrícola (DOSSIÊ, 2005. p, 27).

“As educadoras/es participam de estudos sobre Educação Popular, de Administração Escolar, além de cursos sobre questões gerais de produção e de organização do trabalho cooperativo” (DOSSIÊ, 2005, p. 25). Além das discussões sobre para que serve a cooperação agrícola, como efetivá-la na prática do trabalho cotidiano dos acampamentos e assentamentos, as educadoras/es recebem formação voltada para os valores e princípios do trabalho coletivo e de massas, para que tenham capacidade de passar esses conhecimentos aos educandos/as, para que conheçam a realidade do acampamento e as questões mais gerais da luta. Esse processo de luta ao alfabetizar proporciona conhecimentos políticos às crianças sem terra, iniciando-as em uma prática concreta e formando-as para a transformação social. Implica numa vivência prática dos alunos na comunidade, ao estabelecer um vínculo real entre o que é ensinado na sala de aula e o trabalho de auto-organização das crianças na escola do acampamento. Por isso, os professores são capacitados

nos cursos de formação do MST, para assumir essa complexa tarefa de envolver as crianças no processo produtivo dos acampamentos e na discussão constante do processo educativo.

Pistrak foi um educador russo (1888-1940) e sua obra “Fundamentos da Escola do Trabalho”, foi escrita em 1924 de onde retiramos a citação:

Que tipo de homens a fase revolucionária em que vivemos atualmente exige de nós? À pergunta podemos dar a seguinte resposta: a fase em que vivemos é de luta e de construção, construção que se faz por baixo, de baixo para cima e, que só será possível e benéfica, na condição em que cada membro da sociedade compreenda claramente o que é preciso construir (e isto exige a educação na realidade atual) e como é preciso construir. A solução do problema exige a presença e o desenvolvimento das três qualidades seguintes: 1) aptidão para trabalhar coletivamente e para encontrar espaço num trabalho coletivo; 2) aptidão para analisar cada problema novo como organizador; 3) aptidão para criar as formas eficazes de organização. (PISTRAK, 2000, p. 41).

Desde o princípio da organização do MST, o espaço educativo foi priorizado e por meio da formação de educadores/as, assim como a luta por escolas faz parte da história do MST e sempre andaram juntas no processo de construção da educação no Movimento. Desde 1990, o MST desenvolve cursos formais para formação de educadores/as de nível médio (Magistério) e a partir de 1998 a nível superior, com o curso de Pedagogia da Terra, elaborado pelo ITERRA¹⁵. A formação dos educandos não se resume em preparar crianças e adolescentes sem terra para o trabalho, mas para a vida, oferecendo formação escolar, técnica e política, desenvolvida nas escolas e nos cursos do Movimento, em parceria, como a realizada com a FUNDEP, Universidades, Instituições de Educação Popular, prefeituras e Estados. (CALDART, 2004; MST- Caderno de Educação, nº 9).

Por meio do processo de formação política o MST busca formar um homem integral, que tenha capacidade de realizar tarefas simples como participar das reuniões dos núcleos e complexas como elaborar um texto de estudo para a formação de base dos trabalhadores, sendo que a formação política se dá por meio do estudo e da participação do educador/educando nas atividades realizadas pelo

¹⁵ITERRA: O Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária localizado em Veranópolis – RS, onde são realizados alguns cursos e também são realizados convênios com universidades, faculdades e instituições de educação para ministrarem cursos de Magistério e Pedagogia da Terra aos educadores/as Sem Terra.

Movimento no processo de luta por reforma agrária. Tanto que a organização da vida nos acampamentos é um primeiro passo no sentido de se compreender a complexidade dessa luta, que não é só a tomada da terra pela ocupação e o assentamento, nem só a produção agroecológica, mas a organização política, econômica, ideológica e social da vida dos trabalhadores em acampamentos e assentamentos, onde se realiza a reforma agrária, constituindo um novo cidadão na prática da luta de classes (CALDART, 2004; STÉDILE; FERNANDES, 1999). Essa construção histórica é assim descrita por Vendramini:

O MST também oferece formação em nível médio e superior. Na Escola Josué de Castro, o Instituto Técnico de Ensino e Pesquisa em Reforma Agrária – ITERRA (vinculado ao MST) mantém os cursos técnicos de nível médio em Administração de Cooperativas e Magistério e, em nível superior, o curso de Pedagogia da terra. Em parceria com Universidades, o MST promove outros cursos de Pedagogia. Além das escolas, cursos e programas mencionados, o MST mantém a Escola Nacional Florestan Fernandes, que oferece aos acampados e assentados o Curso Básico de Formação de Militantes e Cursos de Formação de Formadores. (VENDRAMINI, 2002, p. 84).

A educação do campo está sendo construída na prática dos acampamentos e assentamentos sem terra, forma que os movimentos sociais encontraram para pressionar o Estado por políticas públicas. A luta passar por jornadas dos “sem terrinha” por estrutura nas escolas, material didático e pedagógico, verbas para a educação, educadores em suas escolas, na mobilização dos seus pais por reforma agrária e transformação social.

4.5 O CAMPO PRESSIONA O ESTADO POR EDUCAÇÃO

Com a criação do Setor de Educação do MST a luta pela escola e educação do campo, ganha uma característica orgânica e vinculada à luta pela terra, incluindo na pauta do Estado, a reivindicação de políticas públicas em comunidades onde se realiza a reforma agrária. Para dar consistência à luta pela educação do campo, o Movimento promoveu o 1º Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agrária, – 1º ENERA – em julho de 1997 em Brasília, com a participação de mais de

700 educadores/as do campo de todo o país. Nesse mesmo ano foi feito o I Censo da Reforma Agrária no Brasil, onde se percebeu a baixa escolaridade dos assentados e o alto grau de analfabetismo entre eles, “chegando a alguns estados a 70% e registrando uma média nacional de 43%” (PRONERA, 1998, p. 5).

O PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – foi um instrumento para responder às demandas sociais de educação dos assentados e acampados, numa parceria entre governo, universidades e os movimentos sociais, com o objetivo de desencadear um amplo processo para a Educação de Jovens e Adultos nos acampamento e assentamentos de reforma agrária. São realizados convênios com Universidades de vários estados, para ampliar a formação de educadores/as para Educação de Jovens e Adultos, devido à constatação da baixa escolaridade e o alto índice de analfabetismo dos acampados e assentados, sendo no norte e nordeste do Brasil, acentuado o problema.

No 1º ENERA, em 1997, foi lançado um desafio às organizações sociais do campo, pensar uma educação pública a partir do meio rural: “levando em conta o seu contexto em termos de sua cultura específica, quanto à maneira de conceber o tempo, o espaço, o meio ambiente e quanto ao modo de viver, de organizar a família e o trabalho” (Articulação Paranaense, Caderno 2, 2000). O Encontro dissemina a discussão entre as organizações camponesas sobre como instituir essa educação no e do campo. É aberto um processo de Conferências, patrocinadas pelo UNICEF, UNESCO, CNBB, UNB e MST e, em setembro de 1998, foi aberta a 1ª Conferência Nacional com o tema: “Por uma Educação Básica do Campo”, em Luziânia, Goiás, com 974 participantes.

O Estado pressionado pelas mobilizações de trabalhadores/as sem terra de todas as idades, percebe que é preciso discutir a Educação no e do Campo e abrir uma válvula de escape para a alfabetização dessa população rural organizada em movimentos sociais, que possui pouca ou nenhuma escolarização. De acordo com a pesquisa realizada em 1997 sobre o analfabetismo dentro dos acampamentos e assentamentos da reforma agrária.

No entanto, se hoje o olhar das autoridades se volta para a educação básica do campo, é porque os movimentos sociais pela sua atuação e pressão no cenário político nacional, reivindicam políticas públicas voltadas a satisfazer as necessidades dessas populações, exigem uma nova educação no e do Campo, que está inscrita no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – em seu

artigo 53: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e preparo para o trabalho” e o inciso V assegura-lhes: “acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência”. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB-EN – nº 9394/96, “Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região”. A Constituição Federal de 1988 trata da Educação do artigo 205 ao artigo 214 e, nas “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo”, de 2001. Apesar da intensa mobilização nacional dos movimentos sociais, não são todos os Estados da Federação que valorizam a educação do campo, destinando verbas e apoiando políticas públicas nesse sentido. As autoridades fazem pouco caso da educação pública, de modo geral, sendo a educação do campo ainda mais desprestigiada pelas autoridades brasileiras.

No período de 1997 a 2004 aconteceu a especialização da Educação do Campo através de diversos movimentos e organizações. A criação de cursos novos e a difusão do referencial teórico nas escolas geraram experiências que foram desdobradas em reflexões, estudos e pesquisas. Nesse processo foram envolvidos outros movimentos camponeses, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). A relação com instituições públicas foi ampliada por meio de parcerias com universidades federais, estaduais e comunitárias de todas as regiões (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 65/66).

As “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo”, aprovadas no Conselho Nacional de Educação – CNE – só saiu do papel e se tornou lei, porque o movimento social por meio de mobilizações pressionou o estado, expondo as contradições de suas escolas que apesar de precisarem de infra-estrutura, material didático/pedagógico e serem regulamentadas, estão exigindo políticas públicas e uma educação pública de qualidade no e do campo. As “Diretrizes” denunciam que a Educação rural, só foi incluída na Constituição Brasileira de 1934.

No Brasil, todas as constituições contemplaram a educação escolar, merecendo especial destaque a abrangência do tratamento que foi dado ao tema a partir de 1934. Até então, em que pese o Brasil ter

sido considerado um país de origem eminentemente agrária, a educação rural não foi sequer mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891, evidenciando-se, de um lado, o descaso dos dirigentes com a educação do campo e, do outro, os resquícios de matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária apoiada no latifúndio e no trabalho escravo. (PARECER nº 36/2001, p. 3)¹⁶.

Mesmo assim, o campo sempre foi tratado do ponto de vista do capital e olhar urbano (ARROYO, 2005).

Quando o MST transforma o trabalhador rural e o excluído da periferia da cidade em cidadão, proporcionando-lhes a conquista da cidadania no processo de participação no espaço público, por meio das lutas contra o latifúndio e o Estado capitalista. A participação em uma organização política que conscientiza o sujeito Sem Terra, forjando um novo ser social na participação da luta cotidiana pela reforma agrária, onde aprende a ter autoestima e se valorizar porque se descobre um lutador do povo, um militante social da luta por transformação social. Nessa confecção do homem novo, aparece a Escola Itinerante como instrumento importante dentro dos princípios democráticos, da ética e da moral da classe trabalhadora, defendidos pelo MST no processo de luta por educação e emancipação humana.

Como diz Eldilvani (22/08/09), discorrendo sobre o início das aulas de 5ª a 8ª série e o Ensino Médio dentro do acampamento Maila Sabrina, em março de 2008:

É um direito nosso ter educação aqui no campo e do campo, teremos de esperar muito para garantir a organicidade física e pedagógica [...] uma coisa é trazer a escola aqui dentro, outra é acompanhar esses professores, dar assistência, aprender com eles, fazer com que eles aprendam conosco (ELDILVANI MARCELITO).

A busca do bem-estar social, da dignidade humana e da socialização dos excluídos nos acampamentos do MST se processam pela participação nas lutas travadas por famílias em busca de terra para trabalhar, educação e o envolvimento efetivo na organização prática e política do acampamento. Sendo fundamental a participação em alguma instância de trabalho, setor, coletivo, surgido dessa prática social da pedagogia do Movimento, que é

¹⁶ MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Parecer nº 36/2001. "Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo". Soares, Edla de Araújo Lira. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. 4/12/2001.

educativa ao constituir um novo sujeito na luta coletiva contra o latifúndio e o capitalismo, que entende a conjuntura política em que está inserido e aprende a gostar das coisas do campo, se tornando sujeito sem terra na luta por reforma agrária e o socialismo.

A história do MST é a história de uma grande obra educativa. Se recuperarmos a concepção de educação como formação humana, é sua prática que encontramos no MST desde que foi criado: a transformação dos 'desgarrados da terra' e dos 'pobres de tudo' em cidadãos, dispostos a lutar por um lugar digno na história. É também educação o que podemos ver em cada uma das ações que constituem o cotidiano de formação da identidade dos sem terra do MST. (MST, 2001).

4.6 ARTICULAÇÃO PARANAENSE DA EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO

A Articulação Paranaense da Educação do Campo teve um avanço no conjunto das políticas públicas, com a aprovação pelo Conselho Estadual de Educação em 08/12/2003, do Parecer nº 1012/2003 que “autoriza a implantação da Escola Itinerante nos acampamentos do MST” do Paraná, como experiência a ser renovada a cada dois anos. Apesar dos poucos recursos para manter funcionando as Escolas Itinerantes, a Secretaria Estadual de Educação – SEED – abriu canais de discussão, através dos quais foram feitos convênios com o Setor de Educação do MST do PR; em consequência disso, atualmente estão funcionando 13 Escolas Itinerantes, duas se tornaram Escolas Estaduais formais e 11 Escolas Itinerantes do Campo, se encontram abertas e funcionando em itinerância pelos acampamentos do PR, sendo que duas dessas escolas – Zumbi dos Palmares e Caminhos do Saber – possuem da Educação Infantil ao Ensino Médio. A seguir a relação das Escolas Itinerantes do PR.

1. Paulo Freire, acampamento 1º de Maio, General Carneiro;
2. Carlos Marighella, acampamento Elias Gonçalves Meura Planaltina do Paraná;
3. Anton Makarenko, pré-assentamento Roseli Nunes, Amaporã;
4. Caminhos do Saber, acampamento Maila Sabrina, Ortigueira;
5. Che Guevara, acampamento 08 de Março, Guairacá;
6. Zumbi dos Palmares, acampamento 1º de Agosto, Cascavel;

7. Novo Caminho do Campo, acampamento 4 de Setembro, Céu Azul,
8. Sementes do Amanhã, acampamento Chico Mendes, Matelândia;
9. Oziel Alves, acampamento Casa Nova, Cascavel;
10. Terra Livre, acampamento Terra Livre, Santa Tereza do Oeste;
11. Antônio Tavares, acampamento 2ª Conquista, Espigão Alto do Iguaçu. (MST, 2008, p. 19).

Nesta pesquisa sobre a Escola Itinerante Caminhos do Saber, os entrevistados afirmam que a verba fornecida pelo Estado fica muito aquém das necessidades das Escolas Itinerantes dos acampamentos. Mas a SEED pressionada pelas famílias de trabalhadores, educadores e educandos possibilitou a ampliação pedagógica da Escola Caminhos do Saber, no seu terceiro ano de existência, onde foram ministradas aulas de 5ª a 8ª séries e 1º ano do Ensino Médio, em 2008.

Abaixo, alguns dados compilados na Revista Sem Terra, de janeiro de 2009, sobre a Educação no Movimento, onde se verifica a preocupação real no sentido de levar a educação até a criança acampada e assentada, numa trajetória contrária à política educacional dos governos de acabar com as escolas rurais. Sendo que o MST cria escolas e quer educar a criança nas áreas de reforma agrária, inclusive com uma educação do campo que valorize o trabalhador rural sua vida e sua cultura.

1- Cerca de duas mil escolas públicas conquistadas em todo país; 2- Mais de 200 mil crianças e adolescentes sem terra estudando; 3- Educação de Jovens e Adultos (EJA), que trabalha a alfabetização dos Sem Terra com conteúdos relacionados à realidade do campo. Teve início em 1991 e, desde então, mais de 50 mil trabalhadores/as foram alfabetizados...; 4- Formação de mais 3.900 educadores em nível médio e superior; 5- Convênios com mais de 13 universidades públicas para cursos de nível superior de graduação e especialização: Pedagogia, História, Geografia, Agronomia, entre outros; 6- Mais de 250 "Cirandas Infantis", espaços para a educação de crianças de 0 a 6 anos [...] 7- Escolas Itinerantes [...] atualmente, funcionam em sete estados. No total, são 45 escolas, com mais de 350 educadores do Movimento e mais de 4 mil educandos e educandas. Já passaram pelas escolas itinerantes mais de 10 mil crianças. (REVISTA SEM TERRA, jan./fev. 2009, p.17).

O Setor de Educação Nacional recebeu prêmios da UNICEF e UNESCO, mesmo assim, recebe pouca verba do Estado para educação e formação de educadores/as do campo e para manutenção efetiva das escolas e do povo engajado na luta pela reforma agrária. O Movimento está com uma política de zerar

o analfabetismo dentro de seus acampamentos e assentamentos de trabalhadores com o método cubano de alfabetização: “Sim, eu posso!”¹⁷. Todos os dados referentes à educação do campo são alarmantes e da cidade não são melhores. [...] “A educação brasileira carece de investimentos. Atualmente, o país investe por aluno apenas US\$ 842, enquanto a Argentina [...] destina US\$ 1241. Não é preciso comparar esses valores aos dos EUA, que aplicam US\$ 8.049 per capita por ano”. (FOLHA DE LONDRINA, Folha da Sexta, 17/11/2006. p.2). A educação no Brasil não tem qualidade, sendo que nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária a situação se agrava e, quando se olha por outro ângulo como o da saúde, verifica-se outro caos, segundo César Toffoli do Setor de Saúde do Movimento, diz que os problemas sociais são transferidos da periferia para dentro dos acampamentos sem terra. Mal ou bem na periferia das cidades existem os postos de saúde e os hospitais. Tanto que logo no início desse acampamento, “vivíamos no meio dos búfalos selvagens perdidos pelas matas da fazenda, isolados, não tinha estradas e uma pessoa veio a falecer por falta de locomoção, não foi possível transportá-la, estava chovendo e as estradas estavam ruins”. Conta Ângela (06/03/08) e confirma Maria Luíza (11/10/07): “fizemos um movimento pela melhoria das estradas e para que o ônibus do transporte escolar para a cidade e o motorista fosse do acampamento”.

4.7 O ACAMPAMENTO

Quando as famílias chegam das periferias das cidades nos acampamentos do MST, para viverem nessa nova comunidade que vai se formando, assumem princípios políticos e filosóficos do Movimento, que exige delas participação em alguma instância de trabalho coletivo, para conviverem organizadas em sociedade, envolvidas pelo trabalho coletivo e nos debates promovidos pela

¹⁷ “Yo si puedo! É um método de alfabetização de origem cubana, que combina números e letras, com o objetivo de capacitar os educandos para a leitura, escrita e, sobretudo, para a leitura do mundo. Este método utiliza como principais recursos materiais uma televisão e 65 cassetes [...]. As sessões de alfabetização são orientadas por um monitor, pessoa que de forma voluntária, facilita e acompanha a construção de conhecimentos por parte dos alfabetizandos. <http://ese-educacional.blogspot.com/2009/10/yo-si-puedo-o-método.html>. (Educação Social, blog da Universidade do Algarve, acesso em 10/12/09, às 16:00 horas).

prática da escola de acampamento e assentamento desenvolvida pelo Setor de Educação do MST.

São os núcleos de base, com o mínimo de 10 e, máximo de 15 famílias cada um, que escolhem dois representantes para constituir a coordenação e a direção do acampamento. É dos núcleos que saem também os responsáveis das brigadas, dos coletivos, das equipes de segurança, dos setores de educação, saúde, teatro, higiene, moradia, produção, entre outros. A Escola Itinerante tem um papel primordial nessa tarefa de manter a coesão dos acampados, ao trabalhar a formação da consciência das crianças, jovens e adultos acampados, que vivem a realidade da ocupação e o enfrentamento para conquistar a terra de trabalho.

A Escola Itinerante nasce dentro dessa conjuntura de contradição e exclusão social da sociedade brasileira, onde se trava a luta pela reforma agrária e se proporciona a escolarização ao “Sem Terrinha”, contribui na alfabetização de adultos e na criação de lideranças, formando pessoas para que entendam a sociedade e trabalhem coletivamente pela transformação social.

Para o acampamento Maila Sabrina foram pessoas que andavam juntas nos acampamentos de ocupação de terra na região norte do Paraná. Na fazenda Brasileira, se juntaram pessoas que constituíram a Escola Itinerante em outros acampamentos, que não se mantiveram porque as famílias foram despejadas. A discussão sobre a implantação da Escola Itinerante no acampamento Maila Sabrina, segundo Ângela, começou no final de 2003, início de 2004, que acabou se efetivando na constituição da escola em outubro de 2005, quando a Coordenação Regional do MST e do acampamento, discutiram com o Setor de Educação estadual e foi designado o educador Eldilvani Marcelito, para contribuir na organização da Escola Itinerante Caminhos do Saber, em Ortigueira, no PR.

Uma Escola do Campo pública, do trabalho, unitária, de qualidade, laica e universal. No início trabalhei dois anos em Quedas do Iguaçu, essa foi a primeira Escola Itinerante no Paraná. Mas aqui tinha uma demanda muito grande por escola, como já tinha essa experiência vim pra cá discutir com a comunidade essa nova escola. (ELDILVANI MARCELITO).

Para falar sobre essa escola pública, do trabalho, unitária e laica, a qual o pedagogo Eldilvani se refere acima, farei uma longa citação da educadora Machado (1991) de seu livro **Politecnia, Escola Unitária e Trabalho**.

Ao mesmo tempo em que o capitalismo gera a burguesia, gera também o proletariado. Assim, de forma simultânea à proposta liberal-burguesa surge também uma nova concepção de educação e de unificação escolar. A proposta de escola unitária do trabalho faz parte da concepção socialista de educação e tem por objetivo o desenvolvimento multilateral do indivíduo. Ela se propõe como escola única, porque, sob a hegemonia do proletariado, o socialismo pretende realizar a emancipação geral; e do trabalho, porque é ele que lhe dá o conteúdo da unificação educacional. Este princípio unitário pressupõe, em primeiro lugar, tornar os conhecimentos concretos, vivos e atualizados com o desenvolvimento técnico-científico. Por outro lado, exige a redefinição da relação entre estrutura, conteúdo e métodos numa perspectiva orgânica. Por último, requer que o ensino seja impregnado pelas questões postas pelo cotidiano social. O ensino politécnico é definido como o meio adequado para a operacionalização deste princípio educativo, atendendo às condições apontadas acima. Entendida desta forma, a unificação escolar só é possível à medida que forem eliminadas as condições geradoras da diferenciação e da desigualdade social. Para chegar a esse nível de unificação, seria preciso, porém, uma certa diferenciação: torna-se necessário passar, primeiro, pela escola de classe (proletária) para atingir a uma escola realmente unificada, a escola da sociedade sem classes. (MACHADO, 1991, p. 11).

Foi assim que mais uma Escola do Campo surgiu no debate com a comunidade, criada na perspectiva de ser uma nova instituição de ensino no e do campo, que trabalha na base da sociedade, com as famílias de trabalhadores excluídas, que nunca tiveram direito de se organizar, que vivem na periferia das cidades e ao irem para os acampamentos, começam a adquirir uma visão crítica da sociedade, pela participação na dinâmica do Movimento que move a luta dos acampados pela reforma agrária. Nessa fase da organização do acampamento, as discussões são realizadas com os trabalhadores/as nos núcleos, no sentido de contribuir na formação de sua consciência e na ampliação de seu nível de consciência crítica e política.

Nos acampamentos as famílias orientadas pelos militantes do MST, começam a organizar a nova comunidade, constituem a direção e uma coordenação para dirigir o acampamento sem terra, são constituídos os Setores, os Coletivos, as Equipes com os membros dos núcleos de base. Além da Mística que tem um papel fundamental na ampliação da consciência do sem terra e da sua pertença ao Movimento, contribuindo para consolidar sua auto-estima, sua cultura e nesse processo de humanização iniciado no acampamento, tem de assumir tarefas orientadas pela instância de trabalho na qual atua, participação que se irradia ao acampamento, onde tudo está para ser feito e depende da participação de todos

para que as tarefas sejam realizadas nas frentes de trabalho e de produção no acampamento, na escola, no lar e na organização social, gerando uma nova criança com esperança de construir um mundo democrático, com liberdade e direito para o ser humano e não para o capital.

4.8 A ESCOLA ITINERANTE NO ACAMPAMENTO

A Escola Itinerante criada durante uma marcha dos trabalhadores rurais sem terra no Rio Grande do Sul em 1996, foi constituída e se tornou exemplo pedagógico para os Sem Terra dos outros estados, até agora já se encontra instalada em sete Estados brasileiros, que acolheram a idéia e organizaram Escolas Itinerantes nos mais longínquos rincões do país, caracterizando uma experiência educacional bem sucedida.

Desde que a Escola Itinerante no Rio Grande do Sul foi legalmente aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, em 19 de novembro de 1996, como uma experiência por dois anos, esta escola tem sido alvo de comentários, críticas, dúvidas, elogios, questionamentos e inquietudes. Por outro lado, tem trazido motivos e razões para pensarmos mais seriamente sobre o papel da educação e da escola no MST, neste momento histórico. (DOSSIÊ, 2005, p. 185).

No Paraná houve outras práticas de Escola Itinerante, mas ela nasce oficialmente em 2003, no município de Quedas do Iguaçu, quando o MST ocupa um dos maiores latifúndios do Estado, a Madeireira Giacometi, Araupel-Marodim S/A, com um contingente de 3.000 famílias de trabalhadores rurais Sem Terra e centenas de crianças e adolescentes em fase de escolarização, nas várias séries do Ensino Fundamental e Médio, razão que obrigou o Movimento a instalar a Escola Itinerante por uma necessidade prática da vida. O município onde estava a fazenda ocupada, não tinha a mínima estrutura física e educacional para absorver o grande número de crianças e jovens em idade escolar do acampamento, que apareceu no município de uma hora para outra, com a ocupação da terra pelas famílias de trabalhadores rurais. A necessidade objetiva da escola fez com que as lideranças se preocupassem com as centenas de crianças sem escola e prática

educacional no acampamento. Conta o pedagogo e coordenador da Escola Itinerante Caminhos do Saber Eldilvani Marcelito (2008) em seu depoimento.

Como não tinha escola, começamos a brincar de “Ciranda Infantil” com as crianças, para ocupar o tempo delas nessa mega ocupação do maior latifúndio do Estado e começamos a lutar por escola no acampamento. Foi nessa época que o MST do Paraná começou a discutir e a prestar atenção na Escola Itinerante. Foi a partir dos dirigentes dessa ocupação que se teve a iniciativa de criar a Escola Itinerante nesse acampamento, ocupação registrada pelo fotógrafo Sebastião Salgado. O pessoal analisava que era uma experiência muito rica que se iniciava no Paraná e que ali tinha que ter uma escola estadual pública e itinerante como as ocupações de terra do MST.

4.9 LONGA CAMINHADA

O processo de instalação da Escola Itinerante inicia com a ocupação da terra feita pelas famílias de trabalhadores. Entre as muitas tarefas que se impõe nesse momento, à questão da educação é prioritária, pois as crianças e jovens precisam de escolarização ali no acampamento. Assim:

A cada novo acampamento vêm a organização do povo por equipes, coletivos, setores, núcleos, coordenação e direção do acampamento. Entre tantas preocupações, a escola e a educação das crianças, hoje aparece como prioridade. Por essa razão, um grupo passa a se ocupar da sua organização. Primeiramente, vem um diagnóstico da realidade, levantamento do número de crianças em idade escolar e identificação de educadores. Depois vem a criação e formação do Setor de Educação. Tendo presente a importância do estudo e da escola na vida dos sem terra, passa a estudar os materiais pedagógicos disponíveis, organizar a escola, fazer o planejamento. A discussão de como fazer essa escola com toda a comunidade acampada. (MST, 2001, p. 10).

O acampamento de lona-preta que muitas famílias enfrentam por anos seguidos, se torna um desafio e uma superação, pois desde os primeiros anos, essa forma de se organizar vai lhes mostrando que não basta só ocupar a terra e cultivá-la. O Movimento inicia um processo de constituição de um novo homem e uma nova mulher, um jovem, uma criança com identidade cultural distinta, porque nascida da luta e com sua ideologia reconhecida, no boné vermelho, na bandeira,

nas músicas, criando um novo processo cultural, onde se cultiva o que é de raiz do homem do campo, o sujeito sem terra forjado no enfrentamento da luta de classes, na busca da terra para o trabalho, através da ocupação da propriedade privada para a reforma agrária e a transformação social.

A Escola Itinerante Caminhos do Saber foi criada devido a necessidade das crianças sem terra estudarem e da luta por escola pública no e do Campo nos acampamentos da reforma agrária. Algumas dessas famílias do acampamento Maila Sabrina, organizadas na Brigada “Che Guevara”, vêm de uma longa caminhada juntas, enfrentando a lona preta dos acampamentos há mais de seis anos, ocupando e sofrendo despejo na luta por reforma agrária.

Vivendo o processo de ocupar a terra para o trabalho, serem despejadas e acamparem novamente em um movimento contínuo, buscando acumular forças, estudar e se organizar para ocupar de novo outro latifúndio improdutivo; essas famílias não possuem perspectiva de vida na cidade, onde o emprego praticamente inexistente para absorver a população em idade produtiva. Numa dessas ocupações, tentaram organizar a primeira Escola Itinerante no norte do Paraná e não deu certo porque quando tudo estava pronto, as famílias foram despejadas e levadas para outro município. Esta primeira tentativa diverge da que é foco deste estudo, por ter sido conduzida a partir de outros procedimentos, como esclarece a colaboradora Maria Luíza, 11/10/2007:

Numa fazenda que morávamos antes de vir pra cá, Fazenda Três Marias, as crianças estudavam no município e lá foi diferente daqui. Aqui primeiro começamos a estudar para depois construirmos as salas de aula. Lá nas Três Marias, eles construíram as salas de aula e foram formando os educadores para começar as aulas na Itinerante, tinha muita ajuda do prefeito, mas quando a Escola Itinerante começou a funcionar, fomos despejados e foi tudo perdido.

O ambiente que se pretende formar nessa comunidade, funda-se no princípio da igualdade, do bem-estar das famílias e da solidariedade, em que se organiza a parcela mais pobre da sociedade, excluída do trabalho pelo capitalismo, essa parcela da classe trabalhadora rural organizada no Movimento, está atrás de um trabalho permanente na terra, razão pela qual a educação, constitui uma dimensão importante para o Movimento, pois todos os trabalhadores/as sem terra

precisam saber ler, escrever, calcular e se transformar em quadro político capaz de dirigir as bases trabalhadoras.

A escolarização, a alfabetização e o conhecimento, são fundamentais para o sucesso e ou o fracasso de uma organização, pois “sem a formação de quadros” lembrada pelo professor Celso Furtado, quadros a que tanta falta fizeram às Ligas Camponesas, os “intelectuais orgânicos” de Gramsci (1978, p.4), a organização estagnaria. Portanto, a educação é um quesito fundamental à luta de classes e para todas as organizações que estejam interessadas na realização da conscientização social e política, para mudar o modelo econômico com a organização política e da luta social. Permeada pela tensão no processo de conquistar a terra, esta organização visa acarretar ao trabalhador uma vida digna, onde a família terá emprego permanente na agricultura, os filhos serão criados com dignidade e cidadania, principalmente se desenvolverem o trabalho coletivo e cooperativo desde o acampamento.

Quando se adota o trabalho cooperativo desde o acampamento, o assentamento geralmente se projeta como empresa de pequeno e até médio porte, onde se diversifica a produção e socializam-se os lucros entre os trabalhadores. Um assentamento onde se desenvolve o trabalho cooperativo e nasce uma nova comunidade de trabalhadores sem terra, organizada em torno do princípio da solidariedade e funcionando como empresa socialista: é a COOPAVI¹⁸ – Cooperativa Vitória – em Paranacity, exemplo de uma agroindústria que está dando certo ao desenvolver o trabalho coletivo e cooperativo.

Nos acampamentos a disposição dos trabalhadores é de incorporar-se ao Movimento como militantes, participar nas marchas, na defesa da terra ocupada, na organização da escola, da produção e quando o acampamento é bem organizado e consegue transmitir sua ideologia nos núcleos de base e organizar as

¹⁸ Há um assentamento do MST em Paranacity-PR, fundamentado no trabalho humano coletivo, onde homens e mulheres acima de 16 anos recebem salários iguais por hora trabalhada e, todos podem trabalhar na cooperativa onde há emprego. Inclusive, a Coopavi tem contratado “bóias-frias”, por falta de força de trabalho entre os próprios cooperados. O salário está diretamente relacionado com o tempo de horas que se trabalha por dia. Todos os trabalhadores/as da cooperativa recebem formação e aprendem a fazer todos os serviços, através do rodízio nas tarefas de produção, administração e venda da cooperativa, adquirindo conhecimento e capacidade de gerenciar os vários ramos de negócio desenvolvido na Coopavi. Tem restaurante comunitário funcionando de 2ª a 6ª feira, onde o almoço e o café da manhã para uma família de cinco pessoas custava mensalmente R\$ 30,00 reais, em valores de 2004, quando a turma do 2º ano de Pedagogia da UEL visitou o assentamento, numa atividade orientada pela professora Adreana Plath.

famílias em cooperativas, o sucesso econômico do empreendimento é certo. A organização é para “ocupar, produzir e resistir” e comercializar.

A inserção das famílias nas atividades das instâncias no acampamento e na luta social coloca uma nova relação de companheirismo e de solidariedade entre os trabalhadores/as acampados/as. No entanto, há uma tendência natural nas famílias, por viverem em uma sociedade capitalista, a olhar só para seu negócio; esquecerem que a luta é coletiva, buscando soluções individualistas, em alguns lugares, se aliam aos bandidos que entram nos acampamentos assassinando companheiros como Eli Dalemole em 30/03/2008, no Assentamento Libertação Camponesa, em Ortigueira. Essas situações levam o Movimento a buscar formas novas de trabalho, mostrando às famílias, que a produção em cooperativas, o coletivismo e a sociedade solidária, igualitária e fraterna que o Movimento pretende construir, é a utopia que se busca e é nesse processo de formar um novo homem, envolvido com a luta social e a construção de uma sociedade socialista, que a Escola Itinerante entra para contribuir na construção do sujeito sem terra.

O MST é um movimento com características heterogêneas no campo ideológico e cultural, principalmente. No campo ideológico, por um lado destaca-se a luta pela transformação social e por um modo de produção diferenciado, por outro lado há a presença de um ideário individual que move a participação social no movimento. Este ideário individual está expresso no desejo da conquista de um pedaço de terra que possibilite a retomada ou a inserção no trabalho com a agricultura, agroindústria ou pecuária. Estas duas facetas do campo ideológico são indissolúveis e são elas que dão forma à heterogeneidade que dinamiza o movimento social. O campo cultural compõe-se por atitudes que valorizam a inovação, a reconstrução de valores e, portanto, as atitudes coletivas. Compõe-se ainda pela presença de ações pautadas no indivíduo e na sua “liberdade”, o que muitas vezes está vinculado às relações tradicionais de trabalho na agricultura. (SOUZA, 2003, p.31-32).

Nos acampamentos os trabalhadores precisam participar da luta, pois a ocupação da terra continua sendo a principal forma de pressão para se realizar a reforma agrária, condição em que não há como “ficar em cima do muro”, como diz Stédile. Os trabalhadores aprendem na prática como enfrentar o latifúndio nas ocupações de terra promovidas pelo MST e na luta política que trava pela hegemonia cultural e social dos acampados. A Escola Itinerante é organizada pela

participação da comunidade e proporciona escolarização às crianças, aos jovens e adultos sem terra. Essa escola além de proporcionar o conhecimento científico, propicia a auto-organização dos estudantes e sua gestão democrática, além de ser uma escola que recria na sala de aula o debate do dia-a-dia entre a comunidade.

Uma organização deve estar a serviço dos trabalhadores para atingir os objetivos que estes têm como seres humanos. Por isto a organização deve estar atualizada, acompanhando os passos da história social de seu povo. A organização que perde a noção do tempo e deixa de acompanhar os passos que a evolução da história proporciona, poderá ocupar espaços, mas estes serão insignificantes para proporcionar avanços na transformação da sociedade. Por isso, ao discutirmos o que é organicidade, devemos levar em consideração as lições que aprendemos ao longo do tempo e perceber os novos desafios colocados pela história. E a partir desse aprendizado nos organizarmos para passar por eles, e ocuparmos “novos” espaços no cenário da luta de classes. (MST, 2005, p. 6).

Os filhos precisam estudar? A escola necessita de professor para dar aulas e debater com as famílias na comunidade sem terra? Qual escola constituir no acampamento? A Escola Itinerante é da classe trabalhadora porque nasce do trabalho voluntário e se volta para a comunidade desde o início, buscando entre as famílias acampadas essa força de trabalho com mais conhecimento, para democratizá-lo e passá-lo às crianças nas escolas dos acampamentos sem terra. Essa escola de acampamento que caminha há 25 anos com o Movimento Sem Terra, conseguiu estabelecer-se como uma instituição educacional do campo, pública, laica, de qualidade, universal, do trabalho e conquistada pelo movimento social, para atuar dentro dos acampamentos e assentamentos, proporcionando escolarização às crianças, jovens e adultos em vários estados do Brasil.

4.10 UMA ESCOLA DA LUTA DA CLASSE TRABALHADORA

É uma escola ideologicamente voltada para os interesses dos trabalhadores rurais, que com a escolarização de crianças e jovens e alfabetização de adultos nos acampamentos, se coloca a serviço da luta pela reforma agrária. Uma escola comprometida com essa causa porque é fruto dela, se organiza no

processo de luta desses trabalhadores que carregam suas famílias para os acampamentos. Há outra compreensão do papel da escola e da educação, de que são elementos propulsores da unidade de pensamento da instituição Escola do Campo, como política de estado garantindo o fluxo contínuo de financiamento no orçamento público. Sendo uma forma nova de ver e tratar o campo, analisá-lo e atuar na luta política da sociedade no intuito de transformá-la. Como diz o educador Eldilvani Marcelito, pode não ser a melhor escola, mas é a que estamos construindo para a juventude ter uma Escola de qualidade, que seja no e do Campo.

A Escola Itinerante é uma conquista resultante da luta do MST. Desde sua origem ele luta por escolas nos acampamentos e assentamentos, fruto da consciência do direito à educação, garantido na Constituição Federal pela qual a educação é um direito de todos e um dever do Estado. Este entendimento fez com que os sem terra, desde sua origem, lutassem pelo direito a escola pública, gratuita, de qualidade e para todos; uma escola voltada aos interesses e às necessidades dos sujeitos onde ela se insere. (MST, 2006, p. 28).

5 REGISTRO HISTÓRICO DA ESCOLA ITINERANTE CAMINHOS DO SABER

Tese: III

A teoria materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens transformados são produto de circunstâncias diferentes e de educação transformada, esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado [...] .
(MARX, 1975).

5.1 COMO NASCE A ESCOLA ITINERANTE CAMINHOS DO SABER?

Na discussão para construir a Escola itinerante Caminhos do Saber, alguns fatores influenciaram e foram decisivos na hora da tomada de decisão de sua implantação no acampamento Maila Sabrina. O primeiro deles foi, sem dúvida, a dificuldade de transportar as crianças diariamente, ida e volta, por 50 km do acampamento à escola na cidade.

Além do grande número de crianças a serem transportadas, as condições de transporte eram inadequadas (em cima de caminhões sem segurança, em caminhonetes velhas sem freio e até num caminhão baú em péssimo estado), as estradas precárias e pouco usadas pelo latifúndio do boi por extensão, deterioradas, perigosas e quando chovia, ninguém saía ou voltava para o acampamento e quando as crianças eram pegas por temporais na vinda da Escola de Vista Alegre, o perigo aumentava pelos locais intransitáveis, onde só era possível saber se tinha ponte, depois das águas baixarem.

Se as condições de transporte eram precárias, problema ainda maior era a dificuldade de adaptação das crianças na escola da cidade. Os estudantes do acampamento Maila Sabrina que estudavam em Faxinal, sofriam vários tipos de preconceitos e eram estigmatizados tanto por alunos como professores. A discriminação contra os sem terra ocorre pelo combate incessante da mídia ao Movimento, por serem muito pobres, viverem em barracos de lona, cozinhareem com

lenha e, conseqüentemente, cheirarem fumaça, serem do campo e carregarem o estigma de “jeca-tatu”, imortalizado por Monteiro Lobato e sem a consideração de que são pessoas que realizam trabalhos manuais, são homens e mulheres que usam sua força de trabalho, para produzir seu próprio alimento e boa parte do que a população consome diariamente nas cidades brasileiras.

Essas crianças viajavam todos os dias 50 km para ir e voltar à escola de Vista Alegre, por estradas perigosas para serem tratadas como “baderneiros, que viviam do dinheiro do governo, que deviam trabalhar e comprar terra, em vez de roubar de quem comprou”. Além desses, as crianças ouviam na escola outros tratamentos pejorativos contra os trabalhadores sem terra, por isso saíam brigas e muita confusão.

A este respeito informa a Secretária da Escola Maria Luiza.

Os pequeninos choravam e não queriam voltar às salas de aulas na escola da cidade, porque eram menosprezados por serem filhos de sem terra. Algumas crianças para fugirem dessa situação, cabulavam aulas, perambulavam pela cidade, aprendendo a fumar, beber e principalmente não freqüentar a escola, levando-os à reprovação. As gozações aos “Sem Terrinha” geravam brigas, porque os pequeninos são os mais esquentados e não levam desaforo pra casa. As brigas só diminuía com o passar dos meses e os problemas só acabaram mesmo, quando abrimos a Escola Itinerante Caminhos do Saber de 1ª a 4ª série aqui no acampamento. (2007).

Esses fatores, citados pela entrevistada, levavam à falta de assiduidade dos estudantes às aulas na escola da cidade, resultando numa reprovação de quase 60% dos alunos em 2005, segundo informou Eldilvani (2008). Muitos não acompanhavam os conteúdos, faltavam demais e não alcançavam nota suficiente nas provas classificatórias, para passar de ano letivo. Num ambiente desse, perde-se o ânimo para estudar e o preconceito de professores e alunos, acentuava o problema, aumentando a reprovação. Tal constatação ratificou a proposta do Movimento a respeito da necessidade de escola nos acampamentos e assentamentos; assim, as lideranças locais, juntamente com o Setor de Educação do acampamento, decidiram organizar a Escola Itinerante no Acampamento Maila Sabrina, Brigada Che Guevara, pois os filhos dos trabalhadores necessitavam de uma escola pensada e funcionando dentro da Pedagogia do Movimento.

A Escola do MST é uma Escola do Campo, vinculada a um movimento de luta social pela reforma agrária no Brasil. Ela é uma escola pública, com participação da comunidade na sua gestão e orientada pela Pedagogia do Movimento que, como vimos, é na verdade o movimento de diversas pedagogias. A Escola do MST é aquela na qual se dá o movimento destas pedagogias, desenvolvendo atividades pedagógicas que levem em conta o conjunto das dimensões da formação humana. É uma escola que humaniza quem dela faz parte. E só fará isto se tiver o ser humano como centro, como sujeito de direitos, como ser em construção, respeitando as suas temporalidades. A nossa tarefa é formar seres humanos que tenham consciência de seus direitos humanos, de sua dignidade. Não podemos tratar os educandos como mercadorias a serem vendidas no mercado de trabalho. Isto é desumanizar a eles e a nós todos. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2005, p. 105).

“A nossa tarefa é formar seres humanos que tenham consciência de seus direitos, de sua dignidade.” (ARROYO, 2005). Discutir a questão da formação dos seres humanos para que tenham consciência dos seus deveres e direitos, não sejam passivos frente à realidade, dobrados pela alienação e exploração das elites, que tentam proibir a criação das escolas itinerantes que leva a educação lá no meio da fazenda ocupada, onde não se fará uma educação desvinculada da realidade, a própria escola é fruto do movimento que constrói uma nova realidade vinda da ocupação da terra para a reforma agrária, onde se cria uma nova escola da classe trabalhadora. Os educandos não são mercadorias, são pessoas que precisam de uma educação voltada para os interesses da classe trabalhadora do campo e da cidade, uma escola que ensine um outro país, que possibilite à criança, ao adolescente e ao adulto desvelar o mundo das letras e aprender a caminhar e lutar com o Movimento por reforma agrária e o socialismo.

5.2 EDUCADOR NA ITINERÂNCIA DA OCUPAÇÃO

A mobilidade das famílias na luta pela terra, sua itinerância causada pela ocupação ora num município ora noutro, prejudicava a educação das crianças, muitas desistiam de estudar, ficavam desestimuladas, perdiam o ano letivo por falta de matrícula e, principalmente, porque acompanhavam suas famílias na itinerância da luta pela reforma agrária e, como a Escola Itinerante é móvel, para seu bom

funcionamento os professores devem ser acampados. Sendo escolhidas pessoas que tenham 2º Grau completo ou curso superior e queiram dar aulas. Além disso, as famílias acampadas participaram do debate de constituição da escola no acampamento.

A par disso, uma das exigências para ser educador/a, é estar disposto a continuar os estudos formais, para apreender os conhecimentos científicos na escola institucional e repassá-los aos companheiros que não tiveram ou têm acesso à educação escolar. Assim, quando um grupo de famílias ocupa um latifúndio improdutivo, a escola vai junto com os trabalhadores para a ocupação da terra. Conta Sueli Marim, em depoimento em (2008), acampada no Maila Sabrina, “quando a fazenda Três Jotas foi ocupada, em cinco dias a Escola Itinerante já estava funcionando lá dentro”. Continua, “as crianças continuaram a ter aulas das 7:30 da manhã até às 11 e meia, todos os dias que permanecemos lá acampados”. Sueli diz que vão abrir de 5ª a 8ª série na Escola Caminhos do Saber e que pretende continuar estudando, diz que ali é mais fácil estudar, porque a escola fica perto de casa. Diz ela: “uma escola que ajudamos a construir, é uma escola que não é só para as crianças, mas para os adultos também”.

Um exemplo da funcionalidade da itinerância da escola que podemos citar é a experiência da ocupação da fazenda Três Jotas, do ex-deputado federal José Janene, no município de Londrina. Nessa ocasião a Escola Itinerante se deslocou junto com as famílias sem terra para dentro da ocupação. Ângela também fala sobre essa escola:

Quando definimos, através de discussão política no acampamento, que ocuparíamos a fazenda Três Jotas, assumimos um compromisso de abrir a escola. Decidimos então que a escola iria junto para dentro da ocupação. No início tivemos que discutir com as outras Brigadas, com relação ao empréstimo dos educadores para se locomoverem para a ocupação, além da necessidade de um local amplo para se poder erguer a escola. Não havia local apropriado para instalação da escola, tivemos grande dificuldade para implantá-la, mas as famílias não desanimaram. Escolheram um espaço debaixo de uma árvore, construíram um quadro com maderite e lona preta e começaram as aulas das crianças. (ANGELA, 2008).

As primeiras discussões sobre a Escola Itinerante no Acampamento Maila Sabrina tiveram início em outubro de 2004. Foi um ano de gestação e debate para a idéia ser definida entre as lideranças do acampamento e, principalmente, ser

discutida com as famílias do acampamento e colocada em prática. Decidiu-se pela vinda de um militante do Setor de Educação de outra Escola Itinerante em funcionamento, para iniciar a Escola do Campo ali dentro do acampamento Maila Sabrina, com mais de 200 alunos. Eldilvani (2008) diz: “tinha experiência de dois anos com Escola Itinerante, vim pra cá discutir com a comunidade, perceber a necessidade e discutir a implantação da escola [...] para a comunidade é importante ter uma escola no acampamento vinculada organicamente ao MST”.

A escola Caminhos do Saber organizada pela discussão dos educadores nos núcleos de base do acampamento Maila Sabrina, Brigada Che Guevara, carrega consigo a consciência do direito, a bandeira da luta popular por Educação do Campo como política pública e direito das crianças, jovens e adultos à escolarização gratuita e de qualidade garantidos na Constituição e, na LDBEN, nº 9394/96. Além de ser um direito, esta escola tem por objetivos formar os filhos e filhas dos sem terra, valorizar seus conhecimentos vinculados à produção cooperada, à vida no campo, proporcionar formação técnica e científica que possibilita aumentar a produção agro-ecológica e fortalecer a autonomia das populações do campo, proporcionando novas perspectivas aos jovens para que ali permaneçam com suas famílias.

Esta proposta representa um movimento de resistência ao desenraizamento da população do campo, quando estudam nas escolas da cidade, as crianças perdem o gosto pelas coisas do meio rural, pois os valores são outros e os conteúdos estudados são próprios da cidade, em detrimento da valorização das coisas que são específicas do campo. Advém daí o argumento: “para carpir café não precisa ter estudo”, havendo total desprezo pela educação que o Estado oferece para o meio rural brasileiro. A Escola Itinerante contribui no sentido de ajudar a concretizar o direito dos sem terra à educação pública no campo e do campo, de qualidade, para todos e uma escola envolvida na luta pela reforma agrária e contribuindo na emersão da consciência das crianças, jovens e adultos.

5.3 OS EDUCADORES E A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA

Considerando os objetivos políticos e estratégicos desta escola, um dos pontos centrais são, sem dúvida, a definição e escolha dos educadores, processo que recebe atenção específica do Setor de Educação do MST.

Porque não era uma escola só de educadores, não era uma escola só de professores, uma escola tem que ser da comunidade toda. Discutimos se a comunidade tinha disponibilidade de apoiar a escola, ajudar a construir, ajudar a opinar, de fazer parte da gestão da escola. O primeiro passo foi discutir em todos os núcleos de 10 famílias, que na época eram 54 núcleos de base. Montamos uma equipe de oito pessoas para visitar e fazer o debate. Mapeamos pessoas com vontade de ser educador/a, com Ensino Médio completo e que poderiam prestar serviço voluntário na área de educação. Com essas pessoas montamos um grupo de estudos, que todo dia sentava para discutir sobre educação, escola, sobre a escola do MST, analisando as referências que a gente já tinha das Escolas Itinerantes aqui do Estado, de outros Estados e a Escola do Campo. A partir disso, a gente começou a discutir com as famílias todas as implicações da constituição de uma escola. (ELDILVANI, 2008).

A pesquisa e a discussão provocada nos núcleos de base pelo coletivo de Educação no acampamento, buscam encontrar pessoas querendo ensinar na Escola Itinerante que está se organizando no acampamento, que queiram continuar estudando a Pedagogia do Movimento como responsável para garantir o direito à educação de qualidade e articular ações conjuntas numa relação dialética entre educadora, educando e a comunidade.

O próprio debate interno, como diz a educadora Marilda, (2007) inicia o processo de construção de uma escola diferente na concepção, no conteúdo, na forma de estudar, no envolvimento da comunidade e no fazer pedagógico, pois é uma escola que faz pensar, amplia a consciência crítica e política, ao dar oportunidades à criança para compreender o processo histórico no qual ela está inserida por pertencer ao Movimento. Para que tal ocorra é necessário discutir o quê aprender na escola, como ampliar o conhecimento científico da realidade com a coletividade. A redefinição dos conteúdos escolares nesta direção implica maior organização e compreensão da importância de se elevar o nível de

participação das pessoas no processo de construção da Escola do Campo no acampamento, melhorando até as condições de produção. Eldilvani diz que:

Na hora que fomos para as famílias discutir a escola do acampamento, todo mundo se envolveu, porque aí se percebeu que não era só ter uma escola, mas qual tipo de escola diferente construir ali dentro? No princípio foi apenas curiosidade, foi na discussão que o pessoal percebeu a importância da escola e, também, quanto a educação é um ato político. E o Movimento defende isso como emancipador do ser humano. Então, o pessoal percebeu que era uma escola para a classe trabalhadora, não é simplesmente ter uma escola no acampamento, é uma escola que é organizada, construída e gerenciada pela comunidade trabalhadora. Então começaram a dar muito mais importância, porque o acampamento como um todo, tanto as crianças como os jovens, perceberam qual era a escola que teríamos de construir. (ELDILVANI, 2008).

Sintetizando, a discussão da Escola no meio do povo envolve a comunidade, porque se está construindo uma escola voltada para a defesa dos interesses e emancipação da classe trabalhadora, que escolariza, humaniza e promove o debate sobre a produção, a cooperação, a saúde, a ecologia, possibilita compreender que ocupam terra e não têm acesso ao crédito, que o acampamento provoca a discussão sobre a reforma agrária e a busca por solução coletiva para os problemas do cotidiano, cuja solução necessita da participação dos acampados.

O processo de construção da Escola Itinerante Caminhos do Saber ainda não acabou, [...]. A gente espera que nunca termine esse processo de construção, física sim, mas a educação, a formação é um processo constante e contínuo, que não vai parar. [...] Na Escola Caminhos do Saber desde a construção física a comunidade se envolveu. Tudo foi discutido, debatido nos núcleos de base com ampla participação da comunidade. [...] A comunidade envolvida no processo de discussão da escola, preocupada com a situação, começou a mudar as estruturas que a gente tinha na fazenda, retiraram a madeira das casas da antiga colônia e começaram a construir as salas de aulas. A Escola Itinerante é um pouco isso. Aqui no acampamento itinerou por vários espaços, antes de começarmos a construir as salas, funcionou em antigas casinhas que tinha na comunidade, em alguns barracos de lona do pessoal, funcionou no galpão e embaixo dessas árvores. Funcionou em vários espaços. Hoje já estamos com 05 salas de aulas construídas e duas quase prontas. Foi à comunidade sem terra quem teve de construir essa escola, porque financiamento do Estado a gente não teve nenhum, por ser um acampamento. (EDILVANI, 2008)

A Escola descrita pelo professor Eldilvani funciona com pequeno apoio governamental, mesmo após o convênio estabelecido entre a ACAP – Associação de Cooperação Agrícola da Reforma Agrária do MST do Paraná, com a Secretaria Estadual de Educação do Paraná - SEED. Nenhuma verba do governo foi liberada para a construção das salas de aula no acampamento Maila Sabrina. A Escola Caminhos do Saber recebe apenas o Fundo Rotativo¹⁹, que é um montante pequeno, devido ao número reduzido de alunos e dependências da escola. Os problemas como a falta de lápis, caderno e borracha são resolvidos pelos educadores/as, que dão parte de seus salários para o funcionamento da escola, além de fazer festas, buscar apoio na comunidade organizada e reivindicar do poder público melhores condições para o funcionamento de uma escola da classe trabalhadora no e do campo.

A Escola Itinerante Caminhos do Saber vai sendo construída dentro de uma área de conflito, que ainda não foi legalizada pelo Estado, estando sujeita ao despejo a qualquer momento, apesar de ser terra de trabalho e ter sido considerada improdutiva pelo INCRA, só depois de desapropriada e tornada assentamento, é que se tem certeza de não haver despejo. Por isso, nesse período não há ajuda do Estado, que não constrói dentro de acampamento sem terra, pois se houver despejo tudo se perde. Assim, os trabalhadores contaram com suas próprias forças para construir, em mutirão, as 07 salas de aulas, que constituem o prédio escolar da Escola Itinerante Caminhos do Saber. Diz Eldilvani que a escola do Campo construída em área de conflito é formativa para os sem terra.

Com as dificuldades que enfrentamos de estrutura, de não ter financiamento do Estado, é que percebemos realmente que o Estado nega educação à classe trabalhadora. Porque ela é muito importante para manter uma sociedade como para sua transformação. A gente tem que lutar pela Escola Itinerante dentro do acampamento, porque é um direito de todos os cidadãos brasileiros se escolarizarem e também dos sem terra. Ele tem direito à educação e temos que lutar para construir uma escola no acampamento, garantindo esse direito e também por ser uma ferramenta da luta dos trabalhadores, que têm de se apropriar do conhecimento escolar. Por isso, a escola vai continuar sendo construída no acampamento para garantir a escolarização e depois no assentamento já teremos uma proposta pedagógica, uma estrutura, a consolidação do debate construído

¹⁹ Fundo Rotativo: direcionado para serviços de manutenção e custeio de despesas com a compra de utensílios, material de limpeza e pequenos serviços das escolas. O repasse é calculado de acordo com o número de alunos matriculados na escola no ano anterior e a quantidade de dependências.

com a comunidade e, assim teremos erguido um “andar” mais significativo e quando sair o assentamento pautaremos com a Prefeitura e o Estado só a construção das salas. Porque temos a proposta e vamos lutar para ampliar a escolarização. (2008).

A Escola Itinerante está inserida em um Movimento sócio-cultural de humanização dos excluídos, que se propõe ser organizador dessa base de trabalhadores desenraizados pelo capitalismo, grande parte analfabeta, com muitas famílias em fase avançada de miséria e degradação de sua condição humana. Tal condição obriga o Movimento a buscar um método de ensino que seja crítico, libertador e que promova a inclusão do diálogo na discussão, do incentivo à auto-organização dos estudantes, da criação de oficinas de teatro, de música, de literatura e de atividades envolvendo os núcleos de base da comunidade. Assim, no intuito de se construir uma escola crítica e em movimento, os educadores/as enfrentam uma luta interna constante, para fugir do ensino tradicional, bancário no qual foram escolarizados. Diz Eldilvani, coordenador da Escola Itinerante Caminhos do Saber:

Não vamos dizer que fazemos à educação que emancipa totalmente o ser humano, que seja libertadora, que seja revolucionária, mas é uma tentativa de se fazer essa escola diferente. Até porque eu fui educado, os professores foram educados dentro da escola burguesa, da escola bancária (FREIRE). Então, estamos tentando, a todo o momento, inserir dentro do espaço escolar a gestão democrática, a formação coletiva dos seres humanos, mas temos dificuldades imensas de ensino, de método didático de ensino. Talvez consigamos organizar coletivamente a sala de aula, mas na hora de fazer, aplicar os conteúdos, de conseguir ensinar realmente o ler e o escrever, esbarramos nos limites que temos de nossa própria formação na escola burguesa e que tentamos superar na prática. O diferente entre a escola bancária e a Escola Itinerante, é a participação da comunidade, este envolvimento do povo, talvez seja o mais importante da Escola Itinerante, pois o povo ao aprender ensina. A comunidade tem de ocupar esse espaço escolar, para pautar qual tipo de educação deseja nessa escola. E isso ninguém tem oportunidade de fazer na escola bancária. (2008).

Nessa citação do pedagogo Eldilvani, percebe-se as dificuldades e contradições enfrentadas na condução da escola dentro dos acampamentos que perpassa as diferentes situações, desde a definição dos conteúdos curriculares, devido à formação escolar dos educadores na chamada escola tradicional. Advém daí, o questionamento a respeito da diferenciação entre essa escola e as Escolas

Públicas nas cidades, pois se os educadores são formados nas escolas “burguesas” e o material didático-pedagógico utilizado nas Escolas Itinerantes é o mesmo utilizado nas Escolas Estaduais, como poderia essa escola ser tão diferente? A diferença está, provavelmente, na originalidade da proposta, no sentido da intencionalidade pedagógica presente, da utopia que busca. Ter como aspiração a superação das condições percebidas como inadequadas para a transformação social que se deseja, pode ser entendido como o diferencial deste projeto. No entanto, apesar das diferenças essas escolas convivem com um mesmo mal, a utilização da educação pública pautada pela manutenção da hegemonia e do domínio ideológico capitalista.

Como afirma Eldilvani, o diferente na Escola Itinerante não é só o caminhar da escola com as famílias dos trabalhadores pelas ocupações que o Movimento realiza pelo Estado, mas também a formação da coletividade sem terra e dos “Sem Terrinha” principalmente, ao proporcionar-lhes escolarização, uma visão crítica da contradição capital e trabalho e da exploração do homem pelo homem, sobre a destruição da natureza e do planeta atrás do lucro para o capital, o que implica uma escola libertadora que contribui para a emancipação humana.

Elemento importante de sua constituição é a participação dos acampados na discussão dessa escola do campo, preocupada realmente com o desenvolvimento integral do ser humano. Assim a educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. [...] “ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz”. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2005, p. 23).

Assim é que, enquanto a prática bancária, como enfatizamos, implica numa espécie de anestesia, inibindo o poder criador dos educandos, a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica num constante ato de desvelamento da realidade. A primeira pretende manter a imersão; a segunda, pelo contrário, busca a emersão das consciências, de que resulte sua inserção crítica na realidade. (FREIRE, 1975, p. 80).

Essa escola está colada à realidade cotidiana das famílias que travam a luta pela reforma agrária, refletindo seus problemas políticos e pedagógicos, por isso, as crianças da Escola Itinerante têm uma compreensão mais

política e crítica da realidade quando comparada com as outras crianças sem terra que estudam nas escolas da cidade. O “Sem Terrinha” adquire uma visão geral e particular do conflito entre sem terra e latifundiário, participa das reuniões dos núcleos, escuta as opiniões, se posiciona na reivindicação de políticas públicas junto aos governantes e, quer que o Estado e o município contribuam na manutenção das Escolas Itinerantes. O educador/a discute com o educando/a que sociedade é essa e qual é o papel dessa comunidade organizada na defesa de seus direitos, analisando o despejo, a pistolagem, o papel do Judiciário e do Estado, diante da própria realidade de exclusão. Como diz Maria Luíza:

Essas crianças além de serem escolarizadas, elas têm formação política. Têm clareza do que é a classe trabalhadora e a classe burguesa e qual é sua luta. Tem criança de 9, 10 anos que tem muita clareza da luta operária, da luta política do povo da cidade e da importância da união com a luta do povo da roça, de onde vem o seu sustento. Sabem como proteger uma mina d'água, que o desmatamento prejudica a natureza e que a reforma agrária é uma luta de todos. (2007).

A transformação da realidade provocada pelos embates que a ocupação da terra provoca na região na busca da reforma agrária, está viva no dia-a-dia da Escola Itinerante do Campo, porque discutem a luta que travam com seus pais para sobreviver no acampamento e conseguirem um emprego permanente através da ocupação da terra. O tempo que uma família passava embaixo da lona preta quando Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi presidente, era a metade do tempo que uma família fica hoje no governo Lula, quando foi feita a denúncia.

A quantidade de famílias em ocupações também diminuiu; o pico histórico foi em 2004, com 79.591 famílias. No fim de 2007, a quantidade caiu para 49.158, segundo a CPT. Ao mesmo tempo, a quantidade de assentamentos novos no governo também foi reduzida. Nos oito anos do governo FHC, foram assentadas 400 mil novas famílias. Lula assentou 150 mil em cinco anos, segundo checagens de pesquisadores sobre os dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Outro dado que pode explicar a desmobilização é a média de espera nos acampamentos: quatro anos no governo Lula, dois no governo FHC, segundo estudos do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes da Universidade Estadual Paulista (Unesp). (GAZETA DO POVO, 22 jun. 2008, p. 7)

Assim, são discutidos temas como a demora para assentar as famílias, a questão produção, da cultura camponesa e também os assassinatos dos trabalhadores sem terra, como o de duas lideranças do MST do Paraná, Valmir Mota de Oliveira, em outubro de 2007 pelos jagunços da multinacional Syngenta Seeds e de Eli Dallemole assassinado num domingo à tarde, dentro de sua casa no Assentamento Libertação Camponesa, em Ortigueira, no dia 30/3/2008.

A Escola Itinerante utiliza essas situações surgidas da realidade cotidiana, em constante movimento, para realizar o debate interno na escola, tornando-se cada um desses problemas tema para discussão, pois na escola do campo usa-se como metodologia de ensino, o tema gerador, oriundo da obra do educador Paulo Freire.

Pois bem, definido o tema, levantadas as questões, as dificuldades e os desafios, que são nossa matéria de estudo e de pesquisa, em seguida, pensamos que tipo de prática é necessária, e quais as atividades que podemos propor para que educandos sejam desafiados na busca de novos conhecimentos, para que de fato aconteça a aprendizagem. [...] Sendo os temas extraídos do conhecimento da realidade, a metodologia busca criar alternativas para tornar o ensino e a aprendizagem mais voltada às necessidades e aos interesses do povo acampado. A busca do tema como processo dialógico entre os sujeitos e a realidade é processo de construção do conhecimento, pois nos leva a interpretar, coletivamente, a realidade estudada. É o momento dos recortes, das opções, das escolhas e da tomada de decisão. (MST, Fazendo Escola, nº 04, 2000, p. 50)

A escola que realiza o debate sobre as situações do dia-a-dia do acampamento, não pode ser entendida como a única que proporciona essa educação em movimento aos trabalhadores, é o MST como organização política que busca a transformação social, por isso o Movimento é educativo. É ele que contribui para realizar a junção da prática-teoria-prática que se desenvolve nas Escolas Itinerantes (Idem). A escola contribui na construção do sujeito sem terra ao participar do estabelecimento de um tipo de relação social fundamentada no trabalho, na solidariedade, na igualdade e na dignidade do ser humano. Como diz José Damasceno de Oliveira:

Veja bem, quando se estuda dentro da realidade dos acampamentos e o acampamento adota a escola, a comunidade participa, assume a escola como sua. Os responsáveis pelos educandos não são apenas os educadores, é o acampamento como um todo. São as brigadas de cinquenta membros, são os núcleos de base. Essa é uma metodologia totalmente diferente, que envolve a criança e a comunidade, perpassa inclusive a lógica de envolver somente os pais. Não são os pais os únicos responsáveis pelas crianças, a responsabilidade sobre elas é da comunidade. Então, nesse sentido, já dá uma nova dimensão do jeito de ensinar, do jeito de enxergar a escola. Em nossas escolas utilizamos o método participativo, as crianças se organizam, têm núcleo de base dentro da escola, equipe de trabalho, de disciplina, saúde, educação, higiene, limpeza, segurança. Provocamos a auto-organização estudantil, tem coordenador, tem coordenadora, onde as crianças se sentem responsáveis. Então, as crianças também começam a ver a escola de forma “redonda”, completa e não aquela escola “quadrada”, onde um senta atrás do outro e o mestre ensina. Esse é um novo método de aprender onde os seres humanos se sentem mais responsáveis, mais cidadãos, porque ele se torna sujeito. Então, nesse sentido, há uma diferença muito grande, onde as crianças crescem e aprendem olhando uma no olho da outra e não na nuca da outra e isso faz diferença do ponto de vista da gente olhar o ser humano. Então, todos estes elementos do ponto de vista do método, é o que faz com que as nossas crianças nos acampamentos aprendam com a realidade, elas acumulam, assimilam muito mais, no que diz respeito a conhecimentos gerais e a comportamento humano. (2008).

Essa é uma escola organizada num movimento social do campo que educa e forma seus sujeitos no processo de luta e, a Educação do Campo se funda na dialogicidade de Paulo Freire (1975), Pistrak (2000), Makarenko (2002), Gramsci (1978), Arroyo, Caldart, Molina (2005), Mançano e Stédile (1999) entre outros educadores. É uma escola alegre, crítica e política, que forma os cidadãos na prática da luta social, para adquirirem consciência política. A criança ao viver esse processo intenso de embate social, se torna crítica, aprende com a realidade porque convive no seu dia-a-dia com o mais agudo da luta de classes, que é a ocupação da terra, para dividir o latifúndio e executar a reforma agrária no Brasil.

A luta pela terra se transforma em luta pela reforma agrária e, em consequência, num projeto político dos trabalhadores se estes, na sua luta, adquirirem consciência social para mudar a sociedade. E para mudar a sociedade tem que mudar o Estado. Essa consciência não é um simples doutrinário. [...] Existe um sistema social que cria os pobres e que os impede de ter uma vida digna. Isso é que cria a consciência social. Se gerarmos um movimento corporativo que não propicia consciência política e social, ele será efêmero (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 119).

A Escola Itinerante legalizada no Rio Grande do Sul durante o governo popular do PT e no Paraná no governo Requião, a partir de 2003, não tiveram ajuda financeira, por se localizarem nos acampamentos que são terras de conflito, contando apenas com a solidariedade dos trabalhadores na construção da infra-estrutura da escola. O Estado se exime de ajudar, mesmo sabendo que a escola atende crianças, jovens e adultos em situação de itinerância, na luta por terra e que é um processo que só termina no assentamento das famílias sem terra. Por isso, a escola itinerante para sobreviver, carece de convênios com as Secretarias Estaduais de Educação, das Secretarias Municipais, Núcleos Regionais de Ensino e conta, principalmente, com a solidariedade dos acampados organizados no MST.

5.4 A CRIANÇA ESTUDA E TRABALHA

Na Escola Itinerante a criança participa da vida comunitária. Desde cedo, têm atividades relacionadas com o trabalho, como diz Damasceno (2008), o cuidado com a criança é de responsabilidade, fora da sala de aula, dos pais e de toda a coletividade. Assim, o papel que a Escola Itinerante desempenha na Educação do Campo na luta por reforma agrária, é fundamental na formação do sujeito Sem Terra, que aprende a desenvolver a noção de pertencimento ao Movimento, ao se envolver nas lutas coletivas proporcionadas pelo MST e nos mutirões de construção das salas de aulas; onde a participação das crianças e dos jovens nesses mutirões foi e é fundamental para sua execução. “É assim que tomam gosto pela escola como algo seu. Como diz Damasceno:

É importante que a criança desde pequena estude e trabalhe, tendo seu olhar voltado para os interesses da comunidade. Primeiro de ajudar a preservar a cultura camponesa e segundo de fazer com que as crianças se interessem e ajudem a construir o meio aonde vivem. Ajude a construir a escola, fazer a horta comunitária que reforça a merenda escolar, contribua na construção do parque infantil para o lazer e onde as crianças se sintam parte integrante daquilo, pois foram elas que construíram. (2008).

O caráter desse trabalho das crianças é um recurso educativo, que não assume compromisso de produção para subsistência. Como nas reuniões dos

núcleos de base, participa toda a família, a criança a partir dos 6, 7 anos, tem o direito de opinar nas reuniões, sobre seus direitos, elogiar o que está certo e criticar o que está errado, se estão satisfeitas com as atividades da escola ou do acampamento, se estão contentes ou descontentes com alguma situação. Assim as crianças interagem na comunidade. Discute-se tudo e, desde cedo, as crianças falam e defendem seus interesses nas discussões de negociação tanto no acampamento, como nas rodadas de reivindicações por mais recursos para a educação com os representantes estatais, por materiais didático-pedagógicos, de apoio e, na defesa de seus direitos escolares e políticos, assim como a reivindicação do assentamento de suas famílias pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Como diz a professora Marilda:

Trabalhamos a partir da realidade da criança, envolvendo de um modo geral os temas locais da nossa luta e da atualidade, fazemos isso através do debate, discutindo com as crianças os problemas do acampamento, do Brasil e do Movimento. As crianças não têm de saber apenas o que se passa aqui dentro do acampamento e o que aprendem com as matérias didáticas nas salas de aulas, elas precisam saber o que se passa lá fora, é preciso ter uma visão geral do país, do mundo e encontramos muitas dificuldades, porque para o acampamento vem a parte excluída da sociedade. (2007).

Ao escolarizar as crianças e alfabetizar jovens e adultos a escola contribui para que essas pessoas participem das discussões, aprendam na prática a enfrentar os problemas políticos que acontecem no acampamento, possibilitando sua transformação cultural, política e ideológica, pois sua realidade de luta é relacionada à sua prática escolar, é uma criança que participa das atividades coletivas, discute agroecologia, política e tem na Pedagogia do Movimento o motor para tornar-se sujeita do processo histórico.

As crianças vêm todos os dias para a escola questionando a assembléia, a reunião do núcleo, então não tem como separar a vida escolar da vida da comunidade. Nos encontros e mobilizações quando nos sentamos à mesa com Governador, Secretário de Educação estadual ou municipal, quem negocia são as crianças, quem pauta as necessidades são elas e isso se deve à formação que recebem. Elas sabem seus direitos não só de terra, mas de educação, estudam o ECA. Por isso, lutamos por Ensino Fundamental completo e Ensino Médio aqui dentro do acampamento, pois os outros jovens que não estudam aqui, talvez não tenham uma idéia tão boa do Movimento, não se envolvam em atividades aqui

dentro do acampamento, não contribuem muito nas tarefas, não dão muita importância ao acampamento e à vida aqui dentro. Já as crianças escolarizadas aqui, se preocupam mais com o Movimento, com o acampamento, com tudo e isso é importante para as crianças terem uma educação voltada para sua emancipação. (ELDILVANI, 2008).

As crianças e jovens escolarizados nos acampamentos, como são membros ativos e participantes da luta pela reforma agrária, vão adquirindo autoestima positiva, em oposição à vida que levavam nas favelas da periferia, inclusive, em relação àquelas crianças sem terra que estudam na cidade e sofrem vários tipos de preconceitos e estigmas. Como são crianças que tem voz e voto nas assembleias, elas sentem-se mais valorizadas e reconhecidas por serem parte do acampamento e da luta de seus pais por uma vida digna, adquirem orgulho de ser sem terra, conhecem e sabem falar de seus símbolos, sabem cantar seu hino e suas músicas, criam e participam da mística na escola e no acampamento e se dizem “Sem Terrinha”, pertencentes ao Movimento. Por isso, que em suas jornadas de luta de outubro, em homenagem ao dia das crianças, são elas que se sentam à mesa com Secretários municipais e estaduais, para reivindicar seus interesses educacionais.

A vida e a educação no campo, na luta pela reforma agrária, são diferentes da cidade. A Escola Itinerante ao ser organizada, começa a funcionar mesmo sem salas, não importa o local físico, a escola acontece em qualquer situação, basta ter educando/a e educador/a, que se organiza a Escola que itenera junto com as famílias dos trabalhadores na luta pela conquista do espaço público. Uma escola no Campo e do Campo, que discute as contradições sociais na sala de aula e a história do ponto de vista da classe trabalhadora.

Aprendemos que o processo de formação humana vivenciado pela coletividade Sem Terra em luta, é a grande matriz para pensar uma educação centrada no desenvolvimento do ser humano, e preocupada com a formação de sujeitos da transformação social e da luta permanente por dignidade, justiça e felicidade. (MST, 2004, p.).

Uma das transformações mais visíveis aparece na disposição das carteiras nas salas de aulas, que não ficam umas atrás das outras, mas encostadas à parede, alinhadas em formato de ferradura ou em círculo, onde as crianças aprendem olhando uma no olho da outra e não na nuca da outra; como diz

Damasceno (2008). Aprendem a discutir, conversar, dialogar com liberdade, o que segundo Eldilvani é uma tentativa de fazer uma educação diferente,

Talvez a estrutura da sala seja pouca coisa, mas para nós representa muito. Você conseguir montar uma estrutura em círculo, em semicírculo, colocar os educandos de frente um para o outro e não um atrás do outro, não em fila. Criticamos tudo na escola tradicional, muita coisa a gente repete, muita coisa a gente tenta criar novo e esta é uma tentativa de fazer as crianças se escolarizarem diferente. (ELDILVANI, 2008).

5.5 PROJETO PEDAGÓGICO

Como dissemos, a Escola Itinerante inicia com a discussão nos núcleos de base, com a proposta de ser uma escola no e do campo, com calendário diferenciado, seguindo a legislação pertinente às escolas do campo que possibilita a utilização de outro calendário, que são as épocas de plantio, capina, colheita, próprios da produção agrícola. As crianças e os jovens desenvolvem pequenas tarefas na lida do campo e, inclusive, de cuidar dos irmãos menores que ficam em casa, enquanto os pais trabalham na lavoura.

A Escola Caminhos do Saber, que inicia suas atividades educacionais na Educação Infantil, com crianças de quatro anos de idade e vai até o Ensino Médio no próprio acampamento, define em seu projeto político pedagógico que é uma escola que “assume, do ponto de vista estrutural e organizativo, a condição de uma escola em movimento e do Movimento”, como pode ser constatado nos seus objetivos:

- 1- Garantir o direito à educação de qualidade às crianças, jovens e adultos das comunidades acampadas...
- 2- Articular ações conjuntas com os órgãos e instituições envolvidas com as questões educacionais dos acampamentos, através da Coordenação de Educação do Campo, da SEED e do MST.
- 3- Desenvolver ações pedagógicas diversificadas e prazerosas a partir dos interesses e níveis de conhecimento das crianças, jovens e adultos.
- 4- Proporcionar ao educando oportunidades para construir-se como ser humano, capaz de compreender e interpretar o processo histórico, analisando, comparando, interpretando e transformando a realidade.
- 5- Fazer a formação em processo dos educadores/as em nível de Magistério articulada à prática pedagógica da Escola Itinerante.
- 6-

Possibilitar aos educandos/as e educadores/as da Escola a compreensão da cultura, da identidade e da realidade do campo, partindo dos saberes de “experiências feitas”, buscando a relação com os conhecimentos universais. 7- Despertar a consciência organizativa e espírito de liderança dos educandos/as, educadores/as e comunidade acampada. (PPP/MST-SEED, s/d, p. 09/10).

O processo político de discussão e elaboração da proposta pedagógica da Escola Itinerante Caminhos do Saber, com Educação Infantil a partir dos quatro (04) anos de idade e de 1ª a 4ª série, teve início em **13 de outubro de 2005**, mas as aulas começaram oficialmente em **12 de março de 2006**, quando chegaram às carteiras. Ligada já à Escola Base Centrão, no Pontal do Tigre, em Querência do Norte, em 2008, prosseguiu seu processo de ampliação para 5ª a 9ª série e 1º ano do Ensino Médio, que segundo Eldilvani (2008) “é um desafio muito grande, pois tem muitas cidades pequenas que não têm escola de 2º Grau”. No ano de 2008, se matricularam e estudaram de 1ª a 4ª série: 102 alunos; de 5ª a 8ª série: 84 e no 2º Grau: 20 alunos, além de 25 alunos em uma turma de Educação de Jovens e Adultos.

Eldilvani diz que esse processo de ampliação de 5ª a 9ª série e Ensino Médio, está sendo complicado, “mas precisa ser implantado, porque conseguimos liberação da Secretaria de Educação para sua implementação aqui no acampamento Maila Sabrina”. Existem pessoas no acampamento que abandonaram os estudos quando terminaram a 8ª série do Ensino Fundamental e deveriam cursar o Ensino Médio, mas se encontram fora da escola. Além disso, existem alguns acampados que não acreditam que o Setor de Educação do acampamento Maila Sabrina, seja capaz de construir e gerir uma Escola de Ensino Fundamental e Médio ali dentro. Na entrevista, Eldilvani diz que será implantada a partir de 2008, o Ensino Fundamental e Médio, na Escola Itinerante Caminhos do Saber, no acampamento.

As aulas são ministradas dentro do acampamento do MST, mas a escola é pública e os professores pertencem à Rede Estadual de Ensino “burguesa”, aí as diferenças entre as concepções de escola se chocam e se influenciam mutuamente, porque o currículo utilizado nessa escola do MST é o mesmo para toda a rede estadual. Aqui há uma dificuldade grande a ser enfrentada: se a escola é pública, pertence ao sistema de ensino estatal do país e obedece às suas normas e critérios, dessa forma, como realizar uma escola diferente, fundada nos princípios do

trabalho educativo ou socialista, se a hegemonia é capitalista e, a escola que forma o professor é ideológica e politicamente reprodutora do sistema capitalista? (BOURDIEU; PASSERON, 1975).

Sobre a instalação da escola no acampamento, Eldilvani (2008) não tem nenhuma dúvida de que: “a única forma dos sem terra estudarem é abrindo dentro do acampamento a escola de 5ª e 9ª série e 1ª ano do Ensino Médio. No começo as pessoas ficam em dúvida, mas depois voltam a estudar e a dar valor à escola que têm dentro do acampamento”. Como diz dona Sueli (2008): com a escola perto de casa e construída pela gente, fica mais fácil de freqüentar de novo os bancos escolares e aprender um pouco mais para ajudar na luta e, a escola dentro do acampamento, é fundamental. A este respeito assim se expressa o Pedagogo em defesa da escola pública no e do Campo de 5ª a 9ª Séries e Ensino Médio dentro do acampamento Maila Sabrina.

Quando colocamos um ônibus para puxar o pessoal por 50 quilômetros para estudar, aí esbarramos noutra dificuldade, pois todo mundo que está aqui quer trabalhar na roça, quer estudar aqui e não querem perder esse tempo disponível para o trabalho, para ir lá fora estudar. Avaliamos também que é mais fácil transportar 10, 12 professores para garantir a escolarização aqui dentro, do que transportar 150, 160 pessoas em ônibus para fora do acampamento. Temos de lutar pelo nosso espaço e temos o direito de ter educação aqui no campo e do campo, mas vamos esperar muito para garantir a organicidade desta escola, tanto física quanto pedagogicamente. Porque uma coisa é trazer a escola, outra é acompanhar esses professores, assisti-los, aprender com eles, fazer com que aprendam conosco. Para abrir o 2º Grau amadurecemos bem à idéia com o pessoal do acampamento e com o Setor Estadual de Educação. Têm críticas, algumas pessoas não acreditam que teremos capacidade de implantar o Ensino Médio no acampamento, dizem que tem município pequeno que não tem escola de Ensino Médio. Se tivermos capacidade de nos organizarmos para refletir, para amadurecer essa idéia da escola, é possível tê-la aqui dentro sim e vamos tê-la. (ELDILVANI, 2008).

5.6 A Escola Nasce da Necessidade

O “Sem Terrinha” está num contexto de ocupação de terra em constante movimento, pela agilidade que a conjuntura adquire, forçada pela luta.

Nesse contexto específico de acampamento e de itinerância, na escola, se improvisa sala de aula, quadro, carteira, material didático. É construída pela força de vontade, do trabalho voluntário e por necessidade da comunidade de ter uma escola no acampamento. “Espaço do sonho e da esperança de se ter a terra para trabalhar, produzir e poder criar a família, sem ter problema grave com drogas e a criminalidade das cidades, aqui ainda é pacífico, é melhor” diz Sueli (2008).

A discussão nos núcleos de base desencadeou a implantação da Escola Itinerante de 1ª a 4ª série no acampamento Maila Sabrina, processo que se dividiu em dois momentos, um grupo iniciou a “conversa” sobre a implantação da escola dentro do acampamento com os núcleos de base onde se organiza o povo acampado, para saber se havia pessoas com 2º Grau completo, interessadas em dar aulas e, um segundo grupo, iniciou o processo de cadastramento das famílias e realizando a matrícula das crianças em idade escolar, iniciando o recolhimento da documentação que muitos não a possuem, estruturando-se a burocracia escolar das crianças. Como informa Maria Luíza (2007):

Aí começamos a conversar com as famílias acampadas, para ver as pessoas que tinham capacidade, habilidade para trabalhar com as crianças e para dar aulas, pois os professores tinham de ser preferencialmente do acampamento [...] Começamos em oito pessoas os estudos e as conversas nos Núcleos de Base, para saber quem tinha 2º Grau, se tinham interesse em dar aulas e, principalmente se tinham interesse em continuar estudando, fazer faculdade e ser professor.

Esse debate com o coletivo do acampamento sobre a escola a ser construída, levou à participação ampla das pessoas, desencadeando uma discussão envolvente pelo interesse objetivo das famílias acampadas, preocupadas com o transporte dos filhos em cima dos caminhões para estudarem em Faxinal. As famílias dos trabalhadores também estavam curiosas para saber quê escola diferente era aquela que estavam querendo criar? Qual tipo de escola e, qual o seu papel, além da escolarização da comunidade sem terra, ali acampada? As famílias estavam interessadas em debater para saber se seus filhos aprenderiam os conteúdos dados nas escolas urbanas, se teriam os mesmos conteúdos das escolas das cidades. Segundo Eldilvani, no início da escola de 1ª a 4ª série, houve certo receio por parte da comunidade sobre a capacidade de se implantar a escola, mas a necessidade da escola no acampamento falou mais alto, se sobrepondo ao

pessimismo daqueles que não acreditavam na capacidade dos trabalhadores de se auto-organizarem e gerirem a educação básica para seus filhos no acampamento Maila Sabrina.

Diz o educador Eldilvani Marcelito.

Houve participação dos acampados na hora que fomos debater com as famílias sobre a escola aqui dentro do acampamento, todo mundo se envolveu realmente, porque o pessoal comentava que era uma escola diferente e todos queriam saber quê escola era essa, que tinha um tempo diferente para a aprendizagem da criança, que leva em conta o tempo que cada um necessita para aprender os conhecimentos necessários de cada etapa, levando em conta o seu ritmo de aprendizagem, suas experiências de vida. (2008).

Enquanto um grupo de educadores/as discutia com os acampados, a proposta dessa escola da classe trabalhadora e onde poderiam ser construídas as salas de aulas no acampamento, outra parte da Equipe de Educação iniciava o cadastramento das crianças em idade escolar, preenchendo a documentação de acordo com as exigências da burocracia estatal e, legalizando a vida escolar das 120 crianças matriculadas na Escola Itinerante Caminhos do Saber. A documentação depois de pronta foi encaminhada à Escola Base Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, em Rio Bonito do Iguaçu, à qual se encontrava filiada num primeiro momento, passando depois a Escola Caminhos do Saber, à fazer parte do quadro da Escola Base Colégio Estadual Centrão em Querência do Norte, no Paraná.

Então, nos dois primeiros anos a Escola Caminhos do Saber, pertenceu à Escola Base Iraci Salete Strozak, de Rio Bonito do Iguaçu e, como essa escola era Base de várias Escolas Itinerantes, tendo em torno de 3.000 crianças matriculadas, sem contar as 800 crianças do assentamento onde ela está instalada. Então, por esse número elevado de matrículas, o Setor de Educação percebeu a necessidade de se ter mais uma Escola Base. Foi a partir daí que a Escola Caminhos do Saber mudou para a Escola Base Colégio Estadual Centrão em Querência do Norte, no Noroeste do Estado do Paraná. Essa escola também fica num assentamento e é bem organizada. (ELDILVANI, 2008).

O primeiro passo na construção da escola é envolver a comunidade na sua discussão. Eldilvani diz que quando chegou, visitou os núcleos fazendo um verdadeiro trabalho de base, escolheu um grupo de oito pessoas da comunidade

com Ensino Médio, para estudar educação e realizar o debate da escola junto aos acampados. O nome da escola surgiu num processo de escolha realizado pelo debate nos núcleos. Maria Luíza disse que houve até votação para se chegar ao nome: Escola Itinerante Caminhos do Saber. Nas reuniões discutia-se a importância da educação para o acampamento e para o MST, justificativa para a canalização de esforços no debate sobre a criação de uma Escola Itinerante ali dentro do acampamento Maila Sabrina, Brigada Che Guevara.

Para formação continuada dos professores, o MST do Paraná fez convênio com a SEED, Universidades, Faculdades do Interior do Estado interessadas em discutir a educação do campo e, nessa parceria com o Estado, pode-se citar os cursos de formação de professores fornecidos e custeados pela Secretaria Estadual de Educação, que se tornou possível no governo Requião (2003/2006), que abriu o debate com os movimentos sociais sobre a Escola do Campo, sendo implantada a primeira Escola Itinerante no final de 2003 em Quedas do Iguaçu. Em fevereiro de 2006, o ano letivo estava prestes a começar e a Escola Itinerante Caminhos do Saber não tinha carteiras para serem ministradas as aulas.

Como diz Maria Luíza:

Eu fiquei na parte da documentação escolar das crianças e a comunidade se reuniu para preparar as salas de aulas. Reunimos a documentação escolar e fomos à Curitiba, para fazer a conversa com o Setor de Educação estadual do Movimento e com a Secretaria Estadual de Educação – SEED, inclusive levamos o nome escolhido pela comunidade: Escola Itinerante Caminhos do Saber, depois de amplo debate com a comunidade sem terra do acampamento. Voltamos de Curitiba com os encaminhamentos para fazer as matrículas. De início matriculamos 120 crianças, levamos a documentação à Escola Base Iraci Salete Strozak em Rio Bonito do Iguaçu. Solicitamos carteira, quadro negro, material escolar, pois a gente não tinha nada, apenas a documentação de 120 crianças aptas para estudar no acampamento. Na Escola Base Iraci Salete Strozak foram matriculadas as 120 crianças e solicitamos do governo do Estado 120 carteiras, merenda escolar, material didático, caderno, borracha, lápis, etc. Da Prefeitura conseguimos 40 carteiras, tivemos de esperar o ano letivo começar e mais uns dias ainda até chegarem mais carteiras.(2008).

A Escola Itinerante é organizada para escolarizar e alfabetizar as crianças, jovens e adultos sem terra em situação de itinerância nos acampamentos. Quando as crianças enfrentam as marchas com seus pais, a Escola Itinerante continua trabalhando e caminhando junto com os trabalhadores, funcionando em

qualquer lugar e sem nenhuma estrutura física, apenas educadoras/es, que também são sem terra e do próprio acampamento e os educandos/as. Mas quando se organiza um acampamento, é importante ter um espaço físico, é necessário instalar um espaço específico para a escola, pois sem carteira, sem salas, nos dias de chuva, vento ou muito sol, é impossível as aulas serem dadas, além do desconforto das crianças de terem que ficar sentadas na grama sem estrutura ou em bancos e tendo aulas ao relento. Sem dizer que, ao ar livre, a atenção das crianças se dispersa com facilidade, motivo para reivindicar espaço próprio para a instalação das salas de aulas da escola.

5.7 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

A comunidade teve um papel importante na hora de escolher o local onde seria instalada a Escola Itinerante Caminhos do Saber, a preocupação das educadoras, educandos e das famílias em achar um lugar para construir a escola, se tornou um problema de todo o acampamento, tanto que algumas famílias que possuíam um barraco maior, ofereciam para ser usado como sala de aula. Esse processo envolveu os acampados no debate, querendo saber como seria essa escola que funcionava em qualquer lugar, num barracão, embaixo de uma árvore, em barracos. A Escola depois de itinerar por vários locais dentro do acampamento Maila Sabrina, fez com que a comunidade, mobilizada em torno dela e preocupada com o ano letivo que estava começando, chegasse à conclusão de que seria preciso reformar o barracão da antiga oficina da fazenda ocupada e fazer as divisões para se construir as primeiras três salas de aulas. Maria Luíza (2007) conta que antes desse acampamento Maila Sabrina, na fazenda Brasileira, os sem terra sempre estiveram preocupados com a educação dos filhos, diz que quando estavam acampados numa fazenda no município de Faxinal, aventava-se inclusive a possibilidade de sair um assentamento para 120 famílias no município, porém com o despejo, o prefeito tirou toda a estrutura que fornecera à escola.

Posso dizer que tínhamos uma escola municipalizada funcionando, com carteira, quadro, giz, material didático, de limpeza, tinha tudo. Aí fomos despejados e tivemos de mudar para o município de Ortigueira. O prefeito tirou toda a estrutura, tudo, não deixou nada para nós acampados, mesmo sabendo de um assentamento que está saindo para 120 famílias no município. Da prefeitura de Ortigueira recebemos 40 carteiras e 10 caixas de giz. Como as aulas começaram em **12 de março de 2006**, fizemos campanha porque a escola precisava de quadro, giz, material didático, as crianças não tinham lápis, borracha, caderno e fomos conseguindo as coisas com os outros. A merenda a comunidade tirou do pouco que tinha e dividiu com a Escola. Tudo que conseguimos foi com muita luta. A Escola Itinerante é uma escola diferente, porque ela é feita na luta, contando com a solidariedade das famílias acampadas, sem depender muito do governo, que promete muito, mas fazer mesmo, nada. (MARIA LUIZA, 2007).

Como não tinham carteiras suficientes para todas as crianças matriculadas, elas foram divididas em dois turnos com 03 turmas de manhã e 03 à tarde. “Para construir as salas na oficina, desmanchamos uma casa que estava caindo, da antiga colônia de café e fizemos as repartições da Escola Itinerante” (Idem). A fazenda de 11.800 hectares quando foi ocupada pelo MST, estava abandonada e tomada pelo mato, nela havia casas da antiga colônia de café caindo aos pedaços depois de 25, 30 anos de abandono, uma oficina e a casa sede imponente da fazenda. Os búfalos criados soltos se encontravam embrenhados na mata, ariscos e em estado quase selvagem, bravios. Para obter carne de búfalo para consumo humano, só pelo abate através de tiro. Como diz Maria Luiza (2007): “você verá que o único lugar com assoalho é na Secretaria da Escola, porque já tinha. As salas são de piso de chão batido e ali se dão as aulas”.

Maria Luíza conta que participou de outra experiência de Escola Itinerante, coordenada pela Secretaria Municipal da cidade de Manoel Ribas, em que concomitantemente à construção das salas, iniciou-se o processo de formação de professores do acampamento. Diz também que quando tem ocupação numa determinada área, as famílias sem terra matriculam seus filhos nas escolas da cidade mais próxima, amparados no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – nº 9394/96 e, na Constituição Federal de 1988. Pressionam as autoridades municipais por vagas para seus filhos. No entanto, o que geralmente acontecia é que, os municípios muito pequenos, onde geralmente estão incrustados os latifúndios improdutivos, não têm

estrutura para absorver aquela grande quantidade de crianças, batendo às portas das escolas municipais da região.

Na cidade de Manoel Ribas, segundo Maria Luíza, o prefeito se adiantou e acolheu bem os sem terra, estava construindo as salas de aulas próximas ao local da ocupação, começou um curso com os candidatos a educadores do próprio acampamento com Ensino Médio, devido à inexistência de profissionais com o Magistério, o curso foi oferecido pela Secretaria Municipal para capacitá-los. O processo foi interrompido bruscamente porque as famílias foram despejadas e ocuparam a fazenda Brasileira, passando a constituir o acampamento Maila Sabrina, onde iniciaram o processo de construção da Escola Itinerante Caminhos do Saber. Neste acampamento o trabalho está sendo diferente. Após a discussão realizada com a comunidade, as aulas começaram sem estrutura física, sendo ministradas nos mais variados locais do acampamento, até a construção das primeiras três salas na antiga oficina da fazenda, reformada pela comunidade para funcionar como sala de aula, como relatado.

As Escolas Itinerantes funcionam de forma precária e sofrem dos mesmos problemas estruturais e da falta de verba como todas as escolas públicas. Na Escola Itinerante o apoio estadual que é mínimo, são para pagar os salários dos educadores/as, oriundos de um convênio com o Estado, isso quando se estabelece convênio, que além de baixos, são utilizados para comprar cadernos, lápis e borracha para as crianças da escola. Apesar das dificuldades, Maria Luiza diz que há grande diferença entre o antes e o depois da implantação da Escola Itinerante no acampamento.

A diferença é grande e vários fatores ajudaram na construção da Escola Itinerante aqui dentro. Uma, tínhamos crianças que iam para a cidade, matavam aula e ficavam bagunçando na rua. Hoje, com a Escola Itinerante não existe mais isso, ou ela vem pra escola ou fica em casa. Se ela não quer vir, não quer estudar, não pode ficar em casa, então os educadores visitam essa família para discutir o problema da criança faltosa. Uma outra questão vai de encontro à linha política do Movimento, essas crianças hoje, além de estar sendo alfabetizadas, aprendendo, sendo escolarizadas, elas têm uma formação política dentro da escola. (MARIA LUÍZA, 2007).

Como os trabalhadores rurais do acampamento Maila Sabrina se encontram em cima da terra de trabalho, onde se pretende, depois de desapropriada a área, instalar o assentamento, a construção física da Escola Caminhos do Saber

não pára. No primeiro mutirão, em 2006, foram construídas as 03 primeiras salas da Escola Caminhos do Saber. No mutirão dos dias 01 e 02 de junho de 2007, foram construídas mais 04 salas de aula, que abrigam crianças da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Em 2008 ampliou-se o atendimento escolar, iniciando na Educação Infantil com crianças de 04 a 06 anos, que ficam com uma Pedagoga, passando pelo Ensino Fundamental que se estendeu de 5ª a 9ª série e 1º ano do Ensino Médio.

Quando se discute com a população acampada qual escola construir e ela se envolve no projeto, essa escola passa a ser de responsabilidade de todos os acampados e o coletivo precisa tomar conta dela. Mas como não se tem recurso nenhum, construir qualquer coisa nessas circunstâncias, depende muita energia e disposição para se realizar as tarefas. Por exemplo: não tem professor, onde procurar? Entre os acampados, claro. Não tem escola? Vamos criá-la no acampamento. Não tem carteira? Vamos conseguir com a prefeitura, vamos construir bancos. Como diz Eldilvani: primeiro descobrimos a necessidade no meio do povo, depois arranjamos os meios para superá-las coletivamente. É através da necessidade que a gente vai lutando e melhorando as coisas na vida.

O sujeito do processo educativo é a comunidade acampada que se envolve no processo educativo e organizativo da Escola Itinerante, compreendem-se crianças, jovens e adultos, que se envolvem na gestão, discussão e planejamento de diversas práticas educativas dela. (MST, 2006, p. 32).

5.8 O PERFIL DA ESCOLA E SUA PRÁTICA

Essa escola do Campo carrega dentro de si a escola tradicional, que precisa ser mudada na teoria e na prática; tal mudança não se dá por decreto, é pela experiência acumulada em suas escolas que o Setor de Educação do MST, sistematiza este aprendizado, constrói uma escola em movimento, com um método diferente, com gestão democrática. Esta última talvez seja uma das formas mais importantes de alterar situações conservadoras imprimidas pela prática da escola tradicional.

Uma das características deste projeto é a adoção de uma abordagem teórica diferente da tradicionalmente utilizada, a proposição de novas formas pedagógicas, a alteração da organização do espaço escolar pela disposição das carteiras na sala, a opção pela participação de dois educadores por sala, alterações no trabalho de sala de aula pela utilização de questões ligadas ao cotidiano e temas geradores, expressam o movimento de construção de uma escola que atenda às exigências do Movimento. Apesar das modificações, no seu cotidiano as/os educadoras/es no início têm problemas para praticar uma forma nova de se ensinar Matemática, Português, História, Geografia, devido à formação que receberam na escolarização anterior. Segundo Eldilvani (2008), romper com o tradicionalismo exige muito esforço, paciência e atenção quando se está dando aula, primeiro porque a maioria dos educadores/as não possui formação, nem em Magistério, nem em Pedagogia e segundo, porque se vive no mundo capitalista e a formação definida como bancária por Paulo Freire está arraigada em cada pessoa, por ser hegemônica no mundo.

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (FREIRE, 1975, p. 44).

No entanto, para estabelecer uma prática diferente no cotidiano dos acampamentos, o Setor de Educação do MST propõe a formação permanente dos educadores/as, mantém dois professores por sala de aula, para a partir dessa prática começar a construir a nova escola. Os educadores/as buscam a superação dos erros e dos vícios de cada um, pelo processo da crítica e da autocrítica, no intuito de melhorar sua formação humana.

A formação dos educadores de acampamentos é permanente, primeiro, pela percepção, hoje formulada em termos teóricos, da necessidade de formação permanente de todo professor e educador, mas também pela falta de formação específica deste educador que antes de ser educador, é um membro da comunidade sem terra. A participação no projeto educativo associada à formação continuada é fundamental para se tornarem educadores, para que a educação

aconteça no acampamento da reforma agrária. Paulo Freire dizia: “será pensando sua prática, por exemplo, de alfabetizadora, com equipe cientificamente preparada, será confrontando problemas que vêm emergindo na sua prática diária que a educação superará suas dificuldades”. (FREIRE, 2001, p. 25).

A reflexão sobre a prática educacional leva também à reivindicação de verbas para colocar em prática as Leis existentes no país, referentes à educação, expressão de políticas públicas não regulamentadas, mas que dizem respeito à Educação do Campo. Assim, as pessoas aprendem a ler, escrever e a contar, combate-se o analfabetismo e busca-se a humanização dessas pessoas excluídas pela educação nas Escolas Itinerantes.

Nos acampamentos sem terra onde ocorrem as aulas da Escola Itinerante, muitas vezes, a “equipe cientificamente preparada” são educadores/as envolvidos na luta e no estudo teórico da Escola. Aliam prática-teoria-prática e vão se tornando uma equipe cientificamente preparada para provocar o debate, no intuito de resolver os problemas na participação democrática da comunidade. Nessa prática, os educadores e educadoras podem superar os vícios adquiridos na escola tradicional. Por isso, para construir uma escola diferente, é necessária disposição para aprender o novo com “impaciente paciência” histórica. (idem).

5.9 ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO

A Escola Itinerante Caminhos do Saber desde sua fundação, sobrevive à base da solidariedade das famílias de sem terra do acampamento Maila Sabrina, como já foi informado, que ajudam na merenda escolar, nos mutirões de construção das salas de aulas e participação nos debates para construir a escola na Pedagogia do Movimento, que se funda no trabalho voluntário. No Paraná, os educadores da Escola Itinerante recebem salário, através de convênio entre a ACAP e a SEED. No entanto, o dinheiro para sustentar a burocracia escolar quem dá são os educadores, que doam R\$ 250,00 de seu salário líquido de R\$ 530,00 mensal, que recebem do convênio²⁰. Eldilvani (2008) diz que apesar do convênio pagar

²⁰ ACAP - Associação de Cooperação Agrícola da Reforma Agrária do Paraná, entidade do MST que remunera os educadores/as das Escolas Itinerantes do Paraná, em convênio com a SEED-PR.

apenas um professor por sala de aula, na prática da Escola Itinerante são utilizados dois educadores por turma de 30 alunos, pois é mais fácil fazer o acompanhamento pedagógico da criança e conseguir fazer uma avaliação descritiva mais bem feita da evolução do educando, nas várias modalidades de ensino, diz Eldilvani.

Porque se você largar uma sala com 30 alunos para um professor novo da Escola Itinerante, sem formação, ele não acompanha, não percebe o processo de formação e desenvolvimento dessas crianças, por isso, defendemos a proposta de dois educadores por sala, mas o Estado, através da Secretaria Estadual de Educação, só paga um professor por sala de aula. O que fazemos? A gente reúne o coletivo de educadores, pega o salário daqueles que são contratados e divide igual entre todas as pessoas que trabalham na Escola Itinerante. (ELDILVANI, 2008).

Além das educadoras e educadores, a secretária, a bibliotecária, a coordenadora e as duas merendeiras, também são funcionárias da Escola Itinerante. Como diz Maria Luíza:

Existem 09 (nove) contratações e o dinheiro recebido por eles, é dividido entre todos os educadores. Porque todos que trabalham têm o direito de receber. Não é justo eu receber e o meu companheiro trabalhar a mesma quantidade que eu e não receber nada, então a gente faz uma divisão assim, tiramos uma porcentagem para a escola, por isso, os pais não se preocupam com lápis, caderno, com borracha para os seus filhos. Temos o Fundo Rotativo do Estado, mas é muito pouco o que vem para a escola e não dá para comprar quase nada. Então fazemos assim, tiramos um pouco desse dinheiro e compramos material escolar para as crianças.

A Escola Itinerante Caminhos do Saber, conta com 40% das educadoras e educadores sem nenhum contrato por convênio ou programa do Estado do Paraná. Seriam voluntários e ficariam sem nenhum ganho, se não fosse a solidariedade dos educadores, que dividem o montante salarial que recebem do convênio com o Estado, entre os que trabalham na escola, dando exemplo de solidariedade. Como diz Maria Luíza, também não é justo trabalhar e não receber. Em 2008, 14 educadores dividiram oito salários.

A sobrevivência da Escola Itinerante conta com a colaboração das famílias acampadas, dos educadores, dos educandos e ajuda do Núcleo Regional de Ensino do município de Telêmaco Borba, da Secretaria Municipal de Educação de Ortigueira e também de Faxinal, onde recorrem para conseguir algum material

didático, pedagógico e de limpeza. Além de contar com a participação dos acampados nos mutirões de construção e na merenda escolar.

Durante a presente investigação foi possível observar muitos exemplos da forma diferente de gestão da coisa pública, democrática e voltada para os interesses dos trabalhadores. Como foi relatado, cadernos, borrachas e lápis para os alunos da Escola Itinerante Caminhos do Saber até 2008, eram comprados com os salários dos educadores; em uma das idas ao Acampamento Maila Sabrina, presenciei um aluno trocando sua pontinha de lápis, por um inteiro. Contagante o riso de felicidade estampado no rosto daquela criança, ao ganhar um lápis preto inteiro, trocado pelo pedacinho com o qual aprendeu a escrever e fazer contas. Foi emocionante a cena.

5.10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A Escola Itinerante segue o calendário estabelecido pela SEED, adaptado à realidade de plantio e colheita dos produtos agrícolas, os quais podem mudar de uma região para outra, por isso, os educandos freqüentam as etapas regularmente, assim, quem venceu uma etapa, não importa a época, pode ser “promovido” à etapa seguinte, acabando com o estigma da reprovação e quebrando a seriação, que só permite o aluno passar de um ano para o outro ao final do período letivo. A educação é ministrada por etapas ou Ciclos. Desta forma a aprendizagem leva em conta o ritmo do aluno para aprender os conteúdos, sendo que o educando fica o tempo necessário na etapa, até dominar o conhecimento e poder passar à etapa seguinte. Assim, para garantir educação às crianças acampadas, a escola cumpre os 200 dias letivos estipulados pela LDBEN, nº 9394/96.

O currículo como cerne da educação, é histórico, resultado de um conjunto de forças sociais, políticas e pedagógicas, expressam a organização dos saberes que circunstanciam as práticas escolares na formação de sujeitos sociais. [...] não basta que os Ciclos se contraponham à seriação, alterando tempos e espaços. É fundamental alterar também o poder inserido nesses tempos e espaços, formando para a autonomia, favorecendo a auto-

organização dos estudantes. Isso significa criar coletivos escolares nos quais os estudantes tenham identidade, voz e voto. Significa fazer da escola um tempo de vida e não de preparação para a vida. (MST, 2008, p. 26)

De acordo com o Projeto Político Pedagógico – PPP – “cada etapa organiza-se em tempos educativos, o que possibilita uma melhor metodologia de trabalho, bem como contribui na auto-organização dos educandos e educadores para trabalhar todas as dimensões do ser humano” (p.18). No “tempo-aula” são quatro horas diárias e no planejamento são levadas em conta metas de aprendizagem, que expressam as várias atividades educacionais como interpretação de textos, leitura, escrita, os cálculos nas quatro operações matemáticas. Como vimos a criança tem atividade laborativa, por isso há o “tempo trabalho”, que é realizado uma vez por semana no contraturno, com o objetivo das crianças aprenderem a cultivar a terra e a importância social do trabalho coletivo e cooperativo. O “tempo oficina” é o que proporciona a capacitação dos alunos com necessidades e problemas de aprendizagem, sendo que as atividades são centradas no aperfeiçoamento das habilidades educacionais. Há ainda o tempo educação física, tempo leitura, entre outros.

A organização dos tempos educativos é um dos importantes aprendizados que o MST construiu em sua trajetória. Ao conceber a educação como formação humana, nas várias dimensões da vida, entende-se que a Escola Itinerante precisa incorporar em seu trabalho pedagógico os diferentes espaços e tempos educativos. Ao tempo/aula se articula ao aprendizado dos demais tempos educativos, tais como: tempo leitura, trabalho prático, oficinas (violão, artesanato, horta), cultura, mística, lazer, recreio, auto-organização e outros que podem estar sendo incluídos no decorrer do processo. A organização dos tempos faz parte do planejamento de cada Curso e é flexível a dinâmica do acampamento. (PPP, s.d., p. 19)

5.11 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Na Escola Itinerante a criança não é reprovada, porque não são utilizadas apenas as provas classificatórias para medir o conhecimento dos alunos. O PPP – Projeto Político Pedagógico – afirma ser a avaliação “uma ação humana concreta, contextualizada no cotidiano da escola e vivenciada por toda a

comunidade acampada”. Segundo Eldilvani (2008), a preocupação não é saber se o aluno está apto ou inapto para passar de ano letivo, para passar tem de aprender os conteúdos da etapa que está estudando. Por isso a avaliação, segundo ele, tem de assumir um caráter permanente, dialógico e diagnóstico, [...]”articulado e contínuo, com retomadas constantes, relacionando os conhecimentos trabalhados com o horizonte e com a perspectiva dos conhecimentos que precisam ser apropriados pelo coletivo dos educandos envolvidos no processo educativo.” (MST, 2008, p. 33).

Com dois educadores/as por sala, é possível maior domínio sobre o que ensinar e sobre a turma, inclusive na atenção aos educandos com necessidades de aprendizagem. Se o aluno não sabe, vai aprender nas Oficinas de Aprendizagem²¹, pois todos têm potencialidade para aprender. Segundo os educadores Eldilvani e Marilda, “as crianças que chegam das periferias das cidades para os acampamentos, vêm com baixa escolaridade, pouco conhecimento, por isso, são obrigadas a freqüentar o trabalho de reforço nas Oficinas de Aprendizagem”, ficando a criança nessa fase de estudo, o tempo necessário com um educador, para superar suas necessidades. (MST, 2008, p. 35).

A questão da avaliação, fundamental para o sucesso da proposta, é assim expressa em documento do MST:

A avaliação perseguirá os seguintes momentos:

- a) Registro do desenvolvimento no dossiê do educando: na prática escolar a avaliação é encaminhada através de registro que comprova o trabalho desenvolvido e a aprendizagem dos alunos em dossiê individual.
- b) Os conselhos de classe participativos: espaço-tempo de efetivar a avaliação dialógica, chamando para o estudo e não para obtenção de notas. Se dará em 3 Momentos: 1º - análise de todo o processo pedagógico da turma, com as avaliações e provas. Inclusive da escola. Após emitir um parecer descritivo da turma e do colégio, o documento é sistematizado. 2º - Cada educando elabora uma auto-avaliação em forma de parecer descritivo. 3º - Realização de um encontro onde os educandos leem suas auto-avaliações.
- c) Os pareceres descritivos e as notas: cumprem parte desta função, descrever com fundamento científico, os conhecimentos trabalhados, os objetivos previstos no trimestre, explicitando de forma clara o desenvolvimento de cada educando. As notas continuarão existindo nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio.
- d) Quanto à promoção e progressão dos educandos: Quem encaminha as avaliações são o conselho de classe participativo e o

²¹ Oficinas de Aprendizagem como estabelecido na Cartilha da Escola Itinerante do MST: História, Projeto e Experiências. Cadernos da Escola Itinerante. MST (2008). Ano VIII – nº 01 – Abril. (p. 36) designa o reforço escolar, o contraturno.

conselho de educadores, que pode ser: Progressão Simples: educando segue estudando sem problemas.

Progressão com Acompanhamento: são as Oficinas de Aprendizagem realizadas no contraturno como forma do educando superar suas necessidades.

Classes Intermediárias: Para o aluno recuperar o aprendizado, depois volta para o seu ciclo de idade em qualquer período do ano. (MST, 2008, p.33/34/35).

O envolvimento do aluno no processo educativo depende do incentivo que o professor é capaz de despertar nele, para gostar de estudar e se interessar em aprender, aceita-se como princípio que também não é pela punição da reprovação, que se terá maior ou menor interesse em obter conhecimento.

Nesse sentido, a proposta do Setor de Educação do MST para a Escola Itinerante parece ser uma proposta teoricamente interessante, pois é utilizado o parecer descritivo, como nos informa a educadora Marilda e o educador Eldilvani. Há também as oficinas de aprendizagem, que as educadoras designam como aulas de reforço escolar, sendo que a avaliação é feita pelos educadores, o PPP informa que dois critérios são levados em conta que são: “o crescimento da pessoa como ser humano e aprendizado escolar e o desenvolvimento intelectual”. Ao aprender o conteúdo daquela etapa fica apto a entrar na fase seguinte.

O professor Eldilvani diz que a prova classificatória não dá conta de expressar realmente o aprendizado das crianças. “Então fazemos o parecer descritivo, mas um dos nossos grandes limites é fazer a avaliação ser um processo da formação do educando. Que seja um processo diagnóstico, que venha a qualificar a educação e não apenas julgar a educação”. (ELDILVANI, 2008). Segundo a professora Marilda, o aluno faz um parecer descritivo, igual ao do professor, sobre sua situação na escola, o educador/a realiza a avaliação no dia-a-dia e não trabalha com nota nem provas classificatórias, pois “os alunos são avaliados o tempo todo pelo parecer descritivo”, diz a educadora Marilda.

A gente tem uma avaliação diversificada, contamos com o diário individual, fazemos reflexão escrita, oral, avaliamos a participação, a convivência, a relação dos alunos entre si e com os professores e possuímos um caderno onde anotamos o desenvolvimento da criança e no final de cada semestre fazemos o parecer descritivo. Assim como o educando faz seu próprio parecer descritivo sua atuação na escola. O professor reúne todas as avaliações e faz esse parecer e envia para a Escola Base, para obter as notas e a aprovação da criança. (MARILDA, 2007).

5.12 A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES

Maria Luíza (2007) diz que para o educador ser escolhido pela comunidade, após a verificação de que sua formação é suficiente para exercer o magistério, seu comportamento no acampamento é um ponto central na análise. Para ser educador precisa ter afinidade para educar, ter boa relação com as crianças e adolescentes e, é fundamental que seja acampado. As atividades de formação dos educadores do acampamento Maila Sabrina, começaram com reuniões de estudo nas terças-feiras à tarde, cursos de formação continuada promovidos em parceria entre o Setor de Educação do MST, a SEED e a Escola Base, seminários estaduais e nacionais de educadores, encontros regionais e nacionais, além do estudo individual e coletivo de materiais pedagógicos, políticos e filosóficos.

Outra premissa básica para ser professor da Escola Itinerante, e condição fundamental, é ter interesse em continuar estudando, além de participar dos cursos de capacitação e formação fornecidos pela Coordenadoria da Educação do Campo do MST. Como diz Maria Luíza (2007):

Para se conseguir professores passamos de casa em casa, fizemos reuniões, tínhamos uma exigência, o educador/a tinha de estar cursando o Ensino Médio e quisesse continuar estudando. Assim, aquele que se dispõe, vem pra sala de aula, tem um período de 60 dias de experiência onde é avaliado e, depois dessa avaliação vemos se ele vai ficar ou não em sala de aula.

A primeira fase da formação do educador/a, do educando/a começa na ocupação da terra para se construir o acampamento. As pessoas acampadas aprendem na práxis da ocupação da terra, atuando nos núcleos de base, equipes, setores, brigadas e nas reuniões de formação, em que se utiliza de livros, cartilhas e documentos produzidos pelo MST, como seu Jornal, sua Revista e livros da Editora Expressão Popular entre outras editoras.

Os educadores rurais participam de encontros de massa, eventos promovidos pela UNB, UNESCO, UNICEF, CNBB e MST, que desemboca nas Conferências nacionais e regionais e no livro: Por Uma Educação do Campo, organizado pelo professor Miguel Arroyo, Roseli Caldart e Mônica Molina. São

realizados cursos de capacitação pedagógica, para educadores/as de crianças, jovens e adultos nas escolas itinerantes públicas nos acampamentos sem terra.

Como diz Eldilvani,

A gente procura os jovens que tenham disponibilidades, habilidades educacionais, sejam militantes, tenham coerência política para ser educador, gostem de crianças e de ensinar, se ele tem formação, se é uma pessoa que pode ajudar nossas crianças e que não as prejudique. Então, a comunidade avalia se aceita ou não o educador. (2008).

As pessoas que vão dar aula na Escola Itinerante precisam estar cientes de que é preciso estudar para apreender a Pedagogia do Movimento Sem Terra, refletir sobre cada passo dado, no intuito de construir essa proposta pedagógica coletivamente no seu caminhar. Como em toda situação escolar, no cotidiano aparecem problemas que não são planejados e que necessitam de solução, a prática precisa ser construída e discutida com a equipe pedagógica e, dependendo da situação, é preciso da reflexão de todo o coletivo do acampamento. São analisados os conflitos que surgem em busca de soluções coletivas. Num primeiro momento, todos os professores são voluntários. Com os convênios realizados entre a Secretaria Estadual de Educação e a ACAP, os professores passam a receber salário mensal durante o tempo do convênio.

Então, o ato para organizar essa escola, já é formativo para esses educadores. Então, todas as terças-feiras, por exemplo, a gente tem a reunião com todos os educadores para debater os problemas pedagógicos, os problemas políticos da escola e temos todas as quintas-feiras reservadas para estudo político, estudo dos métodos de ensino. Então, esse já é um pouco do espaço de formação dos educadores, e também a Secretaria Estadual de Educação garante de duas a três vezes ao ano, de quatro a cinco dias de formação para esses educadores. (ELDILVANI, 2008).

O Estado do PR, em parceria com a Coordenadoria da Educação do Campo, do Setor de Educação do MST do PR, todo ano garante três momentos de formação às educadoras/es da Escola Itinerante Caminhos do Saber. A discussão com o Estado de quem vai ministrar o curso, o que é importante à formação desses educadores/as, quem decide é o Setor de Educação do MST em conjunto com a SEED, diz Eldilvani. Assim, a programação desses eventos, é feita pela

Coordenação da Educação do Campo do MST com a Coordenação da Secretaria de Educação do Campo, na SEED. O Estado libera os recursos, fornece material didático para os eventos acontecerem. Como diz o professor Eldilvani: tem seus limites, porque o Estado promete e não cumpre algumas coisas. Mas a parte da gestão, da Pedagogia, nós do Movimento fazemos questão de ter autonomia.

5. 13 EDUCADORAS E EDUCADORES DA ESCOLA ITINERANTE

Na Escola Itinerante Caminhos do Saber, o processo de escolha dos educadores iniciou-se com a chegada do professor Eldilvani Marcelito, designado pelo Setor de Educação do MST-PR, para organizar a escola em Ortigueira-PR no acampamento Maila Sabrina. Diz que começou a mapear as pessoas com Ensino Médio completo e que tivessem interesse em ser educador. Como dissemos, as pessoas escolhidas tinham maior nível de escolaridade, facilidade no trato, habilidade de relacionamento com crianças e adolescentes e identificação com o trabalho educacional. Exige-se que tenham Ensino Médio ou que o estejam cursando e que tenham interesse em continuar estudando. O professor mora no barraco vizinho ao do aluno. Ele também veio para o acampamento atrás de um emprego permanente na terra, de conseguir um lote na reforma agrária e também não pensava em ser educador de acampamento. Os educadores escolhidos pela comunidade pertencerão ao Setor de Educação e serão responsáveis pela escolarização das crianças do acampamento e pelo funcionamento da escola.

Na sociedade capitalista para se conseguir realizar uma prática solidária, como a que se necessita na Escola Itinerante que tem carência de tudo, onde o educador, além do trabalho voluntário na comunidade, enfrenta problemas que exige elevado grau de sacrifício, para manter funcionando o projeto da Escola, porque ela exige mais do que educadoras e educadores bem intencionados ou bem pagos. É necessário força de vontade, amor e perseverança para organizar e manter funcionando a Escola Itinerante, fundamental para a educação e a formação política ideológica dos filhos dos trabalhadores sem terra nos acampamentos.

Percebe-se que não é pela remuneração dos professores que é garantido o sucesso escolar dos educandos, mas pela perseverança, dedicação e

vontade que o trabalho dê certo, por parte das educadoras e educadores da Escola Itinerante, a remuneração, que acaba ficando com os educadores contemplados pelo convênio com a ACAP, é metade do salário mínimo nacional, isso quando se tem salário, pois o trabalho na Escola Itinerante é voluntário. Juntando-se a isso, as péssimas condições de trabalho e de ensino nas escolas de acampamentos, o recebimento de material didático-pedagógico está longe do ideal, mesmo se comparado às escolas públicas municipais das periferias pobres das cidades.

Como diz Eldilvani, os educadores/as precisam ser pessoas dedicadas ao estudo, que se interessem em aprender, conhecer, ser professor, porque vão trabalhar com a escolarização e a formação dos educandos. Por isso, precisam estudar a pedagogia do Movimento Sem Terra, seus documentos políticos, a história da luta do povo, os livros dos pensadores brasileiros e estrangeiros, conhecerem a realidade local e nacional para poderem intervir e transformá-la no interesse da classe trabalhadora.

Segundo Maria Luiza (2007), o coletivo da Escola Itinerante em outubro de 2007, era de 14 educadores. Eldilvani acabara o curso de Pedagogia em 2007, o educador Gilberto formou-se em Geografia na UNESP. Quatro educadoras estão cursando Magistério. Marilda e a Cleuza cursam Pedagogia. Uma das educadoras faz Magistério no “Instituto de Educação Josué de Castro”. Os outros estão terminando o Ensino Médio em Faxinal. Os educadores, às vezes, são deslocados para acampamentos em formação, para iniciar novas Escolas Itinerantes, sendo que no Paraná, depois que entrou o governador Requião, 11 Escolas Itinerantes estão em funcionamento no Estado, sendo que duas possuem de Educação Infantil ao Ensino Médio e duas se tornaram escolas estaduais em assentamentos da reforma agrária.

Essa escola fundada nos ensinamentos do educador Paulo Freire, está preocupada com a humanização do trabalhador sem terra, em lhe proporcionar condições para entender e desvelar o mundo no qual vive e a importância da reforma agrária para o desenvolvimento e a inclusão dos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho. O educador/a tem um outro papel, além de escolarizar a criança e alfabetizar o analfabeto, ele tem que trabalhar com o educando num processo dialógico, onde educador e educando aprendem a conhecer, a compreender a sociedade de classe, sua situação de sem terra, a entender a realidade histórica em que está inserido e trabalhar para transformá-la. É preciso

continuar estudando, lendo e aprendendo a desvelar o mundo das palavras, dos sonhos, dos números, desses sujeitos formados na luta pela reforma agrária e atrás da transformação socialista.

“O processo de formação e valorização dos educadores/as é permanente, porque estão presentes no conjunto das atividades desenvolvidas nos diversos espaços do acampamento, contribuindo na conscientização dos sem terra”, Eldilvani (2008). Formados politicamente na pedagogia do Movimento, ocorrida na prática da ocupação da terra para onde vai toda a família, essa conquista do espaço público lhes proporcionam cidadania ao participarem dos embates pela execução da reforma agrária e valorização do ser humano. Tornam-se sujeitos críticos e atuantes na sociedade no sentido de transformá-la, ao mesmo tempo em que se transformam a si mesmos, tornando-se cidadãos críticos e engajados na luta política pela transformação socialista da sociedade.

A Escola Itinerante Caminhos do Saber, no acampamento Maila Sabrina, é de grande valor à luta política dos sem terra e resolveu um problema de importância fundamental, para a luta e a permanência das famílias com filhos em idade escolar no acampamento, porque as crianças estudam ali dentro até o Ensino Médio, parando de correr perigo no traslado na carroceria de caminhões e, ao mesmo tempo fogem do preconceito das escolas da cidade. O “Sem Terrinha”, além de ser escolarizado, sua formação é voltada para o conhecimento da luta pela terra, sua auto-organização, aprende teatro, música, a fazer horta entre outras oficinas. O MST se fortalece, criando novos sujeitos para a luta da reforma agrária e a Escola Itinerante Caminhos do Saber, cumpre seu papel na sociedade o de ajudar na emersão da consciência de classe, crítica e política do educador/a, do educando/a e da comunidade, reforçada na militância no Movimento Sem Terra.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A revolução e a escola devem agir paralelamente”,
porque a escola é a arma ideológica da revolução”.
(Pistrak)

O foco desta pesquisa foi registrar e analisar o processo de instalação da Escola Itinerante Caminhos do Saber, do acampamento Maila Sabrina, localizada no município de Ortigueira, PR. A Escola Itinerante é uma instituição de educação de 1ª a 4ª série, desenvolvida pelo Movimento Sem Terra (MST). Sendo esta uma organização escolar recente, existia pouco material a seu respeito, o que exigiu a busca de documentação básica a respeito do projeto educacional do MST, alguns registros da própria escola e depoimentos de protagonistas que participaram da sua organização, além de visitas e observações no local.

A Escola Itinerante cumpre um papel importante de escolarizar e formar política e ideologicamente crianças e adolescentes na trajetória do Movimento, possibilitando às famílias de trabalhadores rurais na luta por reforma agrária, mobilidade nas ocupações de terra, porque os filhos não ficam sem uma escola autorizada pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná. A escola, como parte do projeto traçado pelo MST, está legalmente presente, em vários estados da federação, acompanhando as famílias de trabalhadores rurais na luta por terra, direitos e cidadania.

O meu interesse em estudar a Escola Itinerante Caminhos do Saber surgiu quando cursava Pedagogia na UEL. Como contribuía com o MST, levando famílias para os acampamentos da reforma agrária e, estava sempre em contato com as lideranças e, em conversas com Damasceno²², acompanhei o esforço que mães, pais e lideranças do Movimento faziam no sentido de constituir a Escola Itinerante no acampamento Maila Sabrina. Percebendo a dificuldade dessa empreitada e também a falta de divulgação do processo de construção da escola itinerante, fiquei interessado em estudá-la, para contar seu surgimento, falar das características e da importância dessa escola para as famílias sem terra, que vão para os acampamentos em busca de trabalhar na reforma agrária e conquistarem a cidadania.

²² José DAMASCENO de Oliveira, membro da direção estadual do MST do Paraná, entrevistado para a pesquisa em 06/03/2008 e companheiro de luta há mais de uma década.

Iniciei a militância política ainda jovem e acompanho o MST desde 1981, quando houve a concentração na Encruzilhada Natalino em julho daquele ano. Em 1997 contribui na implantação do PRONERA²³ na região de Londrina, discutindo a implantação dos cursos de alfabetização nos acampamentos e assentamentos da região, com a Universidade Estadual de Londrina. Por estar envolvido na luta pela reforma agrária, tenho contato com lideranças e famílias acampadas. Conheci o acampamento Maila Sabrina em Ortigueira no início e acompanhei a discussão da necessidade e a importância para as famílias sem terra, dessa escola dentro do acampamento para reforçar a luta do MST.

A questão educacional é central para o MST, que desde seu início conta com um Setor de Educação, responsável por vasto material que tem por objetivo fazer a divulgação da sua proposta educacional. Tal material, consultado para esta pesquisa, é composto por cartilhas, jornais, revistas, livros publicados, teses, dissertações e monografias sobre a educação em suas escolas. A idéia que perpassa tais publicações é a importância da Escola e da Educação para a emancipação humana dos sujeitos sem terra organizados no MST.

A Escola Itinerante representa um espaço educacional pouco estudado fora do Setor de Educação do MST e a análise de como se deu a concretização de uma unidade escolar específica, torna-se importante no sentido de contribuir com a História da Educação no que diz respeito à construção da história local dos lugares educativos.

Uma escola pública que surge e se desenvolve no interior de um movimento sociocultural, com características diferentes das escolas públicas urbanas, com trabalho voluntário dos educadores, cujos professores são escolhidos no próprio acampamento e recebem formação nas escolas do Movimento, foi sem dúvida, um objeto de pesquisa altamente desafiador. Perguntas como, até que ponto pode ser considerada uma escola pública? Qual a importância de ter um corpo docente ligado ao Movimento? O quanto às práticas educativas e conteúdos escolares são originais ou não? Devem sê-lo ou não? São questões que acompanharam a investigação e talvez permaneçam sem uma resposta conclusiva.

²³ Nesse ano de 2009, o Ministério do Planejamento do governo Lula, cortou 62% do orçamento do Programa Nacional de Educação em Áreas da Reforma Agrária PRONERA. (Revista Sem Terra, nº 51, p. 64)

Os dados recolhidos indicaram que por ser uma escola feita no processo de luta, o currículo traz além, dos conhecimentos básicos, definidos pela Rede Pública Estadual, o incentivo à participação na luta cotidiana que é travada nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária e, a participação na gestão democrática das escolas, dando a elas um formato democrático e de participação das/os educadoras/es, educandos/as e da comunidade.

Para a História da Educação é interessante o estudo da Escola Itinerante, por acontecer em qualquer lugar, não ter parede nem teto. Como diz o pedagogo que colaborou com esta pesquisa, Eldilvani, a escola não está parada, mas em movimento e seus conteúdos de ensino são mais abrangentes que os conteúdos das escolas urbanas. Por exemplo, antes de uma ocupação, temas como: o processo de ocupação do latifúndio, a repressão, o despejo, são problemas discutidos com os acampados, para que todos fiquem cientes do processo de ocupação da terra. Desta discussão participam inclusive as crianças, que opinam e fazem pergunta nas reuniões dos núcleos. Tais conteúdos são importantes, por contribuir na formação política e ideológica da criança, jovem e adulto, uma vez que é permanente a esperança de conquistar a terra, daquela família que está acampada e ocupando terra para o trabalho.

Esta escola precisa ser estudada e divulgada, por ser um exemplo de escola constituída no processo da luta política dos trabalhadores rurais sem terra por reforma agrária e a transformação social do Brasil. Além de sua contribuição para a história do MST, este estudo pode também contribuir para o enfrentamento dos problemas educacionais de muitas escolas do país.

A educação pública brasileira sempre foi relegada a segundo plano pela elite. A educação no campo brasileiro, num país agrário até 1930, foi incluída na Constituição Brasileira apenas em 1934, mesmo assim é perceptível a dificuldade de concretização de projetos educacionais que atendam a maioria da população brasileira, tanto na cidade como no campo. Há na história do Brasil um longo percurso entre constar na Constituição e ser efetivado pelas autoridades; indicativo desta dificuldade é o elevado analfabetismo tanto nas cidades quanto no campo, onde o número é maior, proporcionalmente.

A Escola Itinerante se propõe a contribuir no combate ao analfabetismo nos acampamentos de trabalhadores rurais sem terra no Paraná, enfrentando um dos principais problemas da educação brasileira, que é alfabetizar,

consolidar e aprofundar o aprendizado com leituras. Sua prática e teoria podem vir a constituir-se em inspiração para a solução de alguns problemas enfrentados, inclusive nas escolas da cidade. Ao adotar práticas como participação dos alunos e famílias no cotidiano da escola, ao envolver e estimular o comprometimento dos seus professores, esta escola torna-se um instrumento de combate à repetência e ao analfabetismo na escola.

A pesquisa revelou que as crianças que acompanham seus pais nas ocupações de terra do PR, SC, RS²⁴, entre outros estados da federação, por exemplo, não corre mais o risco de ficarem sem estudar, porque as Escolas Itinerantes do Movimento dão assistência educacional aos filhos dessas famílias acampadas; no Paraná funciona legalmente desde 2003.

Considerando o papel central que a educação tem na proposta do MST, esta pesquisa, ao contar a história da Escola Itinerante Caminhos do Saber, explicita a importância da organização dessa escola às famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, acampadas num latifúndio e organizadas no MST.

A Escola Itinerante que caminha junto com as ocupações das famílias de trabalhadores, nasce diferente, trabalha a realidade, os alunos aprendem a se auto-organizar em núcleos de base dentro da sala, em equipes de trabalho, de disciplina, de saúde, assumem funções de coordenador e coordenadora, o que possibilita às crianças sentirem-se responsáveis, trazendo para dentro da escola a organização política que constrói o Movimento.

Com a Escola Itinerante os sem terra descobriram uma maneira de combater o analfabetismo no campo, resolvendo um problema secular e fundamental da classe camponesa nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária, que é o analfabetismo e o analfabetismo funcional; condição que ronda como um espectro a classe trabalhadora da cidade e do campo brasileiro. Nesta perspectiva pode ser entendida a importância da Educação no e do Campo e a seriedade com que o MST trata a educação das crianças, jovens e adultos dos acampamentos e assentamentos sem terra na luta por reforma agrária.

Os dados recolhidos na Escola Itinerante Caminhos do Saber mostraram que há nesta unidade escolar, quase 250 alunos de Educação Infantil ao

²⁴ No Rio Grande do Sul a governadora Yeda Crusius (PSDB), numa ação articulada com o Ministério Público Estadual, fechou unilateralmente as Escolas Itinerantes do Rio Grande do Sul, que apesar da proibição continuaram funcionando.

Ensino Médio, passando pelo Ensino Fundamental de 1ª a 9ª série e, Educação de Jovens e Adultos, reafirmando a importância do desenvolvimento de uma atividade escolar que alfabetiza, instrui nos conhecimentos fundamentais da escolarização, além de proporcionar a formação política da classe trabalhadora na sua luta pela emancipação humana.

Na educação no e do Campo, a Escola Itinerante é o protótipo da escola construída dentro do processo de luta, no intuito de se constituir uma sociedade socialista. Uma escola na comunidade sem terra, que ocupa terra para trabalhar e tem como objetivo colocar “Toda e Todo Sem Terra Estudando”, slogan de uma cartilha do Setor de Educação do MST do Paraná, cujo objetivo central é acabar com o analfabetismo nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária no Estado. As entrevistas e documentos²⁵ indicaram que a partir da alfabetização, a Escola Caminhos do Saber serve ainda ao processo de mobilização da comunidade, no intuito de desvelar o mundo, compreender que para se emancipar, a classe trabalhadora precisa estar organizada e mobilizada em um movimento ou partido. Essa escola educa os “Sem Terrinha”, constrói sua identidade com a luta pela terra, divulgando entre eles os princípios políticos, filosóficos e pedagógicos do Movimento²⁶, em um processo que é entendido como o de contribuir na formação da consciência crítica e política das crianças, jovens e adultos.

Podemos afirmar que para a escola Caminhos do Saber, esse estudo é importante para divulgar sua proposta, cujos resultados na prática do movimento social no campo, podem contribuir com a construção de novos projetos educacionais a outros movimentos sociais rurais ou urbanos, preocupados com a educação das pessoas e com o combate ao analfabetismo e o analfabetismo funcional de altos índices.

É importante divulgar essa escola e todos os seus percalços para se concretizar no e do Campo, porque carrega consigo um direito negado por séculos aos camponeses brasileiros, cuja história indica o descaso expresso pela idéia de que para trabalhadores rurais, qualquer escolinha multiseriada na fazenda estava de bom tamanho, para votar no “coronel da política”, bastava garatujar o nome. Por

²⁵ Os documentos consultados se encontram nos livros: Dossiê – MST – Escola, Por Uma Educação do Campo; Pedagogia do Movimento Sem Terra, entre outros.

²⁶ Os princípios pedagógicos e filosóficos do Movimento se encontram no “Caderno de Educação nº 08 de julho de 1996”, incluído no livro Dossiê – MST – Escola, 2005, p. 159. E na Cartilha: “O MST: A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil – Documentos Básicos, 2005” p. 53.

isso, uma escola que acompanha a classe trabalhadora na sua lida no campo e trabalha com as crianças o processo da luta política, além de escolarizar e alfabetizar, forma sujeitos com capacidade de conduzir a luta por cidadania, cujo direito tem sido negado.

Segundo o Professor Arroyo (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2005, p.8), apenas 2% dos trabalhos científicos versam sobre a Educação do Campo, motivo inicialmente suficiente para despertar o interesse em pesquisar o tema. O aprofundamento deste assunto para estudiosos de pedagogia e de educação, pareceu importante, em primeiro lugar, pelo papel que está cumprindo no movimento social de possibilitar o acesso à escola à uma classe excluída do processo educacional há séculos. Merece também destaque a contribuição do conhecimento desta experiência no processo de combate ao analfabetismo de adultos e de escolarização das crianças dos acampamentos do MST, que sem esta proposta estariam sem alternativas. O caráter inovador da proposta, que enfatiza e valoriza a participação da comunidade, que tem origem nas suas iniciativas, contando inicialmente com trabalho voluntário e comprometido de seus membros, mostrou-se um processo fundamental para os estudiosos que conhecendo e compreendendo novas alternativas, pretendam buscar soluções para a escola brasileira.

O registro histórico de uma Escola Itinerante conta o processo de organização de uma instituição educativa, que se encontra em desenvolvimento dentro de um movimento sociocultural e, para contá-la, foi preciso recorrer à memória dos sujeitos que participaram de sua construção. No caso da Escola Itinerante Caminhos do Saber foi necessária e fundamental a entrevista, utilizando a abordagem qualitativa para sistematizar e dar voz aos sujeitos que construíram o projeto. (ABBUD, 2003).

A pesquisa documental associada à realização de entrevistas, permitiu encontrar a identidade histórica da instituição educativa estudada, no caso a Escola Itinerante Caminhos do Saber, porque a história deste evento é domínio das pessoas que participaram do processo inicial de sua construção, que se encontra guardada na memória dessas pessoas, voluntárias do projeto. Por isso, a busca dos dados nos discursos que estruturaram os relatos e proporcionaram consistência para a constituição da história dessa instituição, permitiu recuperar o momento de fundação dessa escola que faz parte do Sistema Público de Ensino da Secretaria Estadual de Educação do Paraná.

A documentação consultada indicou que a concepção de escola pública que nasce dentro de um movimento social da classe trabalhadora, fundamentado no Pedagogo Paulo Freire, Makarenko, Pistrak, Gramsci, Martí, ao defender o socialismo, prega-o como nova forma de governar a sociedade e implica a necessidade de uma escola voltada para a formação e elevação do nível de consciência crítica e política do educando e de seus trabalhadores organizados, por meio de um trabalho de base que alie teoria e prática e forme política e ideologicamente os militantes para a transformação socialista.

A partir deste princípio, a proposta metodológica da Escola Itinerante Caminhos do Saber é baseada na organização da estrutura nos Ciclos. O aluno completa o Ciclo quando domina a bateria de matérias exigidas, inclusive no sistema seriado o aluno precisa dominar as matérias para passar de ano letivo. A diferença é que na ciclagem, aparentemente não há reprovação, porque se o aluno não sabe, é mantido no Ciclo até que os educadores verifiquem se aprendeu; para isso são realizadas discussões em que a aprendizagem do aluno é avaliada. Segundo a educadora Marilda, se trabalha muito e se incentiva a pesquisa, porque os educandos gravam melhor os conteúdos que precisam aprender para mudar de Ciclo.

Uma outra característica da proposta da Escola Itinerante Caminhos do Saber, organizada dentro de uma realidade de acampamento e adotada pelos acampados, é a forma como é entendida a participação da comunidade que assume a escola como sua; segundo Damasceno (2008), “os responsáveis pelos educandos não são apenas os educadores, mas o acampamento como um todo, são as brigadas de cinquenta membros, são os núcleos de base”. Continua:

é uma metodologia que envolve a criança e a comunidade, supera a lógica de envolver apenas os pais, não são eles os únicos responsáveis pelas crianças. A responsabilidade sobre elas é da comunidade, sendo essa uma nova dimensão do jeito de ensinar.

Enquanto estiver no processo de acampamento é possível as crianças serem cuidadas pela comunidade, devido à sua auto-organização na sala de aula da escola, os barracos se posicionarem uns próximos aos outros. A intensidade da luta é maior nessa fase, porque nada está definido e tudo pode

acontecer de uma hora para outra, como, por exemplo, o acampamento ser despejado.

Ao discutir a realidade social do acampamento dentro da escola, faz com que a educação no Movimento “acompanhe a vida” de seus educandos e provoque mudanças em seus militantes. A busca do direito negado aos trabalhadores rurais, obriga a uma total integração entre a realidade estudada na Escola Itinerante e a que se vive na ocupação da terra para o trabalho.

O trabalho pedagógico na Escola Itinerante Caminhos do Saber, diz Eldilvani (2008) é realizado coletivamente; o planejamento é feito com todo o coletivo da escola e, semanalmente, os educadores definem os objetivos a serem alcançados. O planejamento é feito de acordo com as dificuldades de cada turma, em cada um dos Ciclos dos diferentes níveis de escolarização dos alunos.

Além das atividades regulares de escolarização, uma outra característica própria desta escola, é que no acampamento a criança é incentivada a participar do trabalho comunitário na escola, como varrer a sala, o pátio, cuidar da horta, verificar a tubulação da água que é escassa no acampamento Maila Sabrina. Um exemplo foi a participação das crianças e jovens no mutirão de construção das salas de aula da Escola Itinerante Caminhos do Saber. Assim, quem constrói ajuda a conservar, se sentindo parte integrante daquilo que construiu. Damasceno (2008) diz que, “tudo aquilo que as pessoas ajudam a construir, elas defendem com muito mais amor”. A Escola Itinerante contribui para que as crianças cresçam, se desenvolvam no meio rural e se formem, adquirindo gosto pelo trabalho na terra e ajudem a conservar a cultura camponesa e seu desenvolvimento sustentável nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária.

O acampamento Maila Sabrina na fazenda Brasileira, surgiu no início de 2003 e teve um afluxo de 560 famílias após a eleição de Luís Inácio Lula da Silva a Presidente da República. No entanto, como a reforma agrária não aconteceu, em torno de 160 famílias abandonaram a luta, mas 400 continuaram acampadas e lutando por terra e escola, pois havia mais de 200 crianças precisando de vaga, que iniciaram seus estudos nas escolas em Faxinal, distante 50 km do acampamento, sendo transportadas em carrocerias de caminhões, até que a prefeitura de Faxinal, pressionada pelas famílias sem terra, colocaram ônibus para o transporte escolar.

Como a instalação da Escola Itinerante Caminhos do Saber foi uma decisão coletiva da comunidade sem terra, a escola, num primeiro momento,

pertenceu às famílias organizadas, que buscavam o direito à educação no acampamento para segurança dos filhos. Sendo organizada a partir da necessidade das crianças estudarem e da luta por escola pública, laica, universal, do trabalho e de qualidade nos acampamentos da reforma agrária.

Algumas dessas famílias do Maila Sabrina vêm de uma longa caminhada juntas, enfrentando a lona preta dos acampamentos há mais de seis anos, ocupando, sofrendo despejo, ocupando novamente até a constituição do assentamento. Essas famílias que se tornam sem terra, geralmente estão desempregadas e na miséria na periferia, condição de grande parte da classe trabalhadora. Ser pobre não é o problema para a classe dominante, o problema surge quando os pobres se juntam, lutam por trabalho, por salário, por democracia, começam a pensar e a se organizar. Inclusive aprendem a ler, escrever, contar e a pensar como transformar essa sociedade. A burguesia apoiada pela mídia, transforma esses sujeitos em perigosos para as elites, taxando-os de “baderneiros, arruaceiros”, no entanto, apenas sem terra são assassinados na perseguição implacável dos latifundiários à classe trabalhadora em luta por reforma agrária.

A Escola Itinerante Caminhos do Saber pertence à Rede Estadual de Educação, sendo uma escola pública que itenera pelas ocupações de terra do Estado e passou a ter a partir do início de 2008, como suporte para a documentação de suas crianças e base oficial, a Escola Base do Centrão, em Querência do Norte com supervisão da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, através da Coordenadoria da Educação do Campo e o Setor de Educação do MST.

A educação política dos “Sem Terrinha” começa no próprio acampamento, pela situação de vida na qual se encontra sua família, ocupando terra para o trabalho, enfrentando a polícia, o despejo, o frio e o calor embaixo de um barraco de lona preta, reivindicando reforma agrária. Por isso, dentro da sala de aula continua a formação política dos educandos, que são incentivados a se auto-organizarem, a formarem nas salas de aula os núcleos de base de cinco alunos, com uma menina e um menino na coordenação e escolhem entre si o coordenador/a de turma, em assembléias as turmas elaboram as regras de convivência da sala, fazem as escalas de limpeza da sala, do pátio e também são os representantes frente à coordenação da escola e do acampamento.

As formas de organização dos alunos, bem como as atividades desenvolvidas, indicam o direcionamento ideológico próprio do Movimento, como é

exemplificado a seguir com o depoimento de uma educadora. Segundo Neuza (2008), na escola itinerante as crianças comemoram a data da conquista do assentamento, o porquê das famílias estarem acampadas, quais direitos lhes foram negados para se encontrarem naquela situação; na cidade e mesmo no campo não tinham direito de morar, de trabalhar, de estudar e a partir de sua entrada no acampamento do MST e na Escola Itinerante, alcançam o direito de estudar, que é fundamental à emancipação humana. A criança compreende que a Escola Itinerante não foi uma dádiva do prefeito, mas um trabalho do coletivo sem terra do acampamento, que a construiu e a faz funcionar.

O clima estabelecido na escola pela interação entre educadores e educandos propicia uma dedicação maior aos alunos, resgatando a autoestima perdida dessas crianças na vida de exclusão que levavam nas favelas. Valorizam-se as experiências cotidianas de vida e, segundo Grein, “o trabalho pedagógico organizado a partir de temas geradores possibilita a pesquisa e não a aprendizagem pela repetição, buscando coletivamente a construção do conhecimento”. (GREIN, 2005, p. 51).

Se por um lado existe a concepção aceita por todos de que a escola é da comunidade, e que segundo Maria Luíza (2007) e Marilda (2007), o processo pedagógico é coletivo e aberto, as entrevistadas indicaram que, apesar de convidada, há pouca participação da comunidade nas atividades de estudo e planejamento ligadas à escola. A participação das famílias limitava-se à limpeza da escola, antes de o coletivo de educandos assumirem a tarefa.

Na prática dessa relação da escola com a comunidade, as discussões políticas não interferem nos conteúdos escolares, porque na escola se trabalha com a realidade da ocupação, se discute os problemas ou temas do acampamento trazidos para a sala de aula pelos próprios alunos, que são as contradições enfrentadas no cotidiano do acampamento, como a questão da água, da saúde, da produção, da organização do acampamento e da escola, da próxima ocupação, se haverá despejo.

Essa escola tem um modo de ser diferente de tudo que se concebe como escola no século XXI, pode ser sem paredes, sem teto, uma escola em movimento, mas que tem seu currículo normatizado pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná e cumpre um papel de escolarização dos trabalhadores rurais

em luta pela reforma agrária, que na história do Brasil, e é foi uma das classes sociais excluídas dos bancos escolares pelas elites.

Na Escola Itinerante a criança não é reprovada, porque não são utilizadas apenas as provas classificatórias para medir o conhecimento dos alunos. O PPP – Projeto Político Pedagógico – afirma ser a avaliação “uma ação humana concreta, contextualizada no cotidiano da escola e vivenciada por toda a comunidade acampada”.

Utilizando dois educadores/as por sala é possível maior domínio sobre a turma e sobre o que ensinar, inclusive na atenção aos educandos com necessidades de aprendizagem. Se o aluno não sabe, vai aprender nas Oficinas de Aprendizagem²⁷, - o contraturno - pois todos têm potencialidade para aprender. Segundo os educadores Marilda (2007) e Eldilvani (2008), “as crianças que chegam das periferias das cidades para os acampamentos, vêm com baixa escolaridade, pouco conhecimento, por isso, são obrigadas a freqüentar o trabalho de reforço nas Oficinas de Aprendizagem”, ficando a criança nessa fase de estudo o tempo necessário com um educador, para superar suas necessidades. (MST, 2008, p. 35).

A construção da educação no e do Campo tem no projeto da Escola Itinerante, seu protótipo de escola em uma ocupação de terra, em um acampamento de excluídos com pouca ou nenhuma escolaridade, desumanizado pela vida de miséria nas periferias urbanas e no campo. Geralmente são famílias cheias de filhos que se dispõem a entrar na luta para ter na terra um emprego permanente na reforma agrária.

Um problema levantado pelo educador Eldilvani (2008) e que segundo ele precisa ser combatido dentro da Escola Itinerante Caminhos do Saber, é que os educadores carregam dentro de si a escola tradicional, que necessita ser erradicada e essa mudança não se dá por decreto, é pelo conhecimento acumulado em suas escolas que o Setor de Educação do MST, combate esse desvio e sistematiza este aprendizado e vem construindo uma escola em movimento, com método dialético, que trata da realidade social dentro da sala de aula, que incentiva a auto-organização dos estudantes e pratica a gestão democrática na relação educador/a, educando/a e comunidade. Segundo Eldilvani, para alterar essa

²⁷ Oficinas de Aprendizagem como estabelecido na Cartilha da Escola Itinerante do MST: História, Projeto e Experiências. Cadernos da Escola Itinerante. MST (2008). Ano VIII – nº 01 – Abril. (p. 36) designa o reforço escolar, o contraturno das escolas urbanas.

situação de alienação oriunda da escola tradicional que cada educador/a carrega dentro de si, é preciso muito estudo, dedicação e espírito crítico, para se desvencilhar dessa carga política e ideológica que não leva o estudante a pensar e a contribuir para mudar a sociedade, tornando-o alienado e dominado pelo capital.

Uma das características deste projeto é a adoção de uma abordagem teórica diferente da tradicionalmente utilizada, a proposição de novas formas pedagógicas, a alteração da organização do espaço escolar pela disposição das carteiras na sala, a opção pela participação de dois educadores por sala, alterações no trabalho de sala de aula pela utilização de questões ligadas ao cotidiano e temas geradores que expressam o movimento de construção dessa escola, que atenda às exigências da classe trabalhadora organizada no Movimento.

A vida em uma nação é regulamentada pela sua Constituição elaborada pelo povo, por meio de uma Constituinte feita por seus representantes políticos na Câmara e no Senado, sendo ela quem rege a existência das pessoas desse país. Assim, quando centenas de famílias pobres se juntam para ocupar uma terra, seus filhos se deslocam juntos e quando formam os acampamentos, eles estão cheios de crianças que precisam estudar e, esse é um direito garantido por Lei. Portanto, a Escola Itinerante organizada nos acampamentos sem terra, é uma escola pública como qualquer outra da cidade, pois no processo quando o acampamento se torna assentamento, continua pertencente à Rede Estadual de Educação.

A Escola Itinerante é importante na conquista da reforma agrária, é fundamental para que as famílias se mantenham organizadas e mobilizadas na busca de seu ideal através da luta, pois os filhos estão estudando. Muitas vezes, o município que abriga o latifúndio ocupado pelos sem terra, é menor em termos de população que o contingente na ocupação de terra, portanto a escola municipal não consegue absorver e matricular a quantidade de alunos que aparecem de um momento para outro na porta da escola exigindo uma vaga que a Constituição, a LDB-EN nº 9394/96 e o ECA garantem aos cidadãos. A saída encontrada pelo movimento social foi a criação da Escola do Campo, pois os filhos dessas famílias em luta pela terra, precisam de escola, não têm culpa de nascerem em uma sociedade onde a desigualdade social é uma das maiores do mundo e os trabalhadores se encontram organizados num movimento em luta por reforma agrária.

Assim, o movimento social do campo vai criando em seu interior necessidades produzidas pela união de pessoas atrás de um mesmo objetivo, como no caso da luta pela terra, por saúde, educação, produção, estrada, crédito, pois a reforma agrária é um novo estágio da luta dos trabalhadores sem terra na conquista da cidadania. No acampamento Maila Sabrina são 400 famílias reunidas com muitos filhos em idade escolar e com o direito de estudar, de freqüentar a escola pública garantida na Constituição de 1988, no ECA e na LDB-EN nº 9394/96. Assim, desde 1988, a educação é um direito de todo cidadão e uma obrigação do Estado e da família.

Uma contradição perceptível é que o acampamento Maila Sabrina se encontra em uma área de litígio, que não foi dividida e as famílias esperam ser assentadas nos 11.800 hectares da antiga fazenda Brasileira, mas também podem ser despejadas. Esse é um problema grave, mas segundo Damasceno (2008), as terras ocupadas são de trabalho, usadas para o plantio desde o começo da ocupação e a Escola Itinerante Caminhos do Saber, não corre risco porque a terra em disputa se encontra pronta para o assentamento das famílias. O pedagogo Eldilvani diz que por ser terra em disputa para a reforma agrária, é possível discutir e refletir sobre várias questões com as crianças na sala de aula, elevando dessa forma a consciência crítica e política dos educandos.

Na escola de acampamento como a Escola Itinerante Caminhos do Saber persiste todo tipo de problema, os pisos das salas de aula são de terra, as telhas de amianto, é preciso mais livros para a biblioteca, mais dinheiro do Fundo Rotativo, que é mínimo, os baixos salários dos professores que bancam parte do material escolar dos alunos, as condições de trabalho, enfim, os problemas são os mesmos, apesar de serem mais graves, que os das escolas urbanas, pois é uma escola pública em um acampamento num latifúndio improdutivo.

A Escola Itinerante Caminhos do Saber é uma escola pública no e do campo, que provavelmente continuará sendo itinerante apenas no nome, pois no futuro, quando a classe trabalhadora não precisar mais fazer acampamentos e ocupações de terra, pois a reforma agrária terá sido concretizada no país, as famílias sem terra assentadas e sem precisar lutar contra o latifúndio e o Estado, os trabalhadores estarão vivendo em uma sociedade socialista e voltada para os interesses da classe trabalhadora. No entanto, se nada disso ocorrer e se continuar à luta por reforma agrária, ou seja, a desigualdade, a exclusão e a alienação se

perpetuarem e os trabalhadores continuarem ocupando latifúndios improdutivos. A Escola Itinerante terá ainda vida longa, pois a cada ocupação, novas famílias entrarão na terra, novas crianças estarão no acampamento e novas escolas serão necessárias para escolarizarem essas crianças e alfabetizarem esses jovens e adultos em luta por reforma agrária e a transformação social no Brasil.

No contexto da escola pública brasileira, a experiência da Escola Itinerante pode ser considerada um diferencial, tanto no que diz respeito a sua proposta, quanto aos procedimentos e práticas adotadas e ainda quanto aos resultados alcançados. No contexto do Movimento Sem Terra, a existência e desenvolvimento desta prática educativa escolar, estão sem dúvida, sujeitas às dificuldades e contradições, internas e externas, que o próprio movimento vive.

Por exemplo, podemos lembrar que na região de Tamarana e Ortigueira há assentamentos que o MST iniciou e hoje se encontram fora de sua área de influência política e ideológica. Não estão nem com o MST nem com nenhum outro movimento camponês, estão sem organização política, por quê? O Movimento faz o mais difícil, juntar as famílias, conquistar a terra e depois perde seu “público”. Qual ou quais são os motivos para isso ocorrer na região? Que desdobramentos dessa desvinculação podem advir para os projetos de educação escolar do Movimento em seus assentamentos e acampamentos da região?

Podemos confirmar a hipótese de que nessa região o Movimento tenha perdido espaço para o crime organizado, o tráfico de droga, o roubo de gado, a pistolagem e os assassinatos de aluguel. Como exemplo, podemos citar o caso do assassinato do companheiro e militante Eli Dalemole por pistoleiros, em um domingo à tarde na sala de sua casa, na frente da mulher e dos filhos. Por que o Movimento não teve sucesso na mudança dessa cultura de violência nessa região do Paraná? Como terá se concretizado o projeto educacional do MST nesses espaços?

Essas e outras perguntas permanecem sem resposta e são, potencialmente, temas de pesquisa tanto a respeito do MST quanto do seu projeto educativo, parte essencial da proposta sem terra.

REFERÊNCIAS

- ABBUD, Maria Luiza Macedo. Procedimentos Metodológicos – Investigando o Ciclo Básico da PUC/SP por meio da História Oral. In:_____. **Formação contínua de professores na “escola reflexiva” do Ciclo Básico da PUCSP seus protagonistas revivem essa prática.** 2003.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Apresentação. In: SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo. Propostas e práticas pedagógicas do MST.** Petrópolis: Vozes, 2004.
- ARROYO, Miguel Gonzalez.; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Org.). **Por uma Educação do Campo.** Petrópolis: Vozes, 2004.
- ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Org.). Apresentação. In:_____. **Por uma educação do campo.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p.9.
- AUGUSTO, Danilo. Mobilizações vão continuar no RS. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, São Paulo, jul. 2008. p. 4-5.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A Cidadania Ativa – Referendo, Plebiscito e Iniciativa Popular.** São Paulo: Ática, 1991.
- BOGO, Ademar. **Lições da Luta Pela Terra.** Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- BRASIL. ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8.069, de 13/07/1990. Brasília: ECA, 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394**, 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 2000.
- BRASIL.MINISTERIO DA EDUCACÃO. Parecer nº 36/2001. **“Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo”.** Soares, Edla de Araújo Lira. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. 4/12/2001
- BREMBATTI, Kátia. Ex-integrantes do MST fariam parte de milícia armada. **Gazeta do Povo**, Curitiba, mar. 2008. p.7.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CARVALHO, Murilo. **Sangue da Terra – a Luta armada no campo.** São Paulo: Debates, 1980.
- CNBB. Documento aprovado pela 18ª Assembléia da CNBB. Itaici, 14 de fevereiro de 1980. “A Igreja e Problemas da Terra”. In:_____. **“A Questão Agrária no Brasil”. O debate na esquerda: 1960 – 1980. Vol. 02.** São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 283.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **CAROS AMIGOS**, São Paulo, out. 2000. Especial n. 6. p. 23.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **CAROS AMIGOS**, São Paulo, out. 2000. Especial n.6.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. In:_____. MOLINA, Mônica Castagn; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. (Org.). **Educação do Campo. Por Uma Educação do Campo** – contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, 2004. v. 5.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GADOTI, Moacir. **Pedagogia da Praxis**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GALEMBECK, Glória; FRAZÃO, Marcelo. Conflito no campo. Milícia expulsa sem-terra de fazenda de Janene. **Jornal de Londrina**, Londrina, 17 jan. 2007. Caderno geral p.4.

GAZETA DO POVO. Movimentos Sociais. **Luta pela terra da lugar a protestos contra o agronegócio**. Curitiba, 22/06/2008. p.07

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In:_____. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GREIN, Maria Izabel. **A Escola Itinerante como espaço de participação na constituição de políticas públicas. Um estudo de caso. A escola Zumbi dos Palmares**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

HINKELAMMERT, Franz J. **A dívida externa da América Latina – o automatismo da dívida**. Petrópolis: Vozes, 1989.

KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. São Paulo: Debates, 1982.

LEMES, Francismar. Caminhos da educação brasileira. **Folha de Londrina**, Londrina, 17 nov. 2006. Folha da Sexta, p.2.

MAGALHÃES, Justino; FERNANDES, Rogério. (Org.). Contributo Para a História das Instituições Educativas – Entre a Memória e o Arquivo. In:_____. **Para a História do Ensino Leceal em Portugal. Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz. (1894.1895)**. Braga: Universidade do Ninho, 1999. p. 63-77.

- MAKARENKO, Anton S. **Poema Pedagógico**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense. 1987
- MANSUR, Vinicius; AUGUSTO, Danilo. ENFF: Três anos feitos e toda uma história por refazer. **REVISTA SEM TERRA**, São Paulo, v. 11, n. 45, jun./jul. 2008. p.17-21.
- MARTÍ, José. **Educação em Nossa América: textos selecionados**. Ijuí: Unijuí, 2007.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**. (A questão política do campo). São Paulo: Hucitec, 1980.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Teses sobre Feuerbach**. Textos. São Paulo: Edições Sociais, 1975. p.118-120. v.1
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma Agrária no Brasil – história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- MEIHY, José Carlos S. **Som**. Manual de História Oral. São Paulo: Loyola, 1996.
- MEURER, Ane Carine; DAVID, Cezar de (Org.). **Espaços-tempos de Itinerância – Interloquções entre Universidade e escola itinerante do MST**. Santa Maria: UFSM, 2006.
- MOVIMENTO SEM TERRA. A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil – documentos básicos. **Cartilha do MST**, São Paulo, maio 2005.
- _____. Articulação Paranaense: **Por uma educação do campo. As lutas do campo paranaense por Educação**. Porto Barreiro, 2000.
- _____. Como fazemos a Escola de Educação Fundamental. . **Cadernos de Educação**. 2.ed. Veranópolis: ITERRA, 1999.
- _____. **Como fazemos a Escola de Educação Fundamental**. Veranópolis: ITERRA, 2001. Caderno de Educação, nº 09.
- _____. **Debate sobre a natureza da reforma agrária brasileira**. São Paulo: MST, 2004.
- _____. **DOSSIÊ MST ESCOLA – Documentos e Estudos 1990-2001**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- _____. Educação no MST – Balanço de 20 anos. **Boletim da Educação**, São Paulo, n. 9, dez. 2004.
- _____. Escola Itinerante do MST: História, Projeto e Experiências. **Cadernos da Escola Itinerante**, Curitiba, v. 8, n.1, abr., 2008.
- _____. **Escola Itinerante uma prática pedagógica em acampamentos**. Porto Alegre, 2000. p.17. Coleção Fazendo Escola, n.4.
- _____. Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo. **Cadernos de Formação**, São Paulo, n. 27, 1998.

_____. **Orientações práticas e a História dos Congressos do MST – 5º Congresso Nacional do MST.** Brasília, 2007.

_____. Escola Itinerante como espaço de formação e escolarização das famílias Sem Terra. **Cartilha: Todo e Toda Sem Terra Estudando.** Curitiba: MST, 2006. p. 32.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez., 2001.

_____. A longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n. 4, set./dez. 2001. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0103-40142001000300015&1>. Acesso em: 16 jan. 2008.

_____. O campo brasileiro no final dos anos 80. In:_____. **A Questão Agrária Hoje.** 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista.** Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1981.

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. (Org.). **A Era da Indeterminação.** São Paulo: Boitempo, 2007.

PISTRAK. **Fundamentos da Escola do Trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2000.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST.** Petrópolis: Vozes, 2006.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

VENDRAMINI, Célia Regina. (Org.). **Educação em Movimento na Luta Pela Terra.** Florianópolis: NUP/CED, 2002.

ANEXOS

ENTREVISTAS

Entrevista realizada dia 21 de fevereiro de 2008, no acampamento Che Guevara, em Ortigueira, Paraná. Com o pedagogo Eldilvani Marcelito, coordenador da Escola Itinerante Caminhos do Saber.

Qual seu nome e sua idade?

Eldilvani Marcelito, 25 anos.

Você, o Celso e a Maria Luíza que começaram o processo da Escola Itinerante aqui no acampamento Maila Sabrina, Brigada Che Guevara?

Isso. Foi a gente que deu o início. A princípio eu trabalhava noutra escola itinerante no sudoeste do Paraná, em Quedas do Iguaçu. Essa foi a primeira Escola Itinerante do MST aqui no Paraná. Trabalhei durante dois anos como educador nessa Escola, mas aqui também tinha uma demanda muito grande por escola, aí como eu já tinha uma experiência de dois anos com EI, vim para cá discutir com a comunidade. Perceber a necessidade e também discutir com eles a necessidade de ter uma escola, ver se a comunidade se interessava em ter uma escola itinerante aqui. A comunidade necessitava de uma escola, mas a princípio não se discutia que tipo de escola, como deveria ser essa escola. Aí em conjunto com o MST, discutiu-se com o setor de educação estadual e decidiram me enviar pra cá, para fazer esse trabalho, pois para a comunidade é importante ter uma escola vinculada ao MST, uma escola do acampamento, vinculada organicamente ao Movimento Sem Terra.

Qual foi o primeiro passo para se constituir essa Escola aqui em Ortigueira?

Então, o primeiro passo é envolver toda a comunidade na discussão sobre a escola. Eu vim aqui em outubro de 2003 e minha tarefa foi discutir com todos os núcleos de base, com 10 famílias cada um, e fazer um trabalho de base sobre a importância da educação para o Movimento. Porque o MST está se debruçando sobre essa questão da formação humana e discutir com as famílias para ver se a gente conseguia implementar uma EI aqui no acampamento. Porque não era uma escola só dos educadores, não era uma escola de professores. Uma escola tem que ser da comunidade toda, então viemos discutir para saber se a comunidade tinha essa

disponibilidade de apoiar a escola, ajudar a construir, ajudar a opinar, de ajudar a fazer parte da gestão realmente da escola. Então o primeiro passo foi discutir em todos os núcleos de 10 famílias. Na época nós tínhamos em torno de 54 núcleos de base. Montamos uma equipe, pois sozinho não teria condições de visitar os 54 núcleos para debater. Então comecei a mapear algumas pessoas que teriam disponibilidade de ser educador, que tinham ensino médio completo, aqueles que poderiam prestar um serviço voluntário, aqueles que se interessavam pela área de educação. Reunimos então, em torno de umas 8 a 10 pessoas, algumas já não estão mais contribuindo conosco, foram embora para outros acampamentos ou mesmo voltaram para a cidade. E com essas pessoas montamos um grupo de estudo, que todo dia a gente sentava para discutir sobre educação, sobre escola, sobre a escola do MST, analisando as referências que a gente já tinha do Estado e de outros Estados e escola também do campo e a partir disso a gente começou a discutir com as famílias. Aí montamos um grupo de educadores, um grupo de estudo para discutir com as famílias a importância da escola, e ver também a possibilidade da comunidade apoiar essa escola. E ver a possibilidade de se implementar essa escola. A princípio vim não pra para ver se a gente tinha realmente condição de montar essa escola aqui no acampamento Che Guevara.

Como foram essas primeiras as reuniões, as discussões, os motivos de se buscar a escola itinerante?

Então, a comunidade queria uma escola, justamente pela dificuldade de transporte das crianças até à cidade. E nesse ano de 2005, cheguei aqui em outubro, eu imagino, não tenho isso em dados, mas mais de 60% das crianças em idade de freqüentar escola de ensino fundamental, não conseguiram concluir esse ano letivo. Devido à dificuldade de transporte que são 25 quilômetros de distância até Faxinal. Se chovia não tinha como voltar para casa, o ônibus quebrava na estrada. Começou a ter problema, inclusive de preconceito na cidade com as crianças que são sem terra. Isso sem contar que no ano de 2003, 2004, quando o acampamento não era aqui, mas do outro lado da fazenda, as crianças eram transportadas em cima de picape, em cima de caminhão, para ir para a escola e era uma dificuldade muito grande, se você for olhar a história que o pessoal tem anterior a mim, é muito mais triste. Então a necessidade da comunidade de ter uma escola, é por causa da dificuldade do transporte porque é longe a estrada muito ruim e muito perigosa. E,

também para acompanhar a escolaridade dos filhos. Uma escola no acampamento seria mais fácil acompanhar a escolaridade, de estar olhando os filhos, olhando o aprendizado, de estar prestando atenção no comportamento deles.

Houve participação das crianças, dos jovens e dos adultos nesse processo?

Houve sim, na hora em que fomos para as famílias discutir sobre escola aqui dentro, todo mundo se envolveu realmente. Porque aí se percebeu que não era só ter uma escola, mas que tipo de escola diferente era essa, o pessoal comentava que era uma escola diferente que ia ter aqui dentro. Então, a princípio era mais pela curiosidade, mas logo o pessoal percebeu: não, não é importante a gente só ter uma escola, mas aí o pessoal também começou a perceber quanto que a educação é um ato político. E o movimento defende isso como algo que é para emancipar realmente o ser humano. Então, o pessoal começou a perceber que era uma escola para a classe trabalhadora, não é simplesmente ter uma escola no acampamento. É uma escola que teria que ser organizada, construída e gerenciada pela comunidade. Assim, começaram a dar muito mais importância, porque o acampamento como um todo tanto as crianças como os jovens, perceberam que é uma escola que nós temos de fazer. Nesse momento chegamos num auge muito grande da discussão da escola. Talvez hoje esteja mais apagada essa relação com a comunidade, mas naquele momento, todo mundo prestou atenção na escola que nós tínhamos que ter no acampamento.

A Escola Itinerante do Rio Grande do Sul começou numa marcha e essa de Ortigueira começou como?

A escola itinerante de Ortigueira não surgiu sozinha. O Movimento no Paraná começou a lutar por escola no acampamento com mais de 3.000 famílias em uma grande ocupação de terra, registrada pelo fotógrafo Sebastião Salgado. Lá havia muitas crianças, muito mesmo e tudo sem escola, aí o Movimento prestou atenção que tinha de ter escola para esse contingente de crianças desde o acampamento. Aí começamos a brincar de ciranda com as crianças, a ocupar o tempo dessas crianças, que a princípio não tinha escola não tinha frequência escolar. Então, a origem dessa escola se deu lá em 2003, num mega acampamento que tinha lá e então, se começou a lutar por escola, se ocupou uma fazenda, se ocupou um dos maiores latifúndios do Paraná, que é a Giacomete Marodim S/A. Foi nessa época

que começou a se discutir a Escola Itinerante, aí todo o MST do Paraná, começou a prestar atenção sobre a EI. Vou dizer que a EI se efetivou a partir dos dirigentes desse acampamento que tiveram a iniciativa: não, temos que ter uma escola que também seja itinerante. O pessoal analisava que era uma experiência muito rica que se iniciava no Brasil, a partir do Rio Grande do Sul e que aqui no Paraná também teria que ter uma escola do campo itinerante. Então ela nasce de um ponto mais conjuntural aqui no Paraná, nessa grande ocupação..

Maria Luiza me disse que eles vieram para cá e já tinham tido uma experiência numa outra escola. Você estava nesse processo? Ou você veio direto pra cá criar essa escola?

Eu vim para esse momento aqui, para lutar pela escola itinerante, a intenção a princípio era essa, não participei da experiência que tiveram com a outra escola. Mas a gente soube pelo pessoal, conversando com o povo, que não foi uma experiência tão boa.

Conforme Maria Luíza, aqui o processo de construção da escola foi completamente diferente da experiência anterior. Lá primeiro construíram a escola, as salas de aula, disse que aqui não, aqui vocês começaram as aulas, depois que foram construir as salas. Conte com foi por favor.

Então, chegou o ano letivo e a gente não tinha estrutura de funcionar. Aí como a gente tem experiência de outro espaço, do Rio Grande do Sul que a escola começou propriamente numa marcha. A gente imaginou que estrutura não seria a deficiência que impediria a gente de começar as aulas. Então, a gente primeiro cria a necessidade, para depois correr atrás de superá-las, é através da necessidade que a gente vai lutando e melhorando as coisas.

Quem aparelhou a escola itinerante, a construção das salas, carteira, giz, quadro negro, caderno. Conta como foi esse processo?

Então, o processo de construção não acabou ainda, como você pode perceber, ainda tem salas para terminar, tem salão para arrumar, salas sendo construídas, tem um monte de coisas ainda pra serem feitas. A gente espera que nunca termine esse processo de construção. Física sim, mas a educação, a formação é um processo constante, que não vai parar por aqui ou por ali, o Movimento está crescendo, a

educação amplia a visão dos seres humanos. Mas aqui mesmo a construção física teve que envolver a comunidade, tudo foi discutido. Pô não temos espaço para as crianças estudarem, Aí a gente arrumava um jeitinho aqui outro ali, mas percebia que as dificuldades eram um compromisso de aprendizagem das crianças, a comunidade começou a se preocupar, começou a mudar as estruturas que a gente tinha na fazenda, primeiro demoliram as casas de madeiras da antiga colônia de café em pior estado de conservação e começamos a construir as salas. A escola itinerante é um pouco isso, aqui no acampamento ela itinerou por vários espaços. Ela funcionou em antigas casinhas que tinha aqui na comunidade, funcionou em alguns barracos do pessoal, funcionou em galpão, embaixo dessas árvores, funcionou em vários espaços. Hoje a gente tem umas cinco salas construídas e vamos continuar construindo. Foi a comunidade que construiu essa escola, porque financiamento do Estado a gente não tem por ser um acampamento. Então, a comunidade teve que resolver os problemas que nós criamos.

A Escola Itinerante está sendo construída dentro de uma área de conflito. Como é esse processo dentro de uma área não legalizada? E depois de legalizada como fica essa escola?

Esse conflito é muito complicado e talvez muito formativo para nós do Movimento Sem Terra. Podemos perceber que todas as dificuldades que a gente enfrenta de estrutura, de não ter um financiamento adequado do Estado. É que a gente percebe realmente que o Estado nega educação, porque ela é muito importante, para manter uma sociedade ou para a transformação dessa sociedade. Então o que acontece com essa escola itinerante dentro do acampamento, primeiro a gente tem que lutar por ela, porque é um direito de todos os cidadãos brasileiros de se escolarizarem. Ele tem direito à educação, então a gente tem que lutar para construir uma escola no acampamento para garantir o direito e também lutar por uma escola, porque ela também é uma ferramenta da luta pros trabalhadores. Para os trabalhadores hoje, talvez seja muito mais importante se apropriar do conhecimento escolar do que a própria burguesia, porque talvez a globalização, a universalização, a Internet ela esteja muito mais informativa do que a própria escola. Por isso, a escola vai continuar sendo construída aqui no acampamento para garantir escolarização e depois no assentamento a gente já tem uma proposta pedagógica, a gente já tem uma estrutura, a gente já tem uma consolidação com a comunidade, já tem um

debate construído, então já tem um andamento mais significativo nessa área de construir e quando se conseguir o assentamento a gente apenas vai pautar com a prefeitura, com o estado a construção de salas, a proposta nós já temos, nós vamos lutar por uma legalização ainda maior de ampliar esses direitos de escolarização. Então, se a gente deixar para pautar só depois do assentamento, talvez a gente perca um tempo de educação, de formação, de emancipação com a escola.

Qual a diferença que existe entre essa escola itinerante, a escola do trabalho, com a escola burguesa tradicional que se tem nas cidades?

É uma luta constante para a gente fugir dessa educação tradicional. Não vamos dizer que fazemos a educação que emancipa, que seja libertadora, que seja revolucionária. É uma tentativa de se fazer essa escola diferente. Até porque nós somos educados, eu fui educado, os educadores foram educados dentro dessa escola burguesa, bancária de Paulo Freire. Então, a gente está tentando a todo o momento, principalmente, inserir dentro do espaço escolar a gestão democrática, a formação coletiva dos seres humanos, mas a gente ainda tem dificuldades imensas de ensino, de método didático de ensino. Talvez a gente consiga organizar coletivamente a sala de aula, mas na hora de fazer os conteúdos de conseguir ensinar realmente o ler e o aprender a escrever, a gente esbarra aí nos limites que a gente tem da nossa própria formação. Então de diferente, entre a escola bancária e a escola itinerante, a gente tem essa participação da comunidade, que talvez seja o mais importante. A comunidade ocupar esse espaço escolar para pautar que tipo de educação se quer nessa escola. E isso ninguém tem oportunidade de fazer na escola bancária.

A escola itinerante influencia o acampamento? Como ocorre esse processo?

Eu acho que a escola itinerante influencia o acampamento e o acampamento influencia muito mais a Escola Itinerante. O fato dessa escola existir dentro dessa comunidade, ela traz para dentro de si, muitos aprendizados que a comunidade já tem. Então é uma relação que, como disse, o Movimento deve ocupar a escola, é para realmente sistematizar essa experiência popular que se tem. Talvez a escola sofra mais influência do acampamento, mas ao mesmo tempo a escola também problematiza muito as questões do acampamento. A escola está aí para gerar conflito, para gerar problematização, para gerar confusão de idéias realmente.

Porque é através desses problemas que a gente para pra pensar, para pra refletir, para pra analisar as coisas. Então é um movimento constante de reflexão, de levantamento dos problemas que a gente tem no acampamento.

A escola itinerante é baseada no Paulo Freire, no Pistrak, no Makarenko? Em quem mais?

Têm algumas críticas a essa escola, dizendo que ela é eclética, que ela não tem um fundamento. Por isso é muito importante, inclusive a participação da pesquisa, de pesquisadores para estudá-la, para a gente poder fundamentá-la mais teoricamente a escola, muito mais a educação do campo. Então, a própria Pedagogia do Movimento que é o movimento da luta, que é o movimento da organização popular que influencia nesta escola, que está baseada na educação popular, nas correntes teóricas do Pistrak, do Makarenko e do Paulo Freire, que são as principais influências pedagógicas que temos aqui na Escola Itinerante.

Como o Setor de Educação do MST faz a direção político pedagógica do processo educativo nessas Escolas?

O Setor de Educação do MST, ele tem uma dimensão única, que talvez seja a instância mais a nível de Estado do Paraná, e o acompanhamento pedagógico se dá em vários momentos, tanto a comunidade tem espaço para avaliar essa escola semestralmente, quanto todos os educadores e educadoras das Escolas Itinerantes se reúnem no mínimo duas a três vezes por ano para discutir pedagogicamente essa Escola. Que tipo de escola estamos construindo, que tipo de método dá conta da gente conseguir emancipar, da gente conseguir se relacionar com o acampamento. Então, um pouco da pedagogia, vamos dizer da orientação pedagógica se dá entre nós mesmos. A gente reúne todas as escolas, avalia, planeja, reflete sobre nossa pedagogia, sobre nosso jeito de lidar com a educação e com o Movimento.

Vocês estão dando um passo meio longo aí, vocês estão criando de 5ª a 8ª e estão querendo trazer o 2º Grau. Como é esse processo?

Esse processo é complicadíssimo, porque você vê, nós temos aqui muitas pessoas que estão nessa idade escolar, não que estejam nessa idade escolar, mas que pararam nesse período de escolarização e estão fora da escola. Aí quando colocamos um ônibus para puxar 40, 50 quilômetros o pessoal para estudar, que

esbarra na dificuldade, pois todo mundo que está aqui, quer trabalhar na roça, quer participar aqui e não tem esse tempo disponível para ir lá fora estudar. E a gente avalia também que é mais fácil a gente transportar 10, 12 professores para garantir escolarização aqui dentro, do que transportar 150 pessoas em ônibus pra fora. Esse é um espaço que a gente tem que lutar por ele, pois esse é um espaço nosso. E esse é um direito nosso de ter educação aqui no campo e do campo, aqui conosco, mas daí a gente vai ter que espernear muito, pra garantir a organicidade desta escola, tanto fisicamente quanto pedagogicamente. Porque uma coisa é trazer a escola aqui dentro, outra coisa é acompanhar esses professores, dar assistência pra eles, aprenderem com eles, fazer com que eles aprendam conosco. Então é um passo longo, a gente amadureceu bem essa idéia com o pessoal do acampamento. Existem críticas. Algumas críticas do pessoal do acampamento quanto nós termos essa escola aqui, porque o pessoal não acredita muito. Mas ter uma Escola de Ensino Médio aqui dentro do acampamento, tem municípios pequenos que não tem uma escola de Ensino Médio e nós estamos lutando. Então, tem hora que o pessoal desacredita, acha que o monstro é muito grande, mas a gente acha que não, pois se a gente tiver capacidade de se organizar pra refletir, para amadurecer essa idéia da escola, é possível ter ela aqui dentro sim.

Esse processo é parecido com a implantação da escola itinerante de 1ª a 4ª série? Eu acho que é quase a mesma coisa. Cada passo que a gente dá, se a gente for esbarrar nos limites, no pensar de que pode não dar certo, jamais vai acontecer. Então é isso mesmo. Acho que é um processo complicado, a gente vai dar mais um passo e se a gente chegar ao final e avaliar de que não se conseguiu, de que não estamos conseguindo, nós vamos ter que ver que atitude tomaremos, assim é o processo. Vamos criar necessidade, vamos criar demanda, vamos criar os problemas e a gente vai conseguindo resolver.

Estava olhando as salas de aulas na primeira vez que vim aqui, vi uma sala de aula em U, em formato de ferradura. As salas são assim, são em forma de U ou são no esquema tradicional?

Essa já é uma tentativa de fazer diferente. Talvez a estrutura da sala seja pouca coisa, mas pra nós já representa muita coisa. Você conseguir montar uma estrutura em círculo, em semicírculo, conseguir colocar os educandos de frente, não um atrás

do outro, não em fila, inclusive a gente critica muito a escola tradicional e tenta algumas coisas fazer diferente, algumas coisas consegue, algumas coisas não. A gente critica tudo na escola tradicional, muita coisa a gente repete, muita coisa a gente tenta criar novo e é uma tentativa de fazer as crianças se escolarizar diferente.

Vocês trabalham com o tema gerador. Como é aceito o tema gerador pelas crianças de 1ª a 4ª série?

Pras crianças é muito significativo trabalhar com tema gerador, talvez a gente não consiga desenvolver o tema gerador tão ampliado, mas a gente trabalha com questões geradoras. Talvez não consigamos gerar tanta dor, tanto conflito, mas para as crianças significa bastante você poder analisar as questões a partir da realidade. Talvez uma das nossas dificuldades, que a gente está trabalhando muito para superar isso, é a partir da realidade atingir o conhecimento científico. A gente conseguir trabalhar a dimensão do conhecimento científico, junto com a particularidade da realidade.

Tem o aprendizado através do tema gerador e como se dá o aprendizado formal de Matemática, Português, Ciências, etc, é ensinado de forma diferente?

Essa talvez seja a dimensão que a gente não consegue ainda articular bem na sala de aula, é essa articulação do tema gerador com o conhecimento formal, que ela deveria ser única. É aí que a gente esbarra, principalmente, no ensino da Matemática, o ler e o escrever, que a gente depende ainda do método tradicional.

A Escola Itinerante é uma escola que caminha. Por exemplo, quando vocês ocuparam a fazenda do ex-deputado José Janene, a EI daqui foi pra lá, como foi esse processo?

Em torno de 40 famílias que saíram desse acampamento e fizeram a ocupação. E dessas 40 famílias a gente tinha em torno de 20 crianças que também se deslocaram para essa outra ocupação. E aí alguns educadores foram juntos para lá. A gente montou a escola de barraco lá, os educadores começaram a dar aulas, porque era essa realmente a intenção, a escola tem que andar com o povo, tem que ser do povo, tem que ser um pouco da luta e infelizmente não deu certo a experiência lá. A escola também sofreu o despejo. Tivemos outras realidades no noroeste do Paraná. Por exemplo, que a escola itinerante que é mantida, talvez não

mantida, que é legalizada pelo estado. Que o Estado deu merenda, forneceu alguns materiais e teve casos que o próprio Estado foi lá e despejou o acampamento, e destruiu a própria escola que o Estado construiu. São algumas experiências que a gente tem. Lá no Janene a escola foi pra lá, caminhou junto com o povo, infelizmente deu despejo, muitas famílias foram embora e a escola acabou se desorganizando devido a isso. Muita gente foi embora, algumas retornaram pra cá, algumas crianças retornaram, os educadores retornaram e as crianças continuaram estudando.

A escola itinerante no Paraná tem quanto tempo e desde quando está organizada. Como poderia ter contato com as pessoas que criaram essa escola no Paraná? Então, a escola itinerante surgiu lá na ocupação em Quedas do Iguaçu, os estudos começaram no início do ano de 2003. Mas ela foi inaugurada oficialmente, foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, não recordo a data. Mas a primeira escola itinerante foi inaugurada em 30/10/2003, lá em Quedas do Iguaçu. Então, as crianças ficaram um longo período sem aula e a Escola começou a funcionar a partir de novembro de 2003. Eu lembro que comecei a ser educador lá em 12/11/2003. Então quem criou realmente essa escola foi um debate ampliado no coletivo do setor de Educação do MST. Imagina, no início do governo Lula a gente tinha muita expectativa com a reforma agrária. E então cresceu muito o número de acampamentos, o número de famílias acampadas com esperança de que a reforma agrária iria sair com mais facilidade. Aí como o Movimento tinha já a experiência da El do Rio Grande do Sul, começou a se debater aqui: a gente vai criar a escola itinerante no Paraná? É necessário? Necessário era, mas aí também não é só a decisão do Movimento de: vamos criar uma escola. Mas temos de criar uma escola que seja legalizada, que seja oficializada pelo Estado. Não é sair aí dando aulas a torto e a direita e achando que está fazendo a melhor coisa e daí não consegue certificar as crianças. Aí começamos a dar aulas, a fazer ciranda nos acampamentos, até como uma forma de pressão no governo do estado. Muitas crianças sem aula oficial e nós lá no acampamento organizando escola do nosso jeito, mas a gente se articulou muito, teve muita luta com o governo do estado para legalizar essa escola. Fizemos o projeto da escola itinerante, o Projeto Político Pedagógico, fizemos muita luta, em todas as marchas que fazíamos, em todas as mobilizações que realizávamos, a gente pautava a escola itinerante do Paraná.

Então conseguimos a oficialização e a experiência por dois anos. Aí venceu o prazo de dois anos e o Conselho de Educação prorrogou a experiência por mais dois anos, ainda para ser aprovado. Então a EI está em processo de experiência, a gente tem uma avaliação muito boa do Conselho Estadual de Educação e nossa também no Movimento e a gente espera que realmente seja oficializada para permanecer. Nós tínhamos vários acampamentos, então foi uma luta para que a escola itinerante não surgisse apenas de um acampamento, talvez surgiu de acordo com a nossa capacidade de organização. Então, não poderíamos montar escola em todos os acampamentos de uma só vez. Primeiro teríamos de debater qual a comunidade que assume essa escola, qual acampamento que vai manter essa escola, que realmente está afinado para manter essa escola.

Quando as crianças acabam a 8ª série ou o 3º colegial, como elas reagem ao ter que voltar para o acampamento ou assentamento? Por exemplo, ela faz até a 4º ano aqui, depois vai para a cidade estudar de 5ª a 8ª série, 2º Grau, elas voltam para o acampamento ou não?

Essa é uma dificuldade que o Movimento ainda está começando a discutir, mas p. ex., nós percebemos aqui, que as crianças de educação infantil a 4ª série tinham formação política muito maior do que as que estavam de 5ª a 8ª série e de Ensino Médio. Por isso, que nós estamos lutando para ter essa escola aqui no acampamento, para evitar essa evasão dos jovens pras cidades. Então aquele jovem que termina o ensino médio, que termina a 8ª série fora do acampamento, fora desse espaço, ele sofre uma influência muito grande externa e realmente vai ser muito difícil ele permanecer no campo. Então, a educação do campo a gente imagina também pra isso, para fortalecer seu desejo de permanecer no campo, de gostar do campo, para ver a perspectiva de vida dele aqui com dignidade no campo.

As cartilhas didáticas do MST são usadas nas Escolas Itinerantes?

Principalmente para a formação dos educadores, é uma experiência que a gente vem registrando, eu falo a gente, mas também não participei de todo o processo, estou apenas a 5, 6 anos no Movimento, mas a experiência que Movimento tem, que começou a lutar em 1980/1984, começou a escrever, a registrar isso, então, o Movimento com 24 anos hoje tem muita reflexão, muita aprendizagem que ele

construiu. Então, essa é uma ferramenta de luta, analisar a nossa trajetória, e também ver que rumo a gente vai tomar.

Como é feita a busca de professores para a EI? Como foi esse processo aqui na Escola Itinerante Caminhos do Saber?

Aqui na Caminhos do Saber, como já disse, eu cheguei, procurei alguns jovens, algumas pessoas com essa disponibilidade, mas hoje, p. ex., o Movimento também é vulnerável, tem muitos educadores que começam aqui por necessidade ou por qualquer outro motivo ele sai do acampamento e vai embora. Então a gente conhece os jovens aqui, aqueles que têm disponibilidade, habilidade, têm coerência política também para ser educador, se ele tem formação, se ele é uma pessoa que pode contribuir, ajudar nossas crianças e que não as prejudique. É a comunidade que avalia.

Existe algum processo aqui no acampamento de trabalhar com aqueles que não tem escolaridade? A EI tem essa preocupação de trazer os analfabetos para dentro da escola?

A EI faz isso. Estamos desenvolvendo uma campanha de alfabetização em todo o Paraná, a nossa meta, que talvez não consiga alcançar agora, é de erradicar o analfabetismo em todos os acampamentos. Nós lançamos essa campanha, trouxemos muita gente para estudar que eram analfabetos, semi-analfabetos, mas com o tempo essas pessoas acabam desistindo. Essas pessoas, a gente reconhece, que têm um conhecimento muito grande, tem experiência de vida, mas que lhe foi negado esse acesso à escola. Eles são analfabetos da escrita, mas no conhecimento elas são pessoas muito bem alfabetizadas. Tanto que está aí na luta, está debatendo, está lutando junto conosco. Mas a Escola Itinerante é uma escola realmente pro povo, tanto pro adulto, pro idoso, como para aqueles que quiserem vir pra dentro da escola. Não precisa estar em idade escolar. A escola é um espaço aberto pra comunidade, pra pesquisar, pra estudar, pra ler.

Tem curso especial para os professores? Vocês são formados aonde?

A formação dos nossos educadores também não é específica, a gente hoje não tem todos formados em Pedagogia, formados em Magistério para poder dar aula. São pessoas voluntárias que tenham no mínimo Ensino Médio, ou que estejam cursando

o Ensino Médio para dar aula. E essa formação a gente vai superando as nossas dificuldades aqui internamente também. Então, para gestar essa escola já é um ato formativo para esses educadores. Assim, todas as terças feiras, por exemplo, a gente tem a reunião com os educadores para debater os problemas pedagógicos, os problemas políticos da escola e temos as quintas feiras reservadas para estudo político, estudo dos métodos de ensino. Então esse já é um pouco do espaço de formação dos educadores, e também a SEED – Secretaria do Estado e da Educação garante de 2 a 3 vezes por ano, em torno de quatro a cinco dias de formação para esses educadores.

A Escola Itinerante Caminhos do Saber está vinculada a qual Escola Base?

Ao Colégio Estadual CENTRÃO que fica em Querência do Norte. Então, nos dois primeiros anos ela pertenceu à Escola Iraci Salete Strouzake em Rio Bonito do Iguaçu. E aí como essa escola Iraci Salete, ela é Base para em torno de 10 a 11 Escolas Itinerantes. Então tinha em torno de 2500 a 3000 crianças matriculadas só da Itinerante, sem contar que ela comportava em torno de 800 crianças do assentamento onde ela está instalada. Então, devido a esse número grande de crianças percebemos que tinha que ter mais de uma Escola Base. Então, como a Escola Centrão também é no assentamento, também é um espaço muito bem organizado, muito bem ocupado pelo Movimento, a gente percebeu que essa escola também teria condições de ser uma Escola Base. A Escola Itinerante Caminhos do Saber passou também a pertencer à Escola Base Centrão, que fica na região Noroeste do Estado e também por proximidade. A gente fica mais perto da Escola Centrão em Querência do que da Iraci Salete em Rio Bonito do Iguaçu.

Agora vocês terão de 5ª a 8ª série e Ensino Médio, os professores virão de fora, e não são professores formados pelo Movimento. Como é esse processo? Não gera uma contradição?

A gente está se preparando para enfrentar essa contradição. A gente falava da estrutura da Escola, geralmente o professor que virá dar aula aqui, será de fora, ele vai esperar uma estrutura limpa, uma estrutura de uma escola estadual que ele trabalha na cidade. Aqui como é tudo improvisado, que está sempre em construção e que é o povo que tem de construir, realmente essa será a primeira coisa que ele vai questionar, a distância que terá de percorrer para chegar ao acampamento.

Então nós estamos preparados para conquistar essas pessoas, para trazer eles a refletir sobre a importância que é eles estarem vindo aqui para desenvolver a educação, para estar aprendendo conosco, para estar também se inserindo, para nós construirmos uma relação boa com eles. Porque nós não vamos negar que o conhecimento que eles têm é muito importante para nós, para a gente ocupar esse conhecimento. Mas a gente vai ter também que estar pautando eles sobre como que é essa escola, como que é proposta dessa escola, que também não é vir só para transferir conhecimento. Isso é uma contradição muito grande que nós vamos enfrentar aqui e estamos nos preparando para isso, que o Movimento tem debatido para todas as escolas dos assentamentos. As escolas que temos nos assentamentos do MST hoje que não passaram pelo período de Itinerante, elas geralmente funcionam dentro dos Assentamentos, mas não são uma Escola do Campo, são escolas burguesas. Então o Movimento está começando a debater que a gente tem que ocupar esses outros espaços, essas outras escolas. Então, aqui nós vamos ter professores de fora e estamos nos preparando, pois vamos enfrentar muitas contradições, vamos ter que aprender a lidar com isso. Talvez não vai ser tão bom assim no começo, mas temos de pensar que é para o assentamento, é para sempre, essa escola a gente quer fixar ela aqui no campo e com educação voltada ao campo. Então nós sabemos que vamos ter muitas dificuldades de trabalhar, mas vamos em frente.

Como é feito o pagamento dos professores? Todos recebem? Como é esse processo? Vocês têm algum contrato com o Estado?

Então a parte financeira do pagamento dos educadores da Escola Itinerante, é um convênio, é uma associação que o Movimento legalizou um pouco para esta finalidade. Então a SEED repassa uma verba para pagamento dos professores, para essa associação do Movimento e ela paga os educadores. Mas nesse convênio a SEED só paga um educador para cada sala de aula, um coordenador em cada escola, uma secretária e um bibliotecário. Então, por exemplo, a merendeira, o pessoal que vai cuidar da higiene da escola, ninguém é previsto nesse recurso. Então como fazemos? Também avaliamos que um educador por cada sala de aula, devido a não sermos formados em Magistério ou Pedagogia, nem todos os educadores estão 100% de sua capacidade. Por isso, é que politicamente nós do MST, defendemos a proposta de dois educadores por turma, para conseguir

acompanhar melhor as crianças, para conseguir realmente fazer a diferença. Porque se você largar uma sala com 30 alunos para um professor sem nenhuma formação pedagógica, ele não consegue acompanhar a sala com 30 alunos. Não consegue perceber o processo de formação dessas crianças, por isso, defendemos a proposta de dois educadores por sala, mas aí como o Estado, a SEED, só paga um educador por sala de aula. O que fazemos? A gente reúne o coletivo de educadores, pega o salário daqueles que são contratados, dos que recebem salário, faz um montante e divide igual entre todas as pessoas que trabalham na Escola Itinerante.

Quantos são os que recebem salário e é dividido por quantos?

Então, para esse ano aqui na Escola Itinerante a gente tem 5 turmas funcionando, a princípio, pois não estamos contando com o Ensino Médio nem de 5ª a 8ª série que não começou ainda. Então, são cinco pessoas contratadas para dar aula, uma pessoa contratada para ser coordenador, uma para a biblioteca e outra para a secretaria. Então, são em torno de oito pessoas que temos contratadas. Mas a gente tem 2 por turma que são 10 pessoas e a gente ainda tem mais 5 educadores que não estão em sala de aula. Uns estão estudando e vão retornar, vai diminuir o número de turmas, vai sobrar educadores, mas não vamos dispensar ninguém, a gente vai trabalhar com todos, vai ter espaço para todos contribuírem. Então vamos ter em torno de 14 a 15 pessoas para dividir em torno de 09 salários.

Quanto que é o salário?

Hoje está em torno de R\$ 587,00, com os descontos vem para R\$530,00. Mas aí tem as pessoas que contribuem na merenda escolar e a gente repassa uma ajuda de custo para elas. Então para cada educador, que permanece 4 horas em sala de aula com as crianças, aí na Terça-feira ele tem 2 horas de reunião, na Quinta, duas horas de estudo e na Quarta, duas horas de reforço, de contraturno com essas crianças, a ajuda de custo deles varia em torno de R\$230,00, R\$250,00 para cada um.

Como é o planejamento da Escola Itinerante?

Como eu falei, a gente trabalha baseado nas questões geradoras. Então a gente pesquisa aí com a comunidade quais os problemas que a gente enfrenta na realidade e levamos para o planejamento. O planejamento a gente faz com o

coletivo todo da escola. Todas as turmas vão se debruçar sobre a questão, por exemplo, que um limite do acampamento seja o lixo, seja a água, ou a produção, seja a relação entre as famílias, esses temas vão ser estudados, por exemplo, durante 20 ou 30 dias. Aí semanalmente a gente define os objetivos para essa semana, com o conjunto de todos os educadores, para todas as turmas. Depois disso, cada ciclo, a gente chama assim, a educação infantil 1º ciclo e 2º ciclo, vamos fazer o planejamento específico para essas turmas, de acordo com as dificuldades que cada turma enfrenta, de acordo com o nível de escolarização que cada um está.

Você tem educação infantil de 0 a 6 anos?

Sim, mas a gente trabalha a princípio com crianças de 4 a 6 anos.

As crianças têm alguma atividade produtiva?

Olha, uma das atividades produtivas que a gente tem hoje, é a horta que pertence à comunidade, mas que as crianças trabalham lá também, que as crianças vão lá ajudam a produzir, até porque é uma das dimensões que ajudam a qualificar a merenda da escola .

Como é a relação com o Estado?

A relação é da seguinte forma, o estado garante os três momentos de formação por ano para a escola itinerante, mas quem discute com o Estado quem vai ministrar essa formação, o que é mais importante para nossa formação, é nós junto com Ele. Então, quando vamos fazer a programação desses eventos, senta a coordenação da educação do campo com a Secretaria de Educação do campo, na Secretaria Estadual de Educação. Mas a gente luta mesmo para que o Estado provenha os recursos, para essa educação acontecer. E tem seus limites, porque o Estado promete e não cumpre algumas coisas. Mas a parte da gestão, da Pedagogia, nós do Movimento fazemos questão de ter autonomia.

Como é feita a comprovação do conhecimento do aluno?

Então é feita através de um tipo de avaliação. Eu pesquisei sobre avaliação na Escola Itinerante na minha monografia de conclusão de curso e é uma questão que debatemos aqui. Porque achamos que a prova é classificatória, que não dá conta de expressar realmente o aprendizado das crianças. Então fazemos o parecer

descritivo, mas um dos grandes limites nossos é fazer a avaliação ser um processo da formação do educando. Que seja um processo diagnóstico, que venha qualificar a educação e não apenas julgar a educação.

Quem fornece material didático, pedagógico, merenda escolar, material de limpeza, o governo?

Do governo para esta parte a gente tem apenas o fundo rotativo, então, por exemplo, a gente tem muitas outras atividades na escola. O Fundo Rotativo não dá conta nem de 30% das atividades financeiras que a gente tem. Geralmente dessa mínima ajuda de custo que os educadores têm, a gente faz uma “vaquinha” todo mês, faz uma divisãozinha, retira um pouco de dinheiro para cobrir essas atividades. Muitas vezes também a gente arrecada junto as famílias, tem que discutir com as famílias como levanta recursos. Fazemos algumas promoções para manter a escola.

Como são tratadas questões como a evasão, a repetência e as crianças com necessidades especiais?

Então, a evasão ocorre quando a família sai do acampamento, mas as crianças que estão no acampamento, todas as famílias ajudam a cuidar para que ela frequente a escola. Por exemplo, se a criança faltou três dias na escola, lá no núcleo de base dessa criança, as famílias se preocupam e tem de discutir o problema, se a criança vai frequentar a escola ou não. Qual a dificuldade que ela está enfrentando? Por que ela não está indo à escola? Qual o problema que tem. Quanto às crianças com necessidades especiais, a gente não tem condições de atendê-las aqui. Até porque o educador tem que ter uma formação mais específica na área e não temos essa formação. Então, temos que lutar por transporte para levar essas crianças às cidades pra estudar.

Fale um pouco da relação da Escola Itinerante e a reforma agrária.

No Movimento começamos a perceber, esse é um aprendizado que o Movimento adquiriu nesses mais de 20 anos todos de luta, é que a reforma agrária tem de atender não só o direito à terra, mas o direito à educação, à saúde, direito ao lazer. Então a escola itinerante nasce numa tentativa de garantir o nosso direito, mas a gente percebe também, que a educação é uma ferramenta muito importante para a classe trabalhadora, para nós sem terra. E, também com a educação, a gente

começa a perceber todos os outros direitos que a gente tem e que nos foram negados. Então a educação talvez seja o primeiro passo para a gente entender que a reforma agrária tem que atender a todos esses direitos, não só a terra, não só a própria educação, não só a saúde, mas toda a dimensão da formação humana, que a gente tem direito, mas vai ter que lutar, que a gente vai ter que fazer aqui dentro do assentamento. Então, o assentamento, a reforma agrária é muito mais amplo talvez do que lá no começo o Movimento percebia que era só a terra. Que era ocupar a terra, ter acesso ao crédito e a muita coisa que nem sabia que tinha direito a princípio. E que com o tempo vai descobrindo e vai lutando.

Nessa ocupação lá em Laranjeiras do Sul, a gente conseguiu uma extensão da Escola Itinerante, uma escola da cidade, os professores vinham da cidade e iam dar aulas lá, então era uma extensão. Aí quando o Movimento foi e ocupou essa fazenda na região de Quedas do Iguaçu, trocou de município. Imagine você, em torno aí de 1000 crianças, trocar de um Município para o outro, fazer transferência escolar. Chegou nesse novo município e a Secretaria Municipal não tinha como atender toda aquela demanda, então, negou a educação. Não tinha como atender todos, não poderia ter uma escola municipal. O município não comportava um número tão grande de crianças, foi um choque esse número de crianças estudando nesse novo contexto. Então as crianças ficaram sem escola. Então nós percebemos que nós os Sem Terra somos itinerantes, ao mesmo tempo que estamos num município, podemos ir ocupar uma fazenda num outro lugar, então, por isso, que a escola itinerante tem que ser itinerante realmente, tem que ser uma escola estadual que possa andar o Paraná inteiro.

Essa Escola Itinerante consegue mudar a cabeça das crianças, pois vocês propiciam formação política a essas crianças?

É necessária a formação política, pois o acampamento é formação política já para essas crianças e a escola tem que sistematizar um pouco dessa formação. Como disse, as crianças vêm todos os dias para a escola questionando a assembléia, a reunião do núcleo então não tem como separar a vida escolar da vida da comunidade. No capitalismo a burguesia faz isso com as escolas bancárias, tenta, mas não consegue totalmente e aqui a gente tenta fazer totalmente diferente, então é uma coisa super ligada à outra. E a gente percebe que as crianças têm muita

diferença realmente. Todo ano, em 12 de outubro, dia da criança, a gente vai pra Curitiba ou vai pra região, pros municípios para os encontros das crianças, para lutar por direitos das crianças. E a gente senta na mesa com o Governador, com o Prefeito, com o Secretário de Educação e quem negocia são as crianças. Quem pauta as necessidades são as próprias crianças e isso se deve à formação muito boa que elas têm. E elas sabem já os direitos que elas têm, não só de terra, mas de educação. Nós estudamos o Estatuto da Criança e do Adolescente permanentemente com eles, para eles entenderem quais são os seus direitos e que não são garantidos. Por isso, que nós lutamos por Ensino Fundamental completo e Ensino Médio aqui para eles. Os outros jovens que não estão estudando aqui, eles talvez não tenham uma idéia tão boa do Movimento, não tenham uma atividade aqui dentro do acampamento, não contribui muito nas tarefas, não dá muita importância ao acampamento e para a vida aqui dentro. As crianças escolarizadas aqui dentro se preocupam mais com o Movimento, com o acampamento, com tudo e isso é importante para a luta do Movimento. Não que não seja importante à gente se relacionar com as pessoas de fora, é muito importante, mas a gente não consegue ocupar esse outro espaço fora do Movimento, para fazer uma educação que seja voltada para a emancipação dessas crianças.

Você gostaria de falar alguma coisa para terminar?

A gente agradece a sua presença aqui para pesquisar, pra conhecer, para gente realmente construir permanentemente a educação e a luta dos trabalhadores. Nesse cenário que está se complicando cada vez mais, que as ferramentas de luta dos trabalhadores estão se esgotando e o Movimento é uma das ferramentas que está resistindo. Por isso, é muito importante a gente refletir, parar, analisar, pesquisar. A gente teve a experiência do Partido dos Trabalhadores já está meio defasado, a CUT já não é a mesma, então, como está esse novo cenário político no Brasil? Então é muito importante para nós da escola itinerante, do MST, dos trabalhadores perceberem como é que nós vamos continuar lutando. Como vamos continuar na luta de classe, então a gente agradece a sua presença, conta com você aqui e estamos de portas abertas para recebê-lo.

Entrevista com Maria Luíza Gafarlon Furlan, secretária da Escola Itinerante Caminhos do Saber, no Acampamento Maila Sabrina, Brigada Che Guevara, em Ortigueira-Pr. 11/10/07.

Como foi o processo de construção da Escola Itinerante?

R. O processo inicial de construção da EI, se deu pela dificuldade de nossas crianças se locomoverem para o Colégio de Vista Alegre, em Faxinal, a 25 km de distância só pra ir, numa estrada muito ruim. As crianças iam em cima de caminhão, não era um ônibus, mas um caminhão desses que eles chamam de furgão, com 90 crianças lá dentro. Quando chovia, eles tinham que caminhar a pé, além do perigo que as crianças corriam por se locomoverem daquela forma. Por essas dificuldades foi pensada a Escola Itinerante dentro do acampamento. Foi conversado na direção e assim no dia 13 de outubro de 2005, o professor Edilvani veio para cá para fazer a conversa com o povo e dar início à EI. Aí começamos a conversa, ver as pessoas com capacidade para dar aula, pois os educadores tinham que ser do acampamento. Assim, tanto a conversação que tivemos com os pais, com os acampados, tivemos também com os professores. Na época nós começamos em cinco a fazer estudos, para saber quem tinha 2º Grau e ver se tinham interesse de continuar os estudos, com tendência a fazer faculdade, que quisessem continuar estudando. Não era para ficar parado. Então começamos os trabalhos, e tinha que fazer a escola, o local físico onde seriam dadas as aulas. Eu particularmente, fiquei mais na parte da documentação escolar das crianças e a comunidade se reuniu para preparar as salas de aula. Aí fizemos a documentação escolar, matrícula, tudo e fomos para Curitiba para fazer a conversa, foi o Celso representante da Brigada e eu, fomos falar lá e ficou tudo encaminhado, já com o nome da escola que ficou definido aqui que seria: Escola Itinerante Caminhos do Saber. Quando voltamos de Curitiba viemos com todos os encaminhamentos de como fazer matrícula das crianças. Aí nós começamos a trabalhar na documentação eu e uma outra secretária, a Débora, que hoje não está mais no setor de educação, mas ajudou muito. Matriculamos de início 120 crianças. Levamos toda a documentação para Rio Bonito do Iguaçu, na Escola Base Iraci Salete Strozake, porque a EI depende de uma Escola Base, de uma escola oficial do Estado, que assume a Itinerante como sua extensão, a Caminhos do Saber é uma extensão dela. Então fomos para lá com toda essa documentação, fui eu, o Celso e o Homero. Aí nós fizemos os pedidos de

carteira, quadro negro, material escolar, a gente não tinha nada. Apenas a documentação de 120 crianças prontas para estudar. Aí solicitamos também a transferência da Escola de Vista Alegre para a Iraci Salete Strozake. Chegamos à escola base, fizemos as matrículas e o pedido para o governo de 160 carteiras e merenda escolar pra Escola. Da Prefeitura de início conseguimos 40 carteiras. Aí tivemos que esperar o ano letivo começar e tivemos que esperar mais uns dias até chegarem as carteiras. Da parte do Estado não tivemos nada, a não ser essas carteiras e do município também. Aí começamos uma campanha porque a escola precisava de quadro, giz, material didático. Fomos conseguindo as coisas pedindo para os outros. A merenda a comunidade foi se juntando. De Faxinal também para a escola não conseguimos nada. A Secretaria de Educação de Faxinal não ajudou em nada no início e até hoje não ajuda em nada. Nossa EI pertence à secretaria de Educação de Ortigueira. Quando estávamos acampados no município de Faxinal, tínhamos uma escola que era municipalizada funcionando, tinha carteira, quadro, giz, tinha tudo, depois que mudamos para o município de Ortigueira, o prefeito tirou tudo, não deixou nada para nós. Sabendo que está saindo um assentamento no município de Faxinal, que vai assentar 120 famílias, vai ter crianças, mas da parte dele também não tivemos ajuda. Do município de Ortigueira, a ajuda que tivemos foram 40 cadernos e 10 caixas de giz. Começamos as aulas em 12 de março de 2006 e só hoje que chegou alguma coisa do estado, mas nós sempre conseguimos tudo na luta. A Escola Itinerante, é uma escola diferente porque ela é feita na luta, sem depender muito do governo, promete-se muito, mas fazer mesmo, nada.

Como foram as primeiras aulas, pois não tinha carteira para todo mundo, a criançada sentava no chão? Como era?

Nós dividimos as turmas, as aulas eram no período da manhã e à tarde. No início a dificuldade era essa, eram apenas 03 salas de aula para todas as 120 crianças matriculadas. As salas eram aqui onde funcionava uma garagem do fazendeiro, era uma oficina do fazendeiro. Aí desmanchamos uma casa que estava caindo da antiga colônia de café e fizemos as repartições para construir a escola itinerante. Aqui estava tudo abandonado quando chegamos. Você vai ver que o único lugar com assoalho é na secretaria porque já tinha, as salas são de piso batido, de chão e ali se dava aula. Como eram seis turmas, tivemos que fazer em dois períodos mesmo. Aí depois de muita luta conseguimos uma casa no acampamento, da antiga colônia,

daí fomos para a casa também, ficamos com 3 salas nesse barracão e uma sala numa casa cedida, aí chegaram as carteiras.

São salas multiseriadas ou por ciclo? Desde o início são salas por ano, nunca tivemos salas multiseriadas.

Com quantos anos a criança entra na escola 6 ou 7 anos?

Nós temos Educação Infantil, temos uma pedagoga formada com especialização em educação infantil que trabalha com crianças de 04 a 06 anos. Assim que a criança completa 6 anos ela vai para a Escola Itinerante. Trabalhamos por ciclos.

Como foi a participação dos trabalhadores no processo de construção da escola? Foi bem aceita pelas famílias acampadas, eles discutiram isso, ou a direção do movimento impôs a construção da escola?

A direção do MST viu a necessidade da escola, porque a gente via que aquelas crianças corriam riscos viajando em cima de caminhão sem nenhuma segurança. Tinha uma ponte entre Vista Alegre e o acampamento, que quando chovia, se o ônibus estivesse do outro lado, era preciso esperar baixar a água, para que o ônibus, o caminhão passasse, pois não sabiam se a ponte estava ou não no lugar. Às vezes o caminhão chegava até uma certa altura e não dava mais para passar, daí as crianças tinham que voltar a pé e, isso pegava todas essas crianças pequenininhas de 6 anos que tinham de voltar a pé. Então, vendo essa necessidade é que pensamos em construir a escola itinerante. A aceitação dos pais hoje, a gente conversa, eles estão contentes com a escola. O problema um pouco é na parte da construção, porque sempre são os mesmos que vêm trabalhar na construção. A maioria se acomodou, os filhos estão na escola, eles estão acomodados. A escola é que se responsabiliza por cadernos, por lápis, por borracha, pela educação, então são os educadores que têm de se responsabilizar por tudo, a partir daí os pais se acomodaram. É uma minoria que tem aquela preocupação se a escola está funcionando, se tem matéria, mas a maioria se acomodou, sabem que os filhos não estão correndo risco nenhum, então para eles está bom.

Quantos professores vocês tem aqui na Escola Itinerante Caminhos do Saber?

Hoje o coletivo está com 14 professores. Temos o professor Eldilvani que cursando Pedagogia. O professor Gilberto fazendo Geografia. Temos 04 cursando magistério. A professora Marilda e a professora Cleuza que está cursando Pedagogia. Todos estão estudando, ninguém está parado e assim mesmo estamos com falta de educadores.

Quantas crianças têm hoje na escola?

Estamos com 145 crianças. A previsão é que de hoje para amanhã cheguem mais 100, 120 alunos. São novos acampados que estão saindo de uma área e vindo para cá, estão sendo despejados de uma área e vindo para cá.

Quantas famílias têm no acampamento? Estamos com 390 famílias.

Quantas crianças em idade escolar? 145 que estudam na Escola Itinerante e 120 que estudam em Vista Alegre de 5ª a 8ª série e Ensino Médio.

Aqui no Acampamento é só a Educação Infantil e de 1ª a 4ª? Sim. Mas já pedimos ao Estado de 5ª a 8ª série e Ensino Médio também.

Quantos hectares têm a fazenda? 11.800 hectares.

Quantas famílias moravam nessa fazenda antes do MST ocupá-la? 08 famílias, não dava 40 pessoas, família é o modo de dizer, porque eram trabalhadores sem família.

Hoje são em torno de quantas famílias? Em torno de 400 famílias, morando aqui dentro, tirando o sustento daqui, produzindo.

Como é a participação? Quando temos reuniões as famílias têm de participar, porque não é só o marido ou a esposa que tem de participar, mas a família, o pai, a mãe e os filhos. As crianças também têm o direito de opinar sobre o que é certo e o que é errado e se estão contente ou não, eles tem todo o direito de opinar.

Não importa a idade? Não, desde que ele seja um acampado, ele tem o direito de opinar, desde os 6, 7 anos de idade, ele tem o direito de falar, de reivindicar seus direitos.

Como era antes da Escola e depois da sua implantação, é possível fazer uma comparação? Existe alguma diferença fundamental que você poderia falar?

Sim, tem. A diferença muito grande que a gente vê é que quando essas crianças iam estudar fora, nós tivemos vários fatores que ajudaram na construção da escola itinerante. Uma, tínhamos crianças que iam para a cidade, matavam aula e ficavam passeando na rua. Hoje com a EI não existe mais isso, ou ela vem para a escola ou fica em casa. Se ele não quer vir para a escola, não quer estudar, o melhor é ficar em casa. Uma outra questão na linha política do movimento, essas crianças hoje, além de estar sendo alfabetizadas, aprendendo, sendo escolarizada, eles tem uma formação política baseada na realidade em que vivem. Eles têm a clareza do que é a classe trabalhadora, o que é a classe burguesa, o que acontece é que eles sabem diferenciar bastante essa parte. Nós temos crianças aí que tem 9, 10 anos e tem uma clareza muito grande da luta dos operários, da luta que faz o povo da cidade, da roça, de onde vem o sustento deles. Então a escola veio, a escola trabalha é nesse sentido no campo e do campo. Eles têm essa clareza. Eles têm clareza sob a forma como vão proteger uma mina d'água. Tem a clareza de que o desmatamento prejudica a natureza, e que vai prejudicar futuramente. Enquanto a criança da cidade não possui essa formação e eles têm.

A EI é meio período ou integral? Meio período. Sempre foi meio período, porque não tínhamos e não temos espaço físico para absorver essas crianças em período integral. Mas todas as 4^a feiras os alunos têm as tardes para reforço, aquele que tem dificuldade numa matéria, na outra, mas é meio período.

Como é feito o planejamento e quem participa dele? É feito por todos os professores. Os alunos e pais não participam, mas teriam de participar.

Como vocês escolhem os professores entre os acampados, são reuniões, passam de casa em casa, como é esse processo?

São feitas reuniões, passamos de casa em casa convidando, mas tem uma exigência, o educador tem de estar cursando o ensino médio, mas que queira continuar estudando. Aí, aquele que se dispõe, vem para a sala de aula, ele tem um período de 60 de experiência onde ele é avaliado e, depois dessa avaliação que tem

a participação da comunidade, vê se ele vai ficar ou não em sala de aula ou mesmo no setor de educação do acampamento ou se participará de outro.

Como é feita a formação desse educador? A formação do educador começa já nesse período que ele está aqui dentro do acampamento. Assim toda a terça feira tem reunião de estudo, de formação e o Estado fornece esses cursos de formação, três vezes ao ano para todos os educadores.

Quanto tempo é a duração desses cursos para o educador? Em torno de 5 dias.

Onde esses educadores que estão cursando o 2º Grau estudam? Em alguma escola do Movimento?

Alguns estão terminando o 2º Grau aqui no Colégio de Vista Alegre e a nossa relação é muito boa. Quando eles têm que fazer curso de formação, igual agora que eles foram para Matelândia e era uma semana de prova, aí o diretor adiantou a prova para eles irem fazer o curso de formação. Aí eles trazem uma declaração que participou de um curso de capacitação.

Esses cursos são feitos nas escolas do MST? Não. Esses cursos são dados pelo Estado mesmo, não são feitos nos acampamentos e assentamentos do MST. É feito nas escolas do estado.

Maria Luiza fala um pouco sobre a Escola Base, como é essa relação da Escola Itinerante com a Escola Base?

É uma relação muito boa entre, eles são prestativos. Nós trabalhamos assim, eu trabalho na secretaria, mandamos a documentação e eles para gente. No começo usávamos o correio e eles sempre eram pontuais com a documentação. Hoje a gente trabalha com o núcleo de ensino que é de Telêmaco Borba. Moramos em Ortigueira, o Núcleo é de Telêmaco Borba e a Escola Base é de Rio Bonito do Iguaçu. Então, na escola base tem a diretora do colégio e a diretora das escolas itinerantes, eles são muito prestativos com a gente. Nesse ano de 2008, vamos mudar de Escola Base, vamos para a Escola Base do Centrão que fica em Querência do Norte. Como as Escolas Itinerantes estão com muitos alunos, a nossa escola foi transferida para Querência do Norte a partir de 2008.

As Escolas Base são do Movimento ou do Estado? São do Estado, mas estão dentro dos assentamentos. É igual aqui, quando virar assentamento, e tiver várias escolas itinerantes por perto, poderemos ter uma escola base por perto. A Escola Base de Laranjeiras do Sul tem desde educação infantil até ensino profissionalizante.

Existe rotatividade dos educadores da EI Caminhos do Saber? Não.

Como esses professores recebem? Do Estado, do Município, do Movimento?

É uma contratação feita pela CAPS, a Secretaria de Educação do Estado repassa uma verba para a CAPs e aí é repassado aos educadores. Existem 9 contratações e o dinheiro recebido por eles, é dividido entre todos os professores. Porque todos que trabalham têm direito a receber. Não é justo eu receber e o meu companheiro trabalhar a mesma quantidade que eu e não receber nada, então a gente faz uma divisão. Dividimos assim, tiramos uma porcentagem para a Escola, por isso, os pais não se preocupam com lápis, com caderno, com borracha. Nós temos o Fundo Rotativo do Estado, mas é muito pouco e não dá para comprar quase nada. Então fazemos assim, tiramos um pouco desse dinheiro e compramos material escolar para as crianças.

Vocês tiram do próprio salário? Sim.

Quanto que é o salário? R\$ 583,00 para cada professor contratado, depois a gente divide com aqueles que não estão contratados.

Quantos são contratados e quantos não recebem do estado? 09 são contratados e 5 professores não recebem nada. No total são 14 educadores.

Vocês têm reivindicado essas contratações e o que o Estado diz?

Não sabemos direito como é feito isso, porque é feito lá em cima na Secretaria. Porque tem a SEED e a Secretaria de Educação do Movimento, e é feito por lá as negociações. Mas temos que ir brigando com o estado para conseguir essas coisas.

Como funciona essa Escola do Trabalho que vocês estão construindo? O que acontece no acampamento é discutido na sala de aula? Como ocorre esse processo de ensino, aprendizagem?

Sim. Se está acontecendo alguma coisa no acampamento, nós pegamos o problema e ele se transforma no tema gerador e, é a partir dele que é trabalhado. A gente vê uma algazarra que eles estão fazendo, pensamos que eles não estão sabendo nada. Você vai lá e pergunta e eles respondem, eles sabem do que está se tratando. É um modo diferente de se trabalhar com criança, mas funciona, porque eles trazem muitas vezes o problema do acampamento para a escola e é quando os professores trabalham os temas que estão acontecendo no acampamento. Então todo mundo fica por dentro.

As crianças trazem o problema de casa ao ouvir a conversa do pai e da mãe? Sim, trazem de casa.

Como é a organização interna no acampamento? São núcleos de 10 famílias.

Não dá empate nas votações? Não. Porque nós temos em cada setor os coordenadores que trabalham e não tem problemas, funciona bem.

Essa escola do trabalho, a escola itinerante, ela é diferente da escola tradicional da cidade? É diferente.

E os alunos eles têm algum problema quando saem dessa escola e entra na outra. Não. Problema nenhum. Não porque ele aprende o que a criança lá fora aprende. Nós recebemos criança de fora e a gente vê que no aprendizado as nossas crianças, elas tem mais conhecimento do que as crianças que vem de fora.

Por que? Porque ele está estudando a realidade da vida. Ele está estudando a realidade da vida dele. Dentro da sala de aula ela discute os problemas do acampamento que são discutidos nos núcleos de base. Ela está aprendendo com a realidade na qual vive, é isso que ele está aprendendo. E a criança de fora não, ela vai aprender o que se passa lá, tudo dentro dos quadradinhos. É isso que faz a diferença das nossas crianças.

A EI ele segue as determinações dos dias letivos da LDB? Sim

Como é dividido o ano escolar? Se lá fora são 4 horas de atividade escolar, aqui na Escola Itinerante é mais tempo, para compensar quando os professores vão fazer curso. Feriado nós trabalhamos. Nos sábados e domingos não tem aula. Como trabalhamos mais tempo com as crianças, quando o professor vai fazer curso ele já trabalhou aquelas horas em sala de aula com as crianças.

Maria Luiza você quer falar mais alguma coisa sobre a Escola Itinerante, sua opinião sobre ela, o que você acha?

A Escola Itinerante veio para somar no Movimento. Porque quando não tinha EI e as crianças iam estudar nas escolas das cidades, além do perigo nos ônibus e caminhões problemáticos, as crianças se sentiam rejeitadas, sofriam preconceito dentro da sala de aula de alunos e também de professores. – Você é um Sem Terra. Até pra formação do ser humano psicologicamente, a Escola Itinerante veio para construir, então hoje uma criança que estudava lá fora e se sentia humilhada, hoje ela sabe se defender. Se ela chegar lá fora e alguém dizer que é um Sem Terra, ela sabe se defender, sabe dar a resposta porque é uma sem terra. Então, é muito bom a gente ver o desenvolvimento de nossas crianças. Eu acho que veio pra somar e pra luta pela reforma agrária, essa escola é muito importante tanto pras famílias acampadas como para o Movimento. Eu acho que todos os acampamentos deveriam ter escola itinerante, mas deveria ter mais apoio, mais incentivo da parte do governo. O governo fala muito, mas age pouco.

Meu nome é Maria Luiza Gafalon Furlan, 53 anos. Técnica em enfermagem. Quando algum professor fica doente, ou tem que viajar para curso e precisa ser substituído dentro da sala de aula, aí contribuo quando tem necessidade, mas fico mais na secretaria é ali que desempenho minha função. Numa fazenda que nós morávamos antes de vir para cá, Fazenda Três Marias e que fomos despejados. Lá as crianças estudavam no município e lá foi diferente daqui, aqui nós começamos a estudar, para depois construir as salas de aula. Lá nas Três Marias eles construíram as salas de aula e foram formando os educadores para começar a itinerante. Nesse tempo, a professora Marilda fazia parte do grupo de estudo e já dava aulas também para começar a Escola Itinerante, eles estavam recebendo formação pra trabalhar na Itinerante. No município de Manoel Ribas foi diferente daqui, lá tinha muita ajuda do prefeito. O prefeito Antônio Camilo ele dava uma ajuda muita grande. Ele era do

PFL, atual DEM. Hoje está filiado no PT, ele era um prefeito que contribuía demais com o Movimento, principalmente com a Escola. Quando a Escola Itinerante de lá estava começando a caminhar, nós fomos despejados. Então tem muita coisa que a Marilda pode contar.

Quando vocês ocuparam a fazenda “Três Jotas”, do ex-deputado federal José Janene, vocês levaram uma escola itinerante para a ocupação?

Foi. Nós viabilizamos dois educadores, porque daqui foram em torno de 30 crianças da Escola Itinerante. E nós não sabíamos como ia ficar, e colocamos uma extensão dessa escola, e quando houve o despejo, os educadores e as crianças voltaram para cá. Hoje é diferente, abriu um acampamento, você tem que abrir a Itinerante. O método do MST é que nenhuma criança e nenhum adulto fiquem fora da escola, todos e todas têm de aprender, têm de estudar, inclusive o Movimento está com uma proposta de zerar o analfabetismo nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária no Paraná, inclusive estão usando um método cubano que é muito eficiente, que se chama: “Sim, eu posso”, foi utilizado na Bolívia e Venezuela e deu certo.

Já foi feito levantamento de quantas crianças, jovens, adultos e velhos analfabetos tem aqui no acampamento?

Foi feita uma jornada da educação aqui no mês de agosto/2007. Temos educação infantil de 4 a 6 anos. Para alfabetizar são 105 adultos. Temos entre 200 e 250 pessoas dentro do acampamento que tem o primeiro, o segundo ano primário e outros que querem continuar estudando. Hoje, se a nossa escola tivesse condições de absorver todas essas pessoas, nós teríamos uma demanda de mais de 500 educandos dentro da nossa escola no acampamento. Isso entre crianças, jovens e adultos. Dentro do acampamento temos pessoas formadas em faculdade. Temos 10 que terminaram a faculdade, mas não atuam dentro da escola, estão parados. Essas pessoas foram convidadas para dar aulas, mas ainda estão pensando, quem sabe elas decidem a vir para assumir a escola itinerante.

O que o prefeito de Ortigueira fez para o acampamento?

Ele nos ajudou da seguinte forma, a estrada era horrível, chegou a morrer gente por falta de estrada, por falta de socorro, não teve como tirar essa pessoa. Aí nós

fizemos uma discussão, elaboramos um manifesto o ano passado e, dia 12/10/2006 as crianças fizeram uma reivindicação para ele da estrada, pois têm todos esses alunos que estudam lá no colégio de Vista Alegre, e como não tinha estrada, não tinha como transportar. Pra começo exigimos que fosse ônibus bom para as crianças, aí foi feita uma licitação e vieram dois ônibus bons, quase novos para transportá-las. Uma exigência que fizemos é que os motoristas fossem do acampamento, porque eles já sabem como lidar com as crianças. Eram pessoas com experiência com ônibus, caminhão, mas fizeram e passaram nos testes psicológicos, de direção e nós também não queremos pessoas que não tenham qualidade, precisa saber dirigir, pois são nossos filhos que andam nesses ônibus. Hoje temos ônibus bom, motorista responsável para transportá-las e que conhece as crianças. Ele arrumou as estradas que eram de péssimas condições.

Professora Marilda da Escola Itinerante Caminhos do Saber, entrevistada em 11/10/2007, no acampamento Maila Sabrina, Brigada Che Guevara, Ortigueira.

Qual seu nome, sua idade? Marilda, 39 anos.

Você é professora da Escola Itinerante há quanto tempo? 2 anos

Você dá aula de 1ª a 4ª? Sim.

Qual a sua formação? Tenho Ensino médio e prestei vestibular para o curso de Pedagogia da Terra em Francisco Beltrão, no Oeste do Paraná, numa faculdade do Estado.

Quais são os conteúdos trabalhados com as crianças na Itinerante? Trabalhamos com Tema Gerador. Geralmente é o que mais se está necessitando dentro do acampamento.

Tem algum problema dentro do acampamento ele é levado para discussão dentro da escola? Sim.

Quem traz o problema? As crianças, a comunidade e os educadores.

Os pais participam? Poucos, mas participam.

Existe algum trabalho no sentido de incentivar os acampados a participarem? Participam mais na limpeza da escola, na construção das salas de aulas da escola. Mas no planejamento diário ou semanal das aulas, eles não têm participação.

Como funciona a escola do trabalho? A escola itinerante?

Nós trabalhamos a partir da realidade da criança, mas envolvendo de um modo geral os temas da atualidade. Na realidade, as crianças não tem de saber apenas o que se passa aqui dentro do acampamento, elas precisam saber o que se passa lá fora, é preciso ter uma visão geral de mundo, é conhecendo que a gente se torna capaz de mudá-lo. Os planejamentos são feitos a partir dessa compreensão de mundo. E encontramos muitas dificuldades, porque para o acampamento vem a parte excluída da sociedade, geralmente as pessoas vêm das periferias das cidades e são os mais pobre. Temos muitas dificuldades com crianças com deficiência. A gente não tem apoio. As crianças com deficiência aqui acabam ficando aqui mesmo, elas não têm um professor formado, um psicopedagogo para assisti-las na escola. Existem muitos problemas em casa, com os pais. A gente percebe que a criança problema, é aquela que a família tem problema. As crianças são indisciplinadas, têm dificuldade para aprender, têm crianças que chegam e são muito revoltadas, que brigam muito, batem nos outros colegas. Aí vamos analisar e percebemos que são crianças abandonadas pelas mães, o pai bebe e bate em casa, daí temos de trabalhar cada um de forma diferente.

A escola tem alguma influência sobre a família, quando o pai bate nas crianças, na mãe? Não, a gente chama para conversar, mas não influencia. A gente conversa com os pais para ver o que está acontecendo.

Vocês utilizam o material didático pedagógico do MST? As cartilhas? Livros? Usamos tanto os livros didáticos, como material pedagógico do MST, são mais de 23 anos de experiência com educação que tem o Movimento.

13 – Como é feita avaliação da criança? A avaliação da criança é por parecer descritivo. Nós fazemos a avaliação no dia a dia. Não trabalhamos com nota, nem provas. A gente avalia o tempo todo. A gente tem um caderno onde anotamos o desenvolvimento da criança e no final de cada semestre fazemos o parecer descritivo. O professor que faz esse parecer e envia para a Escola Base.

14- Existe violência, indisciplina, repetência?

Não, no início sim. Mas nós temos mais dificuldades com os educandos que começam a chegar no acampamento. No ano passado a gente os reuniu para passar um vídeo no barracão. Foi mais de meia hora para conseguir organizar na porta do barracão para entrar em ordem. No final do ano a gente falou que ia colocar um vídeo, e enquanto estávamos preparando as coisas para passar o filme, quando saímos aqui fora eles estavam todos organizados, pronto para entrar, se organizaram sozinhos. A gente tem mais dificuldade com as crianças que vão chegando das periferias para o acampamento. Durante um tempo eles dão trabalho, mas depois param. Na realidade, nas salas a gente cria os Núcleos de Base das crianças, onde tem o coordenador, a coordenadora, um representante do estudo, outro da saúde. A gente trabalha muito com os NB (núcleo de base), onde eles fazem os combinados. Eles combinam determinada coisa e depois eles não podem passar por cima do que eles próprios combinaram. Aí, um cobra do outro. Um educando não concordou com o jeito de ficar a turma na sala. Como a maioria tinha decidido que ficaria daquele jeito e ele tinha sido voto vencido, ele foi para o seu lugar, não concordou, mas como a maioria havia decidido ele aceitou. É o princípio democrático da maioria. A gente trabalha assim, com eles mesmo fazendo os combinados. O que vai acontecer se eu não fizer tal coisa?

Como é esse processo de construção pedagógica. Quanto tempo à criança leva para entrar no ritmo das Escolas Itinerantes do Movimento?Depende da criança, mas em duas semanas elas já estão adaptados.

Tem muita bagunça? Tem, onde tem criança você já viu. Até porque a gente procura não reprimi-los, mantê-los sentados o tempo todo. A gente trabalha bastante fora da sala de aula, fazendo pesquisa de campo.

Como são essas pesquisas? Semanas atrás estávamos trabalhando sobre a água. Pois temos muita dificuldade de água no nosso acampamento. Fomos visitar as minas que abastecem de água o acampamento. Aí eles mesmos vão identificando o que está certo o que está errado. Tinha mina descoberta, com lixo dentro. Assim eles mesmos vão identificando o que está certo e o que está errado.

As crianças trabalham? Trabalham. Os núcleos de base dos alunos são responsáveis pela limpeza da sala de aula, porque quem limpa cobra dos outros que estão sujando. Nós limpamos e não vai sujar, se sujar limpa.

Existe horta coletiva das crianças da Escola? No começo do ano começamos a mexer com a horta, mas agora no momento não, nós temos um problema muito grande com a água para o acampamento e uma horta consome muita água. Estamos conversando para construir uma horta aqui próxima da escola, para eles trabalharem. Mas tem uma horta do acampamento do setor de produção do acampamento e aí estamos nos organizando para ir trabalhar lá. Mas ainda não fomos.

A Escola Itinerante começou em 2005? Sim, começou em 2006.

Como faz para conseguir o Projeto Político Pedagógico da escola itinerante? Tem. Mas o pessoal do magistério pegou para fazer trabalho. E não sei com quem está.

Vocês enviaram um relatório para Curitiba sobre a EI caminhos do saber? Vocês têm alguma cópia dela? Não, está com o Eldilvani e ele foi para uma discussão em Curitiba.

Você fez algum curso para dar aula na escola itinerante? Não comecei a dar aula direto. A gente tem dois cursos de capacitação feito o ano passado e dois esse ano. É do MST em parceria com a SEED. O material didático pedagógico é do estado.

Então não existe contradição entre a Escola do Trabalho do Movimento e a Escola Tradicional? É que a SEED é junto com a Secretaria da Educação do Campo do Estado. A Marciane que está responsável agora é secretaria da Educação do Campo.

Como é feita a formação dos educadores? Nesses cursos de capacitação de 5 dias. Fazemos estudos todas as terças feiras das 14:00 às 16:30 horas. Quais os principais desafios que vocês enfrentam na EI? A formação. Precisávamos de mais educadores, pois estamos com defasagem. Os educadores que estudam em Ortigueira, eles estão fazendo o curso de magistério? Não, estão fazendo o Ensino Médio. Não tem Magistério em Ortigueira. Tem algum professor fazendo o

Magistério no MST? Temos três educadores fazendo magistério nos cursos do Movimento.

O material didático é fornecido por quem? Para o material didático temos o cheque do Fundo Rotativo, só que não dá, tem vindo bem pouquinho dinheiro para a quantidade de coisa que temos e fazemos com ou sem o dinheiro, através da solidariedade e da organização das pessoas. Então tiramos um pouco da ajuda de custo dos educadores e fornecemos material para os alunos.

Que tipo de material do Estado vem para a escola? Quase nada. A maioria vem em forma de doação, recebemos essas caixas que vieram do Núcleo de Telêmaco Borba. Às vezes a Escola de Vista Alegre também doa alguma coisa, os acampados também doam. A escola itinerante sobrevive da solidariedade.

É possível apontar as mudanças acontecidas no acampamento depois da Escola Itinerante? A gente recebe muita crítica em relação à escola. Mas a maioria das vezes são críticas construtivas, que ajudam na construção da escola. Mudou bastante, pois o medo que os pais tinham das crianças irem naquele caminhões para Vista Alegre, era muito perigoso. Aqui é diferente, pois acabam as aulas e as crianças já estão em casa. Quando eles atrasam um pouquinho, as mães já vêm ver, pra saber o que aconteceu. Já quando eles iam para Vista Alegre as preocupações eram muito maiores.

Quanto tempo de viagem até Vista Alegre, ida e volta? Em torno de 2 horas. Nos dias de chuva eles não iam pra escola? Não.

Como é feita a transferência da criança? Eles pegam uma declaração. A dona Maria Luíza se comunica com a Escola Base em Laranjeiras, ai a transferência é mandada para a escola que a criança se transferiu.

Têm pais que abandonaram a luta pela reforma agrária, porque não tinha escola para seus filhos? Têm, muitos pais que vêm preocupados com a escola, com o estudo das crianças, daí acaba abandonando a luta. No início a luta foi muito grande para conseguir escola. Aqui não teve problemas porque no início eles iam para Vista Alegre e agora estamos construindo a Escola Itinerante.

O que a escola tem a ver com a reforma agrária? A escola está preparando as crianças para lutarem pela reforma agrária. Além de alfabetizar, a escola tem de preparar as crianças para continuar a luta.

Entrevista realizada em 06/03/2008. Durante o Encontro de Mulheres Camponesas realizado nos dias 5,6 e 7 de março de 2008, no Assentamento Dorcelina Folador, em Araongas no Paraná.

Seu nome, idade e função?

José Damasceno de Oliveira, 47 anos, da coordenação estadual do MST.

Como foi o início do processo de construção da Escola Itinerante Caminhos do Saber de Ortigueira?

Veja bem, nós temos experiência acumulada desde 1996, do ponto de vista prático, de acordo com a nossa necessidade de implementar educação para as crianças dos acampamentos, Então, em função disso, ali na fazenda Brasileira, Brigada Che Guevara, existe uma demanda muito grande, um grande número de famílias acampadas, em torno de 400 famílias. O número de crianças que necessitaria estar sendo transportada, com os ônibus para escolas fora do acampamento era um número razoável de crianças e isso de certa forma estava prejudicando o aprendizado dessas crianças, primeiro porque saía da realidade do acampamento; 2º, as condições precárias de transporte. De estrada. Em 3º, em função da situação local, num determinado momento as crianças acabavam ficando sem aulas, nesse sentido, nós percebemos uma demanda, percebemos uma necessidade e começou um processo de busca de informação. Em primeiro lugar fomos conhecer as Escolas Itinerantes que nós tínhamos funcionando no Estado. A da Brigada Teixeira em Cascavel, da brigada Salvador Allende de Planaltina do Paraná, onde tem uma Escola Itinerante funcionando. [...] Era a expressão de toda a organização de todo o Movimento e nós começamos o processo de implementação da escola itinerante dentro do acampamento Malha Sabrina na brigada Che Guevara, em Ortigueira. Num primeiro momento envolvendo a história da escola no Estado, realizando um debate para compreensão, para entender o processo da escola e num segundo momento, começamos a discutir como estruturar a escola por dentro, do ponto de

vista orgânico e do ponto de vista físico estrutural. Começamos com a escola de 1ª a 4ª série e agora, a partir de 2008, implementamos de 5ª a 8ª série e 1º ano do Ensino Médio. Nesse sentido vamos melhorando, vamos qualificando e a escola vai dando melhores condições de aprendizagem para os educandos, e isso faz com que os educadores coletivamente troquem experiência e também vai acumulando conhecimento, vai melhorando o método e também vai envolvendo a família, a comunidade, envolvendo os núcleos de base, envolvendo todo o acampamento. Então nesse sentido, que a escola vai sendo implementada.

Quantos acampados existem no Estado do Paraná?

No Paraná estamos com 8.000 famílias acampadas, em 50 acampamentos, todas elas acampadas em cima da terra, esperando a desapropriação, esperando a imissão de posse. Não temos nenhum acampamento em beira de rodovia. Todos os acampamentos estão em cima da terra para o trabalho, e todas as terras que estão ocupadas, estão em processo de desapropriação ou de vistoria e que estão aguardando o assentamento.

Todos estes acampamentos têm escola itinerante?

Não, as nossas escolas itinerantes elas são nos acampamentos maiores, exatamente porque aí está uma maior demanda de crianças necessitando de escola e os acampamentos menores, em função das dificuldades de ter um número razoável de educandos, acaba não tendo a escola itinerante. Isso é ruim porque traz um prejuízo muito grande para os filhos dos acampados. Até porque nós achamos que a criança tem que ser ensinada na realidade que está vivendo e o acampamento é a realidade da criança e, temos certeza que é ali que ela deve se escolarizar.

O professor Eldilvani diz que a criança que tem aula de 1ª a 4ª série nas Escolas Itinerantes dentro dos acampamentos, possuem uma compreensão diferente da realidade, do que daquelas que estudam nas cidades. Ela tem uma compreensão da realidade social e contraditória na qual está vivendo?

Veja bem, quando se estuda dentro da realidade, principalmente dentro das realidades dos acampamentos. Quando o acampamento adota a escola, a comunidade participa, assume a escola como sua, os responsáveis pelos educandos

não são apenas os educadores, é o acampamento como um todo, são as brigadas de cinquenta membros, são os núcleos de base. Essa é uma metodologia totalmente diferente, que envolve a criança e a comunidade, perpassa inclusive a lógica de envolver os pais, não são os pais os únicos responsáveis pelas crianças, a responsabilidade sobre elas é a comunidade. Então, nesse sentido, já dá uma nova dimensão do jeito de ensinar, do jeito de enxergar a escola. Segundo momento, dentro das nossas escolas nós sempre utilizamos do método participativo, as crianças se organizam, tem núcleo de base dentro da escola, tem equipes de trabalho, de disciplina, de saúde, tem coordenador, tem coordenadora, onde as crianças se sentem responsáveis. Então, as crianças também começam a ver a escola de forma “redonda”. Não aquela escola “quadrada” onde um senta atrás do outro e o mestre ensina. Esse é um novo método de aprender onde os seres humanos se sentem mais responsáveis, mais cidadão, porque ele se torna sujeito. Então nesse sentido há uma diferença muito grande, onde as crianças crescem e aprendem um olhando no olho do outro e não na nuca do outro, e isso traz diferença do ponto de vista da gente olhar o ser humano. Então, todos estes elementos do ponto de vista do método, é o que faz com que as nossas crianças dos acampamentos, têm um jeito de aprender, acumula muito mais, principalmente, no que diz respeito a conhecimentos gerais e a comportamento humano.

Fale um pouco da Escola Itinerante e a reforma agrária? Pois o tema gerador nasce dentro do acampamento e vem para o debate na escola. Fale um pouco sobre isso, por favor?

Veja bem, o primeiro elemento fundamental, é importante que a criança desde pequena estude e trabalhe tendo seu olhar voltado para os interesses da comunidade. Por isso, a EI cumpre um papel fundamental na reforma agrária. Primeiro de ajudar a preservar essa coisa da cultura camponesa. 2º, de fazer com que as crianças se interessem e ajudem a construir o meio aonde vivem. Ajude a construir a escola. Ajude a construir a horta, ajude a construir o parque de lazer, o parque infantil, onde elas se sintam parte integrante daquilo, pois foram elas que construíram. Pois tudo aquilo que as pessoas ajudam a construir, elas defendem com muito mais amor. Então nesse sentido é que achamos que para a reforma agrária, a contribuição que a escola itinerante tem é esta, de fazer com que as crianças cresçam, se desenvolvam no meio e se formem e nós achamos

interessante que os camponeses e as camponesas, os filhos dos acampados e dos assentados também busquem se formar do ponto de vista de Nível Superior, para também ir buscando conhecimento científico, para desenvolver a comunidade. Então, por isso, essa formação desde cedo, faz com que a criança depois de jovem, depois de adulto, ela se forma e vai ajudar a desenvolver a comunidade, o assentamento. Vai se preocupar com o desenvolvimento social, econômico e cultural da comunidade de onde ele saiu.

Entrevista com Ângela, 32 anos, dirigente do MST regional.

Qual seu nome e sua idade?

Meu nome é Ângela, 32 anos, direção regional do MST.

Você participou do início do processo de construção da Escola Itinerante Caminhos do Saber em Ortigueira. Conte como foi esse processo, por favor?

Desde 2003, estávamos com essa preocupação, da necessidade do nosso Acampamento ter uma Escola Itinerante. Acredito que foi pela dificuldade e pela distância até onde as crianças teriam de se deslocar para estudar. Era muito longe, a estrada ruim, haviam muitas dificuldades. Nós não tínhamos ônibus e as crianças eram transportadas em cima de caminhonetes, era um risco pra nossas crianças acampadas e, vendo essa necessidade, nós começamos a discutir e a procurar o caminho da implantação da escola itinerante em nosso acampamento. A partir de 2003 começou essa discussão e a se preocupar em instalar a escola. Não foi fácil, mas como todos os grandes desafios colocados para o ser humano, a gente chegou a conclusão de que no próximo ano, que foi 2004 nós estaríamos correndo atrás, para implantar a Escola Itinerante Caminhos do Saber dentro do nosso acampamento Maila Sabrina.

Quantos anos têm o acampamento Maila Sabrina? Há quantos anos as pessoas estão embaixo da lona preta?

Na "Brasileira" as famílias estão há 5 (cinco) anos acampadas, mas são famílias de outras origens, que têm um histórico de 8 anos de lona e beirada de estrada.

Fala do início, como vocês fizeram para conseguir professores, salas, onde eram dadas as aulas, como foi esse processo?

O processo da escola é uma história que dentro de nossa realidade acaba tendo algumas dificuldades, que a gente não tinha material para construir a escola, não tínhamos professores e a classe trabalhadora tem grande dificuldade na questão do estudo. Então, qual foi o primeiro passo a ser dado para construir a escola? O primeiro passo foi sugerir aos nossos jovens da nossa comunidade, que tinham mais estudo, o secundário completo ou incompleto para trabalhar com as nossas crianças na escola que itinerava com os trabalhadores pelas ocupações de terra, ainda esses educadores tinham que estar dispostos a estudar, para aprender mais, se tornarem Pedagogas, Historiadores, que fizessem Magistério, mas esses militantes teriam que estudar. Alguns se formaram em Pedagogia, outros Magistério e foram se qualificando os poucos militantes que tinham algum estudo e foram eles que deram o início. Visitaram os Núcleos de Base, discutiram com a população acampada qual a escola implantar para a classe trabalhadora. Tudo era muito difícil de conseguir, material para construir a escola, tudo dificultoso. Foram as famílias através de mutirões que se responsabilizaram pela construção da escola. No início do nosso acampamento, quando surgiu a escola, as crianças não tinham uma estrutura adequada para iniciar, mas começamos com o pouco que tínhamos. O espaço era precário, pequeno, chão batido. Não tínhamos dinheiro para comprar uma estrutura maior. Então, num primeiro momento fizemos a escola embaixo da lona, funcionava itinerando dentro do acampamento, qualquer lugar um pouquinho maior servia para darmos aula. Depois que desmanchamos as casas da colônia de café e construímos as divisões das salas dentro da antiga oficina, não tínhamos telhas para cobrir a escola, foi com muita dificuldade para chegarmos ao patamar que estamos hoje.

Hoje vocês têm em torno de sete salas de aulas, como foram construídas?

Então, essas sete salas de aulas que temos hoje, para serem construídas, primeiro começamos a arrecadar material, as famílias que tinham madeira cederam para a escola. E a própria comunidade se comoveu com a situação e nós conseguimos até telhas e quem construiu a escola na verdade foram os pais dos alunos em mutirão.

Ângela, fale um pouco sobre a ocupação da fazenda Três Jotas, por que vocês levaram uma escola itinerante para lá, conta como foi esse processo?

Quando definimos numa discussão política da tomada da área da Três Jotas, a gente tinha um compromisso de ter uma escola na ocupação, então o acampamento Maila Sabrina cedeu os professores que acompanharam a ocupação na Três Jotas. Levar a escola para as crianças não perderem o ano letivo, até porque seria uma consequência do que estava acontecendo, por ser uma área próxima e pelas dificuldades dos alunos de continuarem estudando, decidimos que a escola teria que ir junto para dentro da ocupação. No início, foi muito difícil, porque tivemos que realizar uma discussão com as outras brigadas, com relação ao empréstimos dos próprios educadores para se locomoverem para dentro da ocupação, além da necessidade de um local amplo para se poder fazer a escola. Não tinha nenhum local apropriado para instalarmos a escola, tivemos outra grande dificuldade para implantá-la, mas as famílias não desanimaram. Escolheram um espaço aberto, construíram um quadro com lona preta e começaram a efetuar a educação.

Como era esse espaço?

O espaço era aberto, a escola foi instalada embaixo de uma árvore.

Como era esse quadro?

Era um pedaço de maderite, coberto com lona preta.

A escola itinerante ajuda o MST a levar famílias de trabalhadores para os acampamentos?

Sim. No período que a escola foi implantada nos acampamentos nós tivemos um salto de qualidade, isso porque dentro da sociedade os camponeses têm pouco acesso à educação. Como a preocupação dos pais sempre foi dar educação aos filhos. E como em nossos acampamentos nós temos as escolas itinerantes, os pais optam por voltar para a lavoura, onde seus filhos vão ter educação e ao mesmo tempo trabalhar na agricultura.

Como foi o processo da construção da escola na “Brasileirinha”?

Na “Brasileirinha” foi difícil, porque não tínhamos ainda uma estrutura móvel. E como tínhamos necessidade de um ônibus para transportar as crianças e a prefeitura não cedia o ônibus escolar. Tínhamos que colocar os alunos em cima de uma caminhonete, para ir até a cidade, uma estrada perigosa. Você imagina colocar de

25 a 30 crianças em cima de uma caminhonete, até que um dia nos deparamos com uma situação muito triste, pelo fato de uma dessas caminhonetas ter perdido o freio numa descida, e estávamos com 18 alunos em cima dela e tombou. Por sorte, que não tivemos uma vítima fatal, mas muitas crianças saíram feridas, machucadas e alguns alunos ficaram muito amedrontados, foi aí que vimos a necessidade de se discutir com o setor de educação, a construção de uma escola itinerante dentro do acampamento. Que está em pleno funcionamento com Educação Infantil, Ensino Fundamenta, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos para alfabetizar todas as pessoas dos acampamentos, estamos com uma proposta dentro do Movimento de acabar com o analfabetismo nos acampamentos e assentamentos da reforma agrária no Paraná. Esse passo é fundamental para a qualidade da luta pela terra no Paraná e no Brasil, todos saberem ler e escrever. Todos e todas na escola!

Entrevista com a educadora Pompéia Carvalho.

Qual o seu nome, sua idade e onde você atua?

Pompéia Carvalho, 24 anos, estou atuando num acampamento novo, há cinco meses que estamos nessa área e demos início à Escola Itinerante, devido a demanda de crianças que tinham e por ser difícil as crianças saírem do acampamento para ir estudar na cidade. E o nosso objetivo não é esse, é a educação do campo, o ensinamento do e no campo.

Conta como é esse processo de construção da escola, como é esse início?

A gente pede a abertura no estado de uma escola itinerante estadual. Isso porque se formos despejados de um acampamento, a escola vai junto. Aonde a gente vai a escola vai junto, por isso, que é chamada de escola itinerante.

Como vocês conseguem educadores?

São educadores de dentro do acampamento. Pessoas que querem contribuir e aí já vão contribuindo. E, à medida que o tempo passa, eles vão fazendo curso de Magistério pelo Movimento e aí vão se formando e educando nossas crianças.

Há quanto tempo você participa das escolas do Movimento? Essa é a primeira?

Essa que eu estou iniciando é a primeira, mas venho contribuindo há quatro anos, fiz Magistério e agora estou contribuindo com a construção dessa escola. Que é chamada Escolas Construtores do Futuro.

Entrevista com Sueli Magalhães Marim no acampamento Maila Sabrina, em 21/02/08

Qual seu nome completo e sua idade?

Sueli de Magalhães Marim e tenho 48 anos.

Dona Sueli é avó do Jonathan, de 8 anos de idade, que estudou na Escola Itinerante na ocupação da Três Jotas do ex-deputado federal José Janene.

Como foi esse processo de vocês saírem daqui, irem para a fazenda do Janene, ocupá-la e a Escola como funcionou?

Logo que fomos para lá e ocupamos essa fazenda, foi num período curto, num prazo mínimo de 8 dias, a Escola Itinerante já estava junto da gente lá na ocupação. A primeira sala foi embaixo de uma árvore, como os nossos educadores e numa das casas de lá, montamos as salas de aula e as aulas continuaram normalmente. As crianças continuaram a ter aulas das 7:30 da manhã às 11:30 horas, todos os dias que permanecemos acampados lá.

Quantas crianças eram?

Se não me engano, no começo eram em torno de 18 a 20 crianças e depois conforme foram chegando novas famílias, aumentou o número de crianças dentro da escola itinerante.

Essa ocupação na fazenda do Janene se deu por uma questão política? Aí você já está saindo fora da discussão da escola. Eu respondo sobre a escola, agora sobre a ocupação, sobre política já é outro departamento, aí é preciso conversar com outros companheiros.

Tinham dezoito crianças e era uma escola de 1ª a 4ª série?

Sim, era de primeira a quarta.

Os professores que foram para lá, eram daqui do acampamento?

Eram daqui do acampamento.

Como é essa escola que caminha, dona Sueli?

O processo é simples, nós temos os nossos educadores e aonde a gente vai e leva as nossas crianças, a gente já leva o material escolar e os educadores levam seus materiais e em qualquer lugar, até embaixo de uma árvore nossas crianças estudam como fizemos aqui no início, a escola itinerante funciona onde a família do trabalhador estiver. Essa é a nossa escola itinerante que funciona com educadores do próprio acampamento. Quando nossos filhos têm escola para estudar depois de ocupar a terra a família vai mesmo ocupar, pois vai ter acesso à educação. O filho vai poder estudar como se não tivesse saída da cidade.

Vocês ficaram quanto tempo acampados na Três Jotas?

Em torno de quatro meses.

E nesse período as crianças tiveram aulas normalmente?

Sim

Como era a escola multiseriada, com as crianças todas juntas, ou eram divididas?

Todas numa sala só.

Eram dadas aulas para de 1ª a 4ª série?

Não. Era dividido.

Essa escola dentro dos acampamentos atrai mais gente para dentro do Movimento?

A escola só complementa o sonho de cada um de nós. E o nosso sonho é a reforma agrária. E a reforma agrária tem que ter a educação. Para ter educação nos acampamentos, o Movimento deu um passo largo para concretizar esse sonho, que é o direito de educação do campo lá no campo onde você mora.

Aqui no começo desse acampamento tinha escola?

Não, não tinha. Quando eu vim pra não tinha escola, mas nem por isso eu deixei de vir. Agora se tem escola como agora, muito mais gente tem interesse de vir para lutar por um emprego na terra, esse é um emprego permanente, pra mim e pro meu velho é muito difícil de conseguir um emprego na cidade. Vim na esperança de que hoje ou amanhã iria ter uma escola pro meu netinho e estamos aí, com uma escola bonita que você viu, com nossa criançada toda estudando e se Deus quiser da 5ª a 8ª série está chegando pra todos nós, não só para as crianças, mas para os adultos também. Eu mesmo pretendo estudar nesse escola que vai abrir no ano que vem, pois é dentro do acampamento, todos podem estudar e a luta pela terra depende do estudo. As pessoas precisam estudar para não serem passadas para trás, serem enganadas. O estudo é sempre bom e a participação também é importante para você aprender coisas novas e a se defender coletivamente.

Até que ano a senhora estudou dona Sueli?

Até a 4ª série. Por isso que digo que vou voltar a estudar aqui no acampamento. Tenho certeza disso, apesar de ler com facilidade quero ter diploma e aqui vou ter oportunidade de estudar depois do assentamento a vida da gente vai ficando mais tranqüila. Hoje ainda está muito difícil, tudo é conseguido com grande dificuldade, essa escola que estamos construindo é com o nosso esforço, o governo não ajuda dentro das ocupações e acampamentos. Não constrói nada.

A senhora pretende continuar estudando?

Se for possível sim, esse é um sonho que carrego de estudar, ter mais estudo não faz mal para ninguém. Estudar é algo teu. É você que aprende. Por isso se der quando a gente assentar vou estudar.

Conte sua história desde sua chegada ao movimento?

Morava em São Carlos, no Estado de São Paulo, e tem um vizinho nosso de lá que também está aqui. Que foi lá buscar a esposa, pois ele estava aqui sozinho, e aí conversou com meu marido. Ficaram um domingo inteiro proseando, mas nós já tínhamos uma simpatia pelo Movimento, meio que a distância, nós andamos visitando alguns acampamentos no Estado de São Paulo, mas como o destino nosso era aqui, então lá nós não conseguimos entrar. Daí resolvemos vir e viemos com as tralhas todas, demos duas viagens para trazer todas as nossas coisas. E

estou encantada com tudo isso, primeiro porque o povo daqui é tudo igual, tudo irmão, aqui todos tem o mesmo objetivo que é a reforma agrária. Aqui o povo é humilde eu tenho pavor de cidade. Na cidade você sai, põe um tênis, uma calça, um vestido e um sapato e onde você passa as pessoas ficam reparando e aqui não, do jeito que estou aqui, se precisar ir lá em cima, se tiver qualquer coisa pra fazer dentro do movimento, do jeito que estou eu sou bem aceita em qualquer lugar. Aqui não tem violência, não tem bagunça, não tem o risco de nossos filhos tomarem uma bala perdida, não tem o risco de nossos filhos irem atrás de drogas. Aqui não tem, se uma pessoa é suspeita, a gente verifica e se comprova que ele faz uso de drogas, ele é convidado a se retirar. O que mais tu queres da vida?

Quantos anos a senhora está no Movimento?

Dois anos e meio.

A senhora que construiu essa casa? A senhora comprou a madeira?

A madeira é comprada aqui mesmo. Tem companheiro que tem motosserra, então é preciso só comprar a gasolina e eles cortam a madeira. Sou eu e o velho que construímos aqui.

Vocês plantaram alguma coisa nessa última safra?

Já colhemos feijão, colhemos milho, plantamos mandioca e fora a horta de fundo de quintal que temos de ter. Amendoim nós já colhemos. Como meu barraco cedeu, desmanchamos e construímos esse aqui num lugar diferente. E aqui estamos há quinze dias e ainda estamos construindo a nova horta. Aqui temos pouca coisa. Mas a gente plantou alface, chicória, couve, algumas plantas medicinais, eu planto, eu gosto.

Além da escola de 1ª a 4ª série, tinha mais algum tipo de aulas lá na Escola da Três Jotas?

Tínhamos a ciranda infantil que era das crianças até 6 anos, tínhamos a Débora que cuidava das nossas crianças, um espaço bem organizado, enquanto a gente ia pra roça. No período da manhã até ao meio dia elas ficavam na Ciranda e na escola.

Vocês chegaram a plantar? Colheram?

Sim. Plantamos bastante, mas não foi possível colher o feijão, o milho, melancia, ficou tudo lá.

E a Ciranda funcionava o dia inteiro?

Funcionava das oito ao meio dia. Voltamos depois para o acampamento Maila Sabrina e a luta continua, quem está na luta pela reforma agrária aprende que essa luta se dá o tempo todo, pois quem não foi assentado, está sempre correndo o risco de ser despejado e para ser despejado basta ocupar o latifúndio improdutivo. Mas a luta continua e não para nunca.